

Revista **ENFRENTAMENTO** 16
Movimento Autogestionário ISSN 1983-1684

**"A tradição de todas as gerações mortas oprime
como um pesadelo o cérebro dos vivos."**

Karl Marx



REVISTA ENFRENTAMENTO

UMA REVISTA NA LUTA CULTURAL

MOVIMENTO AUTOGESTIONÁRIO

ISSN 1983-1684

EXPEDIENTE

A Revista Enfrentamento é uma publicação do Movimento Autogestionário – MOVAUT. Seu conteúdo está vinculado à perspectiva revolucionária e autogestionária e intenta colaborar com a luta das classes e grupos oprimidos de nossa sociedade. Os textos publicados são de responsabilidade de seus autores. Contudo, o Conselho Editorial da Revista Enfrentamento e o Movimento Autogestionário reservam-se ao direito de só publicar os artigos que expressem claramente os pontos de vista políticos e teóricos do Movimento Autogestionário.

Textos devem ser enviados para o endereço eletrônico: enfrentamento@yahoo.com.br e seguir os seguintes critérios de formatação: ser enviados em preferencialmente formato ".rtf", podendo ser em ".odt" ou ".doc", com o máximo de 10 páginas. As margens devem estar formatadas com 2cm. Fonte Times New Roman, tamanho 18 para o título, 16 para subtítulos, 12 para autor, 12 para corpo do texto, 11 para citações maiores de 3 linhas e 10 para notas. O espaçamento deve ser de 1,5.

CORPO EDITORIAL

Diego Marques P. Dos Anjos

Gabriel Viana

Lucas Maia

Mateus Orio

Capa

Mateus Orio

Lucas Maia

Gabriel Viana

Sumário

EDITORIAL	5
O QUE É BOLCHEVISMO?	
<i>Edmilson Marques</i>	9
TROTSKY e a DITADURA DO PROLETARIADO	
<i>H. Smith</i>	26
REFLEXÕES SOBRE O MAOÍSMO	
<i>Nildo Viana</i>	32
PRESTISMO, DOENÇA SENIL DO MORIBUNDO BOLCHEVISMO	
<i>Gabriel Teles Viana e Rubens Vinícius da Silva</i>	58
OS SINDICATOS: NÃO HÁ QUE CONQUISTÁ-LOS, HÁ QUE DESTRUÍ-LOS	
<i>Lucas Maia</i>	92
CONTRA O "SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO"	
<i>Diego Marques Pereira dos Anjos</i>	117
A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO IDEOLOGIA DA PSEUDOESQUERDA ELEITORAL	
<i>Cleito Santos.....</i>	146

EDITORIAL

O Movimento Autogestionário trás mais um número da Revista Enfrentamento a lume. Esta Revista é um empreendimento coletivo de interpretação teórica politicamente orientada. Os sucessivos números desta publicação visam, cada um a seu tempo e a seu modo, realizar uma crítica radical da sociedade capitalista. Nenhuma ideologia, nenhuma instituição, nenhum intelectual, nenhum processo social específico deve estar acima da crítica. A crítica, antes como hoje, é o único instrumento, a única ferramenta na busca pela verdade. Se na busca pela interpretação correta da realidade, escorrega-se em interpretações limitadas, resta unicamente a autocrítica. Assim, também nós mesmos devemos nos criticar permanentemente.

Se a sociedade de classes, para se manter, deve fazer bom uso de meias verdades, de omissões, de manipulações e de mentiras deliberadas, a luta contra esta sociedade deve ter como fundamento primordial a busca em revelar a verdade. Não achamos que exista a verdade absoluta, pois a realidade sempre se move. Contudo, tal movimento não é demasiado fluido que impeça sua apreensão pelo pensamento. O que existe, pois, de nosso ponto de vista, é meramente a busca constante de apreensão do real e explicação de seu fundamento e dinâmica de funcionamento. A cada avanço teórico, há um enriquecimento da teoria que busca desvelar a verdade. Este é o empreendimento que esta Revista vem há quase uma década se esforçando em fazer.

Quando o fascismo tombava país após país na Europa da década de 1930, quando a mentira e a manipulação pareciam ser o único modo de se comunicar, Bertolt Brecht escreve uma crônica, que mutatis mutandis, ainda nos é muito útil:

Quem, nos dias de hoje, quiser lutar contra a mentira e a ignorância e escrever a verdade tem de superar ao menos cinco dificuldades. Deve ter a coragem de escrever a verdade, embora ela se encontre escamoteada em toda parte; deve ter a inteligência de reconhecê-la, embora ela se mostre permanentemente disfarçada; deve entender da arte de manejá-la como arma; deve ter a capacidade de escolher em que mãos ela será eficiente; deve ter a astúcia de divulgá-la entre os escolhidos (BRECHT, 1967, p. 19)¹.

¹ BRECHT, Bertolt. Cinco dificuldades no escrever a verdade. In: _____. **Teatro dialético**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

Estas cinco dificuldades são ainda hoje presentes a qualquer intelectual, movimento social ou coletivo político que se coloque criticamente à ordem estabelecida. Assim, ter coragem de escrever a verdade, inteligência em reconhecê-la, conseguir manejá-la como arma, discernimento de saber em quais mãos ela é mais eficiente e perspicácia e astúcia em difundi-la são ainda questões a colocarmos-nos.

A ignorância nunca trouxe qualquer vantagem à luta proletária. O que é mais estranho nos dias de hoje é que uma parte daqueles que lutam, daqueles que questionam e se opõem às relações e instituições estabelecidas recusam a análise teórica e, portanto, a busca pela verdade. O praticismo e anti-intelectualismo que arregimenta seguimentos consideráveis dos militantes na contemporaneidade, acaba por se converter em mais um entrave ao desenvolvimento e avanço da luta revolucionária. Trata-se de problemas que temos, nos dias correntes, que reconhecer e debelar.

A produção das ideias políticas, assim como das ideias em geral, não é algo que se opere de modo independente da divisão do trabalho, dos interesses, dos grupos e classes sociais que se relacionam e conflitam. Se se toma o século XX como laboratório de estudos para o entendimento da produção das ideias políticas, esta assertiva se apresenta de modo bastante claro. As classes sociais, os interesses que defendem, sua posição na divisão do trabalho, etc. acabam por condicionar seu conjunto de representações no plano da consciência. A máxima que Marx e Engels escreveram no século XIX continua ainda hoje válida: não é a consciência que determina o ser, mas inversamente, o ser que determina a consciência. Deste modo, o estudo do conjunto de ideias políticas deve ter em mente este elemento essencial.

Este é o eixo que orienta as investigações presentes neste Enfrentamento. Quais são os sistemas ideológicos que orientam a prática política de consideráveis organizações e indivíduos hoje no Brasil? Esta é a questão que os autores dos artigos perseguem. Identificar, analisar e criticar os fundamentos ideológicos de tais organizações é o objeto de preocupação deste número da Revista Enfrentamento.

Toma-se aqui por ideologia a definição marxista do termo, ou seja, falsa consciência sistematizada. À medida que reconhecemos que a divisão da sociedade em classes é marcada por conflitos de interesse, temos de reconhecer que tais conflitos se

expressam também ao nível da consciência. Estes conflitos de interesses expressam-se também em práticas políticas conflitantes e tais conflitos também se expressam no plano da consciência. Ou seja, as ideias não têm vontade própria, não são algo além daqueles grupos, classes e indivíduos que as elaboram.

Reconhecer este aspecto, aparentemente trivial, é condição para o avanço das lutas sociais, pois, as ideias não são meramente reflexo da “realidade objetiva” sobre a “realidade subjetiva” (consciência) dos indivíduos, como defendia o pseudomarxismo. Muito mais do que mero reflexo, as ideias (falsas ou verdadeiras) são também mobilizadoras. Ideias conservadoras, equivocadas, ultrapassadas são também parte da luta de classes. Elas mobilizam as pessoas para este ou aquele lado do conflito. Erige-se aqui a importância em questionar tais ideias. A busca pela verdade, a coragem de dizer a verdade e a perspicácia em identificar a verdade é tarefa urgente dos militantes de hoje. Isto nem precisaria ser dito, mas o reino de confusão e ideias ilusórias que povoa o cenário político no Brasil nos dias atuais nos convoca a dizer coisas óbvias.

Da mesma forma que as ideias conservadoras, equivocadas, ilusórias mobilizam a luta de classes no sentido de manutenção da ordem, a busca em revelar a verdade sobre os conflitos existentes também pode ser mobilizadora. A luta de classes não se restringe à esfera da produção, do bairro ou do local de estudos. Ela se estende para todo o tecido social. Assim, os campos da arte, da cultura, da política, da ciência, da teoria também expressam as tensões de classe. Isolar um ou outro destes aspectos é procedimento a ser evitado. A “relação-capital” é um processo global de dominação do conjunto da vida na sociedade moderna. Ela nos subordina em todos os lugares e momentos da vida social. A resistência deve, portanto, agir e enfrentar em todas as esferas. Os coletivos, grupos, indivíduos que isolam o aspecto da organização prática escusando a “luta cultural” ou o inverso, atacam somente uma dimensão da dominação, ao passo que tal ataque deve ser também global, total.

Naturalmente que o espaço privilegiado é a esfera do modo de produção, pois é daí que se pode subverter a “relação-capital”. Sem luta operária, não há revolução social, não há comunismo, não há autogestão social. Não importa se a luta comece com a

juventude, se no bairro ou na escola. Ela tem de se estender para a esfera produtiva como condição de realização da mudança radical do modo de produção.

Assim, o desmonte das ideologias de “esquerda” e “direita” é condição do processo de luta global, total. Somente a força material do proletariado auto-organizado como classe é capaz de fazer ruir o modo de produção capitalista. Este não cairá por si mesmo e de seus escombros surgirá o Éden aqui na Terra. A Autogestão Social, como o modo de produção que emerge dos entulhos do capitalismo, é desde o começo o resultado da decisão política do proletariado em fazer-se a si mesmo sujeito histórico auto-organizado e, portanto, autoconsciente.

Assim, a busca pela verdade e a luta e atividade de construção de um corpo teórico cada vez mais amplo, diverso e consolidado é parte também do processo de auto-esclarecimento do proletariado em luta. Se uma contribuição pode ser dada em momentos como o que passamos, é criar ferramentas intelectuais adequadas para que o proletariado e demais grupos oprimidos e movimentos sociais tendencialmente revolucionários possam fazer uso nos momentos adequados.

A crítica das ideologias conforma também a luta de classes em geral. Este Enfrentamento que colocamos agora à disposição dos militantes, estudiosos e lutadores sociais em geral, pretende-se claramente ser parte destas ferramentas intelectuais. Por concebermos a luta política como totalidade, acreditamos certamente que a crítica é também luta política. Por acreditarmos que o desenvolvimento da consciência não desempenha papel secundário na luta de classes, realizamos neste número uma crítica radical das ideologias e doutrinas que atrapalham o desenvolvimento da luta de classes no Brasil. O leninismo, o trotskismo, o maoísmo, o prestismo, o sindicalismo, o sindicalismo revolucionário e a economia solidária são sumamente criticados.

Esperamos que tal crítica se difunda e atinja, tal como nos sugere Brecht, aqueles para quem estas ideias críticas tenham a eficiência adequada.

Sem mais delongas, boa leitura!!!

Conselho editorial

O QUE É O BOLCHEVISMO?

Edmilson Marques*

Introdução

Esta é uma pergunta difícil de ser respondida. Difícil por haver diversas interpretações sobre o que é o bolchevismo, distintas algumas vezes. Isso, no entanto, proporciona uma complexidade e uma dificuldade em se compreender o que ele seja de fato. A questão é que o bolchevismo nasce fundado em uma profunda confusão de seu próprio mentor, e, futuramente, de seus epígonos. Estes últimos contribuíram para que se generalizasse essa confusão sobre o seu real significado, até mesmo intelectuais conceituados acabam manifestando uma concepção deturpada do que ele seja. Por este motivo, este texto tem como objetivo fundamental discutir o que é o bolchevismo.

Para isso buscaremos resgatar o seu significado histórico e, assim, contribuir para que se inicie um processo de superação das ilusões que giram em torno do que representou, o seu papel na história do capitalismo e o que representa na atualidade. A clareza em torno de seu significado pode proporcionar aos militantes revolucionários uma ferramenta para que sua luta não perca de vista o seu objetivo fundamental, a emancipação humana, e que não deixe que as ilusões sejam uma barreira para levá-los a caminhos distintos.



Lênin. À esquerda o símbolo que representa o bolchevismo, a foice (faz referência ao campesinato) e o martelo (ao proletariado).

A origem do bolchevismo

A origem do bolchevismo deve-se ao seu mentor e criador, Vladímir Ilitch Ulianov, ou simplesmente Lénine ou Lênin como é mais conhecido. Lênin passou a ser reconhecido por muitos como o “líder da revolução Russa de 1917”, experiência esta que lhe rendeu a insígnia histórica, delegada por seus seguidores, de revolucionário e principal responsável pela efetivação histórica do projeto de sociedade do proletariado. Segundo

* Professor do curso de história da Universidade Estadual de Goiás. Militante do Movimento Autogestionário.

ele, na obra *Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo*, “o bolchevismo existe como corrente do pensamento político e como partido político desde 1903” (LÊNIN, 1981, p.14).

A origem, portanto, do bolchevismo remete a um projeto de Lênin de se criar um partido de novo tipo, como ele costumava chamar. Esse projeto teve início no final do século XVIII, quando Lênin teve a ideia de elaborar um jornal que atingisse militantes da socialdemocracia “de toda a Rússia”. O jornal, batizado por ele como *Iskra*, seria uma ferramenta para reunir militantes e criar uma força para efetivar o seu projeto¹. Assim, “tendo assegurado a ajuda dos socialdemocratas e criado sólidos pontos de apoio para o futuro jornal, Lênin partiu para o estrangeiro em julho de 1900” (IML, 1984, p. 74).

Lênin buscou apoio em militantes socialdemocratas que residiam na Suíça, que era onde viviam os membros do grupo *Emancipação do Trabalho*, tratando-se de P. Axelrod, Plekhánov, Vera Zassúlitch, A. Potréssov e Martov, os quais se reuniram em Corsier para discutir a proposta de elaboração do jornal². O grupo concordou com a proposta de Lênin e seriam corretores do mesmo. Contudo Plekhánov, que era grande amigo de Lênin, temendo perder espaço concordou com a proposta desde que “o jornal fosse publicado sob a sua direção e que todas as ligações com a Rússia passassem através dele, na Suíça” (*Ibid*, p. 75). Assim, trabalharam juntos na sua elaboração.

Em Outubro de 1900 foi publicada em panfleto separado, a Declaração da Redacção do *Iskra*, escrita por Lênine. Nela sublinhava-se a premente necessidade da fundação de um partido revolucionário, indissolivelmente ligado ao movimento operário (*Ibid*, p. 76).

O primeiro número do jornal saiu em dezembro de 1900. “O jornal trazia em epígrafe as seguintes palavras, retiradas da resposta dos dezembristas e Púchkin: ‘Da centelha acender-se-á a chama!’”.

O *Iskra* ocupava-se de todas as questões econômicas e políticas actuais, do movimento operário, da situação das massas populares. O jornal começou a publicar-se num momento em que na Rússia crescia o movimento revolucionário, em que nas ruas de Petersburgo, Moscovo, Kíev, Kazán, Tomsk e outras cidades se realizavam grandes manifestações sob a palavra de ordem de “abaixo a autocracia” (*Ibid*, p. 77).

¹ Para mais detalhes deste jornal ver os últimos capítulos de “Que Fazer?” (LÊNIN, 1978).

² Além do jornal, Lênin elaborou conjuntamente uma revista que a nomeou de *Zariá*.

A Rússia passava por um momento de grande efervescência da luta operária. E foi diante deste contexto que Lênin teve a audácia de propor a criação de um partido, que na sua concepção teria o papel de guiar e dirigir a classe operária, contribuindo para que esta efetivasse de fato a revolução. Mas qual era aparentemente o objetivo de Lênin em criar um partido único na Rússia? Neste mesmo panfleto Lênin fez a seguinte declaração:

O grande papel da classe operária da Rússia e do partido: só organizado num partido revolucionário o proletariado podia cumprir a tarefa imediata que lhe cabia – unir sob a sua bandeira todos os elementos democráticos do país e derrubar a autocracia (Apud, *Ibid.* pp. 76-77).

Contudo, foi somente com o II Congresso do Partido Operário Socialdemocrata Russo, que ocorreu entre julho e agosto de 1903, que o projeto de Lênin se efetivou.

A ordem de trabalhos do congresso continha vinte questões, as mais importantes das quais eram o programa do partido, a organização do partido (aprovação do Estatuto do POSDR³) a eleição do Comité Central e da redacção do Órgão Central [...] o congresso decorreu numa encarniçada luta dos *iskristas* consequentes, unidos em torno de Lênine, contra os “economistas”, *bundistas*, *centristas* e *iskristas* inconsequentes, “brandos”, partidários de Martov (*Ibid.*, p. 97).

Apesar das controvérsias de uma minoria Lênin conseguiu neste Congresso aprovar o seu programa político, no qual defendia a ideia de que “a luta pela ditadura do proletariado era colocada como tarefa fundamental do partido da classe operária” (*Ibid.*, p. 98). Neste Congresso as opiniões dos militantes se dividiram basicamente em duas partes, um grupo, a maioria, apresentou concordância com Lênin, e a outra parte, uma minoria concordava com Martov, que discordava da proposta de Lênin de um partido fechado e dirigido com um grupo de dirigentes profissionais. Para Martov:

O proletariado não devia lutar pelo poder enquanto não constituísse a maioria da população do país. Por isso não necessitava de um partido combatente e revolucionário, necessário para garantir a hegemonia da classe operária e a vitória da ditadura do proletariado (*Ibid.*, pp. 100-101).

Finalmente o grupo que se colocou ao lado de Lênin, denominado por eles de revolucionários consequentes, que era a maioria (em russo *bolchinstvó*), passaram a se denominar bolcheviques, tendo Lênin em sua direção. O outro grupo, uma minoria (em

³ Partido Operário Socialdemocrata Russo.

russo *menchinstvó*) passaram a ser denominados de mencheviques. Os bolcheviques, portanto, inauguram uma tendência política, cuja concepção passa a ser denominada de bolchevismo.

Bolchevismo e marxismo

De forma sintética, esta é a origem do bolchevismo. Agora, é preciso aprofundar a análise sobre o que é o bolchevismo, que é onde se encontra o maior problema da história desta concepção. Vimos que o bolchevismo foi criado nos princípios políticos e ideológicos de Lênin. Portanto, para compreender o que ele foi, o que se tornou e as deformações que sofreu, é necessário, primeiramente, compreender os princípios que norteiam a sua existência, que só podem ser compreendidos a partir do próprio pensamento de Lênin.

Lênin (1981, p. 15) afirma que “o bolchevismo surgiu em 1903 fundamentado na mais sólida base da teoria do marxismo”. Sendo o marxismo a referência para o bolchevismo, como ele afirma, é preciso, no entanto, entender o que é o marxismo. Com isso podemos ter elementos suficientes para compreender o que é o bolchevismo.

Uma obra que contribui sobremaneira para compreender o que é o marxismo é *Marxismo e Filosofia* de Karl Korsch⁴. Nesta obra, o autor apresenta um estudo rigoroso da história do marxismo, compreendendo que para este estudo era necessário aplicar o materialismo histórico-dialético ao próprio marxismo. Korsch percebeu que a história do marxismo percorreu três períodos até a atualidade. Segundo ele:

A primeira começa por volta de 1843 (na história das ideias, com a Crítica da Filosofia do direito de Hegel) e chega ao fim com a Revolução de 1848 (na história das ideias, com Manifesto Comunista). A segunda se inicia com a sangrenta repressão ao proletariado parisiense em junho de 1848, seguida pela liquidação de todas as organizações e tendências emancipadoras da classe operária, “numa época de atividade industrial febril, de descalabro moral e de reação política” magistralmente descrita por Marx na Mensagem inaugural de 1864. Estenderemos sua duração até a virada do século porque não se trata, aqui, da história do proletariado em geral, mas da evolução interna da teoria de Marx em suas relações com a história do proletariado e, por isso, deixamos de lado fases de menor importância (fundação e declínio da Primeira

⁴ Outra grande contribuição para compreender o que é o marxismo está na importante análise de VIANA (2007, 2008, 2012).

Internacional; episódio da Comuna; confronto entre lassallianos e marxistas; lei anti-socialista; sindicatos; fundação da Segunda Internacional). A terceira vem dessa época aos nossos dias e se estende até o futuro ainda indeterminado (KORSCH, 2008, pp. 37-38).

O que Korsch conclui é que o marxismo, desde a sua origem, acompanha o movimento revolucionário do proletariado, fazendo deste sua expressão genuína e autêntica. Por isso ele define o marxismo como: “(...) expressão teórica da ação revolucionária do proletariado” (KORSCH, 2008, p. 148). Este estudo de Korsch foi fundamental para observar que durante a sua história, o marxismo sofreu diversas deformações. Isso provocou a emergência de um pseudomarxismo, ou seja, concepções que dizem representar o marxismo, porém, fazem desaparecer os seus princípios fundamentais, ou seja, o de ser expressão teórica do movimento revolucionário do proletariado. Se esse princípio não é considerado, no entanto, não se trata mais de um marxismo e sim de um falso marxismo.

Marx, portanto, foi o primeiro a organizar teoricamente a luta travada pelo proletariado contra os seus exploradores, como colocou Korsch (2008). Ele representa a fase autêntica do marxismo, e por autêntico, entende-se por ser representante teórico da luta revolucionária do proletariado. O seu principal objetivo era descobrir como a dinâmica da luta de classes no interior do capitalismo poderia levar ao processo que desembocaria na transformação social e instituição de uma sociedade pautada pelo autogoverno dos produtores (MARX, 1986).

Foi por isso que dedicou boa parte de sua vida ao estudo do capitalismo, dando origem a uma das suas mais importantes obras, *O Capital*. Ao demonstrar a transitoriedade do capitalismo, Marx encontrou no proletariado a força transformadora que colocará fim à sociedade de classes e efetivará a emancipação humana. O proletariado é a classe potencialmente revolucionária por ser a única capaz de desenvolver uma consciência revolucionária, no sentido de se efetivar a emancipação humana. Essa consciência, no entanto, é consequência da exploração que sofre nos locais de trabalho, diante da qual consegue superar as ilusões e limites que a burguesia impõe à sua própria consciência. É através da luta que sua consciência avança e pode atingir um caráter revolucionário. Nesse sentido, Marx (2003, p. 53) coloca que “sua luta contra a burguesia começa com sua própria existência”. A grande questão está em como a classe

operária fará a transformação social. Esta questão é de fundamental importância para entender o bolchevismo.

A Comuna de Paris de 1871 se tornou indispensável para compreender esse processo. Ela representa a primeira tentativa da classe operária em efetivar o seu projeto de sociedade. Com a Comuna de Paris, o marxismo dá um passo adiante na luta pela emancipação humana, deixando definitivamente claro que a emancipação do proletariado será obra do próprio proletariado. Isso significa que a sua luta deve estar inteiramente em suas mãos, não delegando a outros esta tarefa. Como o proletariado demonstrou na Comuna de Paris de 1871, o seu primeiro ato histórico deve ser a abolição do Estado e concomitantemente, da propriedade privada dos meios de produção. Ao lado deste ato histórico, é ao proletariado que cabe a organização da sociedade segundo os seus preceitos. Extinguem-se as classes sociais e generalizam-se as organizações operárias (conselhos de fábrica, de bairro, de ensino etc.) que efetivarão o trabalho de reconstrução social sob os princípios da autogestão social.

A partir desta breve análise do marxismo, podemos entender como este concebe a luta do proletariado, bem como o processo que deve percorrer na busca pela transformação social. Agora voltemos ao nosso objetivo inicial, ou seja, o de discutir o que é o bolchevismo. Vimos no início que o bolchevismo é fundamentado no pensamento de Lênin. Mas, como Lênin pensa o processo revolucionário? Pode-se considerar que sua concepção é equivalente ao que defende o marxismo? Com esta discussão vamos nos aproximar da resposta à pergunta colocada no título deste artigo.

Lênin fundamenta sua concepção no marxismo, como colocamos anteriormente. Ele se apropria da ideia de ditadura do proletariado, termo utilizado por Marx em uma carta resposta ao escritor alemão Georg Weydemeyer. Segundo Lênin, na crítica que direciona a Kautsky pelas deformações que realiza do pensamento de Marx, a ditadura do proletariado:

É uma questão da maior importância para todos os países, particularmente para os avançados, particularmente para os beligerantes, particularmente no momento actual. Pode dizer-se sem exageros que é a questão principal de toda a luta de classe proletária (LÊNIN, 1979, p. 13).

Para observar a relação do pensamento de Lênin com o de Marx, no entanto, é preciso entender o que ambas as concepções entendem por ditadura do proletariado. Marx, como foi dito anteriormente, utilizou o termo “ditadura do proletariado” uma vez em uma carta resposta dirigida a Weydemeyer. Weydemeyer havia escrito uma carta a Heinzen⁵ e ela foi publicada em um periódico norte-americano, *The Democrat*, e a resposta de Marx trata desta carta. Vejamos a passagem onde ele se refere à ditadura do proletariado:

E agora, ao que diz respeito a mim, não ostento o título de descobridor da existência das classes na sociedade moderna, e nem mesmo se quer da luta entre elas. Muito antes que eu, os historiadores burgueses haviam descrito o desenvolvimento histórico desta luta de classes, e os economistas burgueses a anatomia econômica das classes. O que eu disse de novo foi demonstrar: 1) que a existência das classes está vinculada unicamente a fases particulares, históricas, do desenvolvimento da produção; 2) que a luta de classes conduz necessariamente à ditadura do proletariado; 3) que esta mesma ditadura só constitui a transição à abolição de todas as classes e a uma sociedade sem classes (MARX, apud IMEL, 1957, p. 47). [grifo do autor]

Engels deixa ainda mais claro o que Marx concebia por ditadura do proletariado no prefácio que escreve para a edição inglesa de 1891 de *A Guerra Civil na França*. Segundo ele:

Ultimamente, as palavras “ditadura do proletariado” voltaram a despertar sagrado terror ao filisteu socialdemocrata. Pois bem, senhores, quereis saber que face tem essa ditadura? Olhai para a Comuna de Paris: eis aí a ditadura do proletariado! (ENGELS, 1986, p. 29).

A ditadura do proletariado, portanto, é reconhecida por Marx, como equivalente ao que ocorreu na Comuna de Paris de 1871, tratando-se do período em que a classe operária atinge o seu objetivo de classe, ou seja, a abolição das classes sociais e a instituição da autogestão social ou, segundo a terminologia de Marx, analisando a Comuna de Paris: “o autogoverno dos produtores”. Não se tratava de um indivíduo ou um grupo de indivíduos que se coloca acima do proletariado, trata-se da própria classe operária em estado de autogoverno da sociedade. Como expressou o próprio Marx

⁵ Karl Heinzen (1809-80), Médico e democrata burguês. Diretor de vários periódicos germanoamericanos. Opositor a Marx e Engels. Pequeno burguês de pouco conhecimento, que sustentava que o poder despótico dos príncipes alemães era a raiz de todo o mal; daqui advinha o seu apelido de “o matador de príncipes”. Considerava a “luta de classes” como uma ideia absurda dos comunistas (Instituto Marx-Engels-Lenin, 1957, p. 47)

(1986, p. 76), “a Comuna era, essencialmente, um governo da classe operária, fruto da luta de classes produtora contra a classe apropriadora, a forma política afinal descoberta para levar a cabo a emancipação econômica do trabalho”. Nesse processo, a abolição do estado se coloca como a primeira tarefa a ser cumprida, já que o estado nada mais é do que uma expressão do poder de determinada classe sobre outra. Para Marx (1986, p. 69) “a classe operária não pode limitar-se simplesmente a se apossar da máquina do Estado tal como se apresenta e servir-se dela para seus próprios fins”. Marx considerava que a missão do proletariado consistia em aniquilar este aparato de Estado e em criar órgãos de gestão totalmente novos (BRICIANER, 1969, p. 163).

Mas, qual seria o objetivo de Lênin em defender a criação de um partido de toda a Rússia? Levar a cabo esse ato histórico do proletariado? Vejamos: o primeiro ponto a destacar é como Lênin concebia a consciência proletária. Ele concorda que a classe revolucionária é o proletariado, assim como já havia sido demonstrado por Marx anteriormente. Lênin, no entanto, concebe a classe operária destituída de uma consciência revolucionária. Ela, por si só, não teria condições de atingir uma consciência revolucionária e efetivar a transformação social. Segundo ele, o máximo que o proletariado pode conseguir chegar é a uma consciência sindical. Para ele,

A história de todos os países atesta que, pelas próprias forças, a classe operária não pode chegar senão à consciência sindical, isto é, à convicção de que é preciso unir-se em sindicatos, conduzir a luta contra os patrões, exigir do governo essas ou aquelas leis necessárias aos operários etc. (Ibid, p. 24).

É por este motivo que ele coloca ser indispensável educar a classe operária, vejamos suas palavras: “devemos empreender ativamente a educação política da classe operária, trabalhar para desenvolver sua consciência política” (LÊNIN, 1978, p. 45). Na concepção de Lênin, a consciência revolucionária não emerge no interior do proletariado. Ela é consequente de fora da própria classe. Segundo ele, “a consciência política de classe não pode ser levada ao operário *senão do exterior*, isto é, do exterior da luta econômica, do exterior da esfera das relações entre operários e patrões” (Ibid, p. 62).

Mas a quem cabe levar esta consciência revolucionária ao proletariado? Segundo ele, a um conjunto de militantes profissionais. A esses militantes cabe a tarefa de ser a vanguarda do movimento operário, uma vez que do capitalismo ao comunismo,

haverá um período de transição denominado por ele de socialismo (LÊNIN, 1970). Esses profissionais são, portanto, detentores de uma consciência revolucionária e a quem cabe o papel histórico de dirigir a classe operária neste período de transição e leva-la a atingir uma posição revolucionária e a segunda fase de sua luta, o comunismo. O partido bolchevique seria, portanto, a reunião destes profissionais e formaria a organização revolucionária que iria dirigir o proletariado, se colocando à frente das decisões e decidindo o caminho a ser seguido.

Esta questão apontada por Lênin destoa radicalmente dos princípios fundamentais do marxismo. É daqui que emerge a profunda confusão em torno do que seja o bolchevismo. Marx já havia chamado a atenção de que “não se julga o indivíduo pela consciência que ele faz de si próprio. É preciso, pelo contrário, explicar esta consciência pelas contradições da vida material” (MARX, 1977, p. 25). É fundamental considerar esta questão, uma vez que Lênin apresenta Marx como a principal referência de seus estudos. Basta dar uma olhada em sua bibliografia para confirmar isso. Marx, às vezes, é citado em exagero. Isso, no entanto, pode confundir leitores precipitados e reforçar a idolatria de militantes de organizações políticas à figura de Lênin. O fato de Lênin citar Marx e afirmar que o utiliza como referência em seus estudos não faz dele um marxista, nem mesmo um militante revolucionário.

Esclarecido este ponto é importante observar que em Marx não há a defesa da necessidade de profissionais para guiarem a classe operária. Marx afirmou categoricamente nos Estatutos da Associação Internacional dos Trabalhadores (2003, p. 107) que “a emancipação da classe operária deverá ser conquistada pela própria classe operária”. Diante de tudo o que já foi apresentado até aqui, chegamos a duas hipóteses fundamentais em torno da concepção de Lênin, e, conseqüentemente daqueles que defendem o bolchevismo: 1) ou ele não compreendeu o pensamento de Marx; b) ou ele utilizou seu pensamento por oportunismo, ou seja, para atender seus próprios interesses em detrimento dos interesses do proletariado.

A primeira hipótese pode ser facilmente descartada, considerando a clareza em que Marx havia exposto os princípios da luta revolucionária do proletariado, principalmente após a Comuna de Paris de 1871, onde foi rasgado de vez o véu que ocultava o papel do Estado na sociedade. E pelo fato de Lênin demonstrar em suas obras

um profundo conhecimento do pensamento de Marx. A segunda hipótese pode se tornar ainda mais clara durante e depois da Revolução Russa de 1917, em que Lênin foi criticado abertamente por diversos militantes que apontavam o seu lado opressor e formador de um novo modo de capitalismo, o capitalismo de estado.

Por isso Lênin pensar e defender com unhas e dentes o centralismo, cujo centro de decisão e organização seria ele próprio e seus auxiliares. Desta forma, a segunda hipótese apontada anteriormente torna-se irônica, uma vez que Lênin defendia que esse centralismo se tratava de uma campanha contra o oportunismo. Segundo Lênin, citado por Rosa Luxemburgo (1991, p. 49), “trata-se de forjar, mediante os parágrafos do estatuto, uma arma mais ou menos afiada contra o oportunismo. Quanto mais profundas forem as origens do oportunismo, tanto mais afiada essa arma precisa ser”.

Herman Gorter (1981, p. 39), em carta direcionada a Lênin, já havia percebido o seu oportunismo, expressando de forma clara: “só posso ver oportunismo em sua atitude”. Um exemplo deste oportunismo foi evidenciado por Gorter ao enfatizar o papel conservador e reacionário dos sindicatos que eram propostos por Lênin - que na Revolução Russa assumiram o papel de impedir o avanço da luta do proletariado, tornando-se um empecilho da autogestão social, um instrumento da burocracia estatal contra os trabalhadores – questão que já havia sido observada pelo próprio Lênin. Mas Gorter ressalta:

Você, companheiro, e a Executiva de Moscou, sabem que os sindicatos representam forças contrarrevolucionárias. É o que se deduz claramente das suas teses. Apesar disso você quer conservá-los. [...] Você próprio afirma em suas teses que as organizações por fábrica devem ser e são nosso objetivo. Apesar disso você quer esmagá-las. Você quer esmagar as organizações nas quais os operários, cada operário, e, em consequência, a massa, podem chegar a ter força e o poder, e quer conservar aquelas onde a massa é um instrumento morto na mão dos dirigentes (Ibid, pp. 43-44).

Finalmente, Gorter chama a atenção de Lênin para o que de fato ele representa para a luta revolucionária do proletariado:

Você, companheiro, pretende levar os socialdemocratas, os independentes e outros ao parlamento e ao governo para mostrar que não passam de empulhadores. Você quer utilizar o parlamento para mostrar que não serve para nada (Ibid, p. 70).

Lênin, no entanto, trabalhava duramente em torno de seus interesses. O partido era a realização do seu maior objetivo, cuja característica era se manter na dianteira do movimento operário, com um chicote em uma mão e um ferro em brasas em outra. Como diz ele próprio:

Sem partido férreo e temperado na luta, sem um partido que goze da confiança de tudo que exista de honrado dentro da classe, sem um partido que saiba tomar o pulso do estado de espírito das massas e influir nele é impossível levar a cabo com êxito essa luta (LÊNIN, 1981, pp. 41-42).

Lênin não escondia o lado opressor e férreo do estado que almejava constituir na Rússia. Não pestanejava em afirmar que concebia a ditadura como “um poder férreo” (LÊNIN, 1980, p. 45). Estava propício a qualquer coisa para defender o seu próprio oportunismo. O partido deveria ser fechado temendo a criação de um contrapoder que pudesse colocá-lo em xeque. A aqueles que caminhassem neste sentido, ou seja, de ser uma barreira e um incômodo, segundo ele próprio: “merecem ser fuzilados” (*Ibid*, p. 174).

Para continuarmos ainda um pouco mais torna-se, no entanto, importante observar que a discussão que realizamos até aqui esclarece uma dúvida e uma confusão existente em torno da relação entre Lênin e Marx e as distorções em torno do bolchevismo e do marxismo. A concepção de ambos, que teve como consequência a sua continuação e aprofundamento por militantes posteriores foi denominada, consecutivamente, de leninismo e marxismo.

O leninismo teve, portanto, em Lênin, e na experiência da Revolução Russa, a sua principal referência. Em 1917 Lênin conseguiu efetivar o seu grande objetivo de um partido de toda a Rússia, partido esse que se denominou partido bolchevique, tendo ele à frente como um exímio ditador. A confusão é que tanto Lênin quanto seus seguidores, se colocam no mesmo plano que o marxismo, como se fossem equivalentes e defendessem os mesmos interesses. Isso provocou uma profunda deformação do bolchevismo e simultaneamente do marxismo. É preciso observar, a partir do que já foi colocado, que são concepções radicalmente distintas.

O marxismo, lembrando Korsch (2008), é a expressão teórica do movimento revolucionário do proletariado. O leninismo é a expressão ideológica da burocracia, sendo ao mesmo tempo um defensor do capitalismo em sua forma estatal, sendo, ao invés de

uma ditadura do proletariado, como concebido por Marx, defensor e agente de uma nova forma de “ditadura sobre o proletariado” (KORSCH, 2008, p. 107), ou como expressou Makhaïski (1981, p. 141):

A afirmação dos bolcheviques visando a apresentar sua conquista do poder como a ditadura, como a dominação da classe operária, de fato não é mais do que uma das numerosas fábulas que o socialismo inventou ao longo de sua história. [...] uns e outros prometem à classe operária sua dominação, deixando-a nas mesmas condições de servidão e fazendo-a coexistir com a burguesia que possui sempre todas as riquezas.

Isso fica mais claro ainda na própria concepção de Lênin que concebe a ditadura do proletariado como um período em que a luta de classes ainda não tenha sido destruída, mas trata-se de um novo período da luta de classes, como ele afirma: “a ditadura do proletariado não é o fim da luta de classes, mas a sua continuação em novas formas” (LÊNIN, 1974, p. 11). Essa afirmação, por si só, demonstra a enorme distância e discrepância de sua concepção com a teoria do proletariado, cuja expressão mais acabada é o marxismo.

Apesar do ferro em brasas que apontava para seus opositores, não faltaram críticas e combatentes ao filho que Lênin gerou e criou na Rússia, o bolchevismo. Até mesmo seu comparsa na Revolução Russa, Trotsky, através do texto *Nossas Tarefas Políticas*, publicado em 1904, já havia observado que “no esquema de Lênin o Partido substituiria a classe” (TROTSKY, apud 1981, p. 19). Apesar da defesa que Lênin professou da revolução proletária, sua concepção e a experiência que levou a cabo na Revolução Russa através do partido bolchevique denota que este não destoa de outras organizações burocráticas. Mas vejamos com mais detalhes esta questão.

O partido bolchevique

Depois de tudo que foi dito, podemos concluir que o bolchevismo é uma concepção política, uma tendência que emerge no interior da socialdemocracia russa. É consequente da prática do partido bolchevique cuja referência era baseada na concepção de Lênin. Contudo, precisamos ainda discutir o que é o partido bolchevique. Já vimos sobre o processo histórico de sua constituição, referência teórica etc. Precisamos discutir um pouco mais sobre sua prática. Assim, compreenderemos a respeito da concepção

política à qual ele dá origem, o bolchevismo. Para compreender as práticas deste partido, é preciso esclarecer o que são partidos político. Estes:

São organizações burocráticas que visam à conquista do Estado e buscam legitimar esta luta pelo poder através da ideologia da representação e expressam os interesses de uma ou outra classe ou fração de classe existentes (VIANA, 2003, p. 12).

O partido bolchevique era, portanto, uma organização burocrática que trazia em si essas características de um partido, isto é, de se organizar sob o manto da relação entre dirigentes e dirigidos. Internamente haviam aqueles que mandavam e aqueles que deveriam obedecer. O grande mandante era Lênin, que conseguiu reunir em torno de si um conjunto de outros indivíduos que viam no partido uma forma de desfrutar de determinados privilégios em detrimento da classe operária. Esse grupo, tendo Lênin à frente, eram os exploradores e controladores da classe operária russa. O discurso que utilizavam de que representavam a classe operária era apenas uma forma de ocultar a opressão e exploração que exerciam sobre esta classe. Esse partido cultivou:

A ideologia da nulidade operária, considerando os trabalhadores mera força de trabalho que têm que ser “dirigidos”, “organizados” pelo partido. O socialismo de dirigentes e dirigidos não é socialismo, mas autoritarismo burocrático. Mantém o trabalhador da linha de produção ganhando “por produção” e subordinado à chefia, nomeada pelo partido e pelo Estado (TRAGTENBERG, 1988, p. 118).

A ditadura proclamada por Lênin e muito bem realizada pelo partido bolchevique – denominada por ele de socialismo - foi agente do que “Pannekoek denominou de capitalismo de estado” (BRICIANER, 1969, p. 272). Segundo ele, “o que se designava por socialismo de Estado se revolveu como capitalismo de estado sobre a forma política de uma ditadura” (PANNEKOEK, 1973, p. 19). O bolchevismo se configurou de acordo com a concepção de Lênin, que defendia a organização da classe operária por um grupo de profissionais, de intelectuais, que eram portadores de uma consciência revolucionária. O que confunde os seus seguidores e deformou este bolchevismo é que ele não deixou claro que tipo de consciência revolucionária era esta. E isso confundiu por demais militantes políticos após 1917.

Esta consciência revolucionária tratava-se de uma consciência da classe intelectual, ou da *intelligentsia*, como denominou Makháiski (1981), sendo ao mesmo tempo expressão da consciência burguesa. Era uma consciência revolucionária por

colocar abaixo o capitalismo privado, transformando-o em capitalismo de estado. Como colocou Pannekoek (1973, p. 134) “esta burocracia estatal, como uma nova classe dominante, dispõe diretamente do produto, portanto, da mais-valia, ao passo que a classe operária é explorada como assalariada”. A autogestão social certamente não era o objetivo de Lênin, como aponta Arthur Rosenberg (1986, p. 302)

O objetivo devia ser o de fundar, após a queda do czar, uma república russa sob a forma da “ditadura democrática dos operários e camponeses”. Tal república russa seria também um Estado burguês fundado na propriedade privada burguesa.

O bolchevismo passou a defender, assim, relações estabelecidas sob o manto do capitalismo, fazendo do partido o meio de dirigir os negócios de uma minoria que se organiza em torno de um partido onipotente. Desta forma:

O bolchevismo ligava à direção unipessoal da empresa, por um administrador nomeado pelo Estado, a utilização do método de Taylor de organização do trabalho e o pagamento por produtividade individual. Enfatizava o estudo e o emprego do que, na sua opinião, havia de científico no taylorismo (TRAGTENBERG, 1988, p. 86).

Para usufruírem deste privilégio que a exploração dos trabalhadores poderia lhes oferecer, é que os bolcheviques almejavam o poder de Estado, objetivo que realizaram em 1917 ao tomarem o poder estatal russo. Isso fica mais claro na proposta de Lênin em nacionalizar os bancos russos e não querer a sua abolição. Por isso ele afirmar que “os grandes bancos constituem o ‘aparelhos do Estado’ de que necessitamos para realizar o socialismo” (LÊNIN, 1976, p. 94). Isso lhe daria de fato o dinheiro necessário para viver como um burguês sempre sonhou, mergulhado no vil metal. Daí a importância de defenderem e propagarem a ideologia da representação, questão de fundamental importância para a sobrevivência das organizações burocráticas.

É importante ressaltar que o partido bolchevique, apesar de suas pretensões teóricas revolucionárias, é um órgão burguês, na medida em que é um Estado em miniatura, cuja finalidade é tomar o poder, não destruí-lo (TRAGTENBERG, 1988, p. 115). Isso explica o caminho que seguiu a Revolução Russa, guiada e determinada por seus interesses. A concepção bolchevique, portanto, considera que ao proletariado não cabe outra posição, senão, se convencer de sua ignorância e de que os seus dirigentes estão corretos, mesmo que a direção que dão às coisas seja a manutenção brutal da exploração sobre ela, dito de outra forma:

A Revolução Russa só pode triunfar por que o Partido Bolchevique, como uma unidade fechada e altamente disciplinada, dirigiu as massas, e porque a clara visão e a confiança inquebrantável de Lênin e seus amigos indicaram o caminho correto [...] o que importa são os dirigentes do partido, revolucionários sagazes e experimentados; as massas não precisam mais que o convencimento de que o partido e seus dirigentes têm a razão (PANNEKOEK, 1973, p. 134).

O partido bolchevique, para proteger o seu interesse de manter em suas mãos o estado e a direção da classe operária, defendia que a autonomia da classe operária deveria ser combatida. Permitir que a classe operária seguisse seu próprio rumo e tomasse em suas mãos a organização de sua luta, era o maior perigo para o partido, pois este poderia ser destruído, assim como seus privilégios e o poder que tanto almejava. Por isso deveriam lutar para manter a classe operária sob o seu controle. Segundo Tragtenberg (1988, p. 82): “é que o Partido Bolchevique queria não só o monopólio da revolução, mas também o poder em seus vários níveis, para aniquilar uma revolução que seguia uma via autônoma”.

Considerações Finais

Considerando, portanto, a discussão realizada inicialmente, podemos concluir que o bolchevismo é uma concepção burocrática pautada na prática e na ideologia da representação, e se fundamenta na concepção leninista e na prática do partido bolchevique na Rússia. Esta concepção não considera a tarefa histórica do proletariado como agente da transformação social, e delegam esta a um grupo de burocratas que se organizam em torno do Estado, aos quais cabe a tarefa de dirigir este processo. Nesta concepção nega-se a autonomia da classe trabalhadora em detrimento do dirigismo do partido e de outras organizações burocráticas, a exemplo dos sindicatos.

Para o bolchevismo, a revolução só pode ser alcançada através do poder estatal. Nesse sentido, nega-se a sua destruição e defende-se a submissão do proletariado às suas ordens. Esta concepção assume, portanto, a defesa de uma sociedade dividida em classes sociais, a manutenção da relação dirigentes-dirigidos. Não há espaço nesta concepção para a emancipação humana. Esta, pelo contrário, é convertida em emancipação do partido que assume o poder do estado e não

emancipação da humanidade, cujo pressuposto é a abolição do capitalismo e de seu mantenedor, o estado.

O bolchevismo, portanto, do ponto de vista do proletariado, é uma concepção a ser combatida. É um entrave para o avanço da luta revolucionária, e como tal, se colocará como um empecilho para a autogestão social, uma vez que em um processo revolucionário pode querer dirigir a classe operária. E neste processo a classe operária terá que esmagá-la e destruí-la.

É preciso deixar claro, portanto, que bolchevismo não é o mesmo que marxismo. São concepções radicalmente diferentes. Os termos *marxismo-leninismo*, *marxismo-bolchevique*, *socialismo de estado* ou algo semelhante são nada mais do que frutos de uma confusão e de concepções deturpadas sobre o que é o marxismo e o que é o bolchevismo. Alguns podem dizer que o bolchevismo rompeu ou que abandonou algumas teses do marxismo. Pannekoek (1973, p. 128), neste sentido é muito claro: “O bolchevismo russo não pode abandonar o caminho do marxismo, pois nunca foi marxista”. Em síntese, a luta pela transformação social pressupõe também a superação desta ideologia, o aprofundamento e desenvolvimento do marxismo e o combate ao bolchevismo.

Referências

- BRICIANER, Serge. *Anton Pannekoek y los consejos obreros*. Paris: Schapire, 1969.
- ENGELS, F. *Prefácio*. In: MARX, Karl. *A Guerra Civil na França*. São Paulo: Global, 1986.
- GORTER, Herman. *Carta aberta ao companheiro Lênin (1920)*. In: TRAGTENBERG, IML – Instituto de Marxismo-Leninismo. *Lênine: biografia*. Lisboa: Avante, 1984.
- IMEL – Instituto Marx-Engels-Lenin. *Correspondência*. Buenos Aires: Cartago, 1957.
- KORSCH, Karl. *Marxismo e Filosofia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- LÊNIN, V. L. *A Democracia Socialista Soviética*. Moscovo-URSS: Progresso, 1980.
- _____. *A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky*. Lisboa: Avante, 1979.
- _____. *Como Iludir o Povo*. Coimbra: Centelha, 1974.
- _____. *Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo*. São Paulo: Global, 1981.

- _____. *O Controle Operário e a Nacionalização da Indústria*. São Paulo: Estampa, 1976.
- _____. *Que Fazer?*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- LUXEMBURGO, Rosa. *A Revolução Russa*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1991.
- MAKHAÏSKI, Jan Wacław. *A Revolução Operária (1918)*. In: TRAGTENBERG, Maurício. *Marxismo Heterodoxo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MARX, Karl. *A Guerra Civil na França*. São Paulo: Global, 1986.
- _____. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- _____. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- _____. *Estatuto da Associação Internacional dos Trabalhadores*. In: MARX e Engels. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- PANNEKOEK, Anton. *Lenin Filósofo*. Córdoba: Cuadernos de Pasado y Presente, 1973.
- ROSENBERG, Arthur. *Democracia e Socialismo*. São Paulo: Global, 1986.
- TRAGTENBERG, Maurício. *A Revolução Russa*. São Paulo: Atual, 1988.
- _____, Maurício. *Marxismo Heterodoxo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- TROTSKY, Leon. *Política*. São Paulo: Ática, 1981.
- VIANA, Nildo. *Karl Korsch e a Concepção Materialista da História*. Florianópolis: Bookess, 2012.
- _____. *O que é Marxismo?*. Rio de Janeiro: Elo, 2008.
- _____. *O Que São Partidos Políticos?*. Goiânia: Germinal, 2003.
- _____. *Um Marxismo Vivo*. Porto Alegre: Barba Ruiva, 2007.

TROTSKY E A DITADURA DO PROLETARIADO

H. Smith



Leon Trotsky:

Leon Trotsky insiste em seu erro. O que ele denomina como “ditadura do proletariado” na Rússia reveste-se aos seus olhos como um peso, e, portanto, possui uma significação bem mais considerável que uma futura ditadura dos trabalhadores que continua ainda por definir. Assim, não contente em nos informar da existência de uma ditadura do proletariado na Rússia, ele constata que essa pretensa ditadura é significativa. É evidente, para Trotsky, que esse "exemplo vivo" influencia a sua concepção da futura forma de dominação operária. Com efeito, nada mais significativo para os acontecimentos futuros do que os acontecimentos do presente.

Incapaz de sair da problemática russa, Trotsky calcula que a luta pelo poder visa, por ordem de prioridade, primeiro o Partido, depois, bem mais tarde, os sindicatos e, em último lugar, os conselhos operários. Ele concede o justo lugar ao fator “espontaneidade”, mas esclarece que sem a vontade de aço e a experiência provada de um partido semimilitar, o movimento está fadado ao fracasso. De uma tal concepção deriva, necessariamente, uma política intransigente, mesmo se Trotsky afirma que essa intransigência se deve limitar a questões de princípio; disso deriva a organização burocrática, a recusa em reconhecer os seus erros para evitar manchar o prestígio da organização, e, finalmente, vemos a imposição de chefes cuja incapacidade é proporcional à sua importância hierárquica.

Ao longo das suas viagens, Gulliver descobriu o império de *Blefuscu*. Trotsky, na óptica da sua teoria, descobre uma forma de poder proletário na Rússia. Os respectivos discursos são do mesmo gênero. Porque, antes de tudo, deve ser compreendido que a ditadura do proletariado (e sobre este ponto é a própria história que julgará) não se pode conceber senão como um poder fundado ao nível de produção permitindo a generalização da abundância. É um poder que não pode efetivamente, no

sentido comunista, existir à escala mundial senão quando o capitalismo tiver percorrido o seu percurso de desenvolvimento.

Se se tiver em conta o fato de que o poder do proletariado depende não da vontade humana, mas, tal como a ditadura do capitalismo, de um nível preciso de desenvolvimento industrial e das condições de troca que dele resultam (fenômenos que têm prioridade sobre a “vontade” e que determinam o que devem ser as relações sociais de produção), é pois ao nível de desenvolvimento no modo de produção correspondente e no modo de troca que se encontrará a natureza manifesta do poder.

Aliás, cientificamente, o único meio de explicar a natureza de um sistema econômico e político consiste em procurar como são produzidos os objetos (qual é a extensão da divisão social do trabalho) e como, se existe troca, são trocados esses objetos.

Apenas tal investigação permite saber se os valores de troca são produzidos, se a força de trabalho se troca contra salários, se há acumulação de capital e apropriação de mais-valor. Não se pode adivinhar a natureza de um sistema social e pretender ter razão contra todos, como por encanto. Um sistema explica-se pelos seus mecanismos e dinâmica econômicos, na falta do que, continua incompreensível.

Os Grandes Espíritos São Alérgicos às Evidências

Incapaz de perceber essas evidências, Trotsky prefere ignorá-las. Os espíritos superiores apenas podem interessar-se pelas coisas profundas!

Para ele, estamos na era do imperialismo e os países desenvolveram-se desigualmente. Um país atrasado pode chegar ao poder e isso facilitará a tomada de poder num país mais avançado. O capitalismo é um sistema internacional. Mas se os operários tomam o poder num país atrasado, esperando que os outros povos lhes sigam as pegadas, isso não será uma ditadura do proletariado?

Quando os trabalhadores tomarem o poder nas ilhas *Fidji*, qual será o alcance de tal acontecimento no plano mundial? Os trabalhadores tomaram o poder nas ilhas *Fidji* – nem mais nem menos.

Trotsky tem uma concepção romanesca da revolução e dos processos sociais. Uma greve geral num país altamente industrializado é muito mais determinante do ponto

de vista da revolução mundial que a tomada do poder numa ilha *Fidji*, mesmo que tivesse ela a dimensão dum sexto do Globo (a Rússia). Alcançar o poder num país sem poderio industrial, que não está maduro para o capitalismo, é garantir que os operários deverão assumir as tarefas governamentais da burguesia, sofrendo e não ultrapassando, o sistema de produção burguês. É precisamente o desenvolvimento desigual entre os países que causa essas anomalias deploráveis, mas inevitáveis.

Não está excluído que, quando de um eventual Outubro num outro país atrasado, os operários do “Ocidente” sigam as pegadas. A questão não está aí (a qual não poderá nunca ser resolvida teoricamente). O problema é o seguinte: uma vez que o Ocidente não veio em socorro dos operários russos, o que é que daí resulta para a natureza do atual regime russo e como vê Trotsky esse regime?

Para Trotsky, a equação é lógica: os operários russos tomaram o poder, portanto há uma ditadura do proletariado na Rússia. Ora, a premissa desta equação é falsa se se não faz intervir os camponeses com os seus objetivos e a pequena burguesia urbana com as suas aspirações. É igualmente falso dizer que, em Outubro, os operários ganharam sem essas classes, ou contra elas. Na verdade, para Trotsky, o problema do poder operário não se põe antes de tudo em função do seu conteúdo econômico, mas em função do seu contorno fenomenológico: “Uma coisa existe porque me parece que existe”.

Mas, objetará ele, os operários sob a direção dos bolcheviques não tomaram o poder? Eis evidentemente uma pergunta sem equívocos, destinada a dissipar qualquer ideia falsa. Ora, essa pergunta obriga a perguntar se os operários instauraram, de armas na mão, novas relações de produção. Formular a interrogação é já responder-lhe: não. Porque mesmo se eles expropriaram a aristocracia existente e alguns núcleos de concentração capitalista, os operários não puderam estabelecer as novas relações de produção socialistas. Sustentar que a nacionalização da indústria e o controle estatal dos bancos são, em si e sem mais, medidas socialistas, leva a aprovar o que Mussolini e, ainda mais, Hitler, reivindicam nos seus programas. A única questão com sentido é a seguinte: a maior parte da indústria tornou-se propriedade dos trabalhadores armados?

Historicamente, a Revolução Russa foi a captura de uma estrutura de produção em construção (a Rússia) porque não era possível ocupar uma estrutura de

produção terminada (o Ocidente). Contudo há ainda um aspecto a examinar. A 7 de Novembro, o proletariado russo bateu os seus inimigos e guardou as espingardas. Imediatamente ouviram-se os ecos da “Internacional” e “A Cavalaria de Boudiény”. Em todas as tribunas lançavam-se discursos sobre o socialismo. Qual o sentido de todos esses acontecimentos?

Ao contrário da burguesia em expansão que, procedendo em dois tempos, assegura primeiro o seu poder econômico e toma em seguida o poder estatal, o proletariado, pelo simples fato de que lhe é estranha a propriedade, deve executar as duas tarefas simultaneamente. Desta necessidade resulta o “elo mais fraco” que causou as tentativas, na verdade prematuras, mas justificáveis, de tomada do poder.

A interpretação correta dos acontecimentos é esta: quando os operários russos agiram, representavam o proletariado mundial agindo onde podia (na Rússia), porque não o podia ainda fazer onde devia (nos países industrializados). Quando uma tal tentativa teve êxito num país atrasado, a natureza do poder é ao mesmo tempo evidente e ambígua. Ela é de tal modo dependente dos operários dos outros países que, com a sua intervenção, torna-se positiva, e, sem ela, negativa.

A ditadura do proletariado não consiste simplesmente em se vingar dos inimigos. *O que é determinante na natureza de tal ditadura é a sua capacidade de destruir o antigo sistema de produção (ao contrário do que sustentava Lênin: destruir primeiro o Estado, para ele condição necessária e suficiente. O exemplo da Rússia provou que o velho Estado pode ser destruído sem que mude o velho sistema) e em “libertar” as capacidades produtivas.* Sendo a ditadura do proletariado, por assim dizer, a via mais segura para a abundância, uma vez expropriados os antigos possuidores, ela pode na verdade revestir formas diferentes. Mas que seja efetivamente uma ditadura do proletariado não deve tropeçar frente aos obstáculos principais. Quando uma ditadura do proletariado repousa numa economia capitalista (produção de mais-valor e sua apropriação, acumulação do capital) e se vê estrangida, no interesse da sua economia, a impor aos trabalhadores a pobreza (pauperização relativa) em lugar da abundância e, em lugar da igualdade material, uma desigualdade sempre crescente, pode-se legitimamente perguntar o que tem tal ditadura de proletária.

Na realidade, Trotsky gostaria de fazer crer que o capitalismo específico da Rússia é o socialismo, uma vez que os seus fundadores se reclamam de Marx. A partir desta tese, não é, pois, a natureza do sistema que serve de prova mas a integridade dos seus chefes.

Se Trotsky admitisse a existência do capitalismo na Rússia, teria que admitir que outros operários russos, hoje mortos ou em vias de morrer em *Verkhny, Uralsk*, tinham acertado e que ele tinha se enganado. O que, tanto no plano pessoal como político, seria muito embaraçoso para o "Velho". E depois, aliás, pode muito bem acontecer que a sua ignorância da teoria econômica marxista o impeça de chamar as coisas pelos seus nomes.

Com efeito, Trotsky não se debruça na análise dos novos capitalistas russos, mas na recordação das suas conquistas para o socialismo. Não é, pois, de admirar que, para ele, a personalidade do assassino Stálin importe mais que a exploração das massas russas. E, aliás, onde estão esses novos capitalistas russos? O que é um capitalista? Definilo como um homem que tem muito dinheiro é tão pueril quanto descrevê-lo como tendo uma grande barriga. O capitalista não é senão o dinheiro através do qual o capital realiza a acumulação. Em segundo lugar, ele pertence à classe que retira da produção o seu bem-estar material privilegiado. Por outras palavras, um sistema em que se produz a acumulação do capital e em que alguns ganham muito mais que a maioria, revela a presença de capitalistas. Nesse quadro, importa pouco saber se o capitalista é o único proprietário titular da indústria, ou se a partilha com uma centena de outros sócios; importa também pouco saber se ele possui pessoalmente um bilhão de dólares ou somente 200 mil rublos e dois criados.

Que é a Ditadura do Proletariado?

A ditadura do proletariado não é um produto acabado e concreto como um clube de operários ou o Palácio dos Sovietes; é um *processus* que, como todos os processos sociais, só reveste formas determinadas na conjuntura imediata e momentânea.

É através desse *processus* que o marxismo encontrará o modo pelo qual a sociedade inteira evoluirá em direção ao comunismo. A ditadura do proletariado não

acaba senão quando o país colonizado mais atrasado se tornar socialista. Um tal raio de ação implica numerosas variações na forma do poder, regressões e derrotas temporárias. Que a primeira tentativa de ditadura do proletariado se pretenda a receita para a tomada do poder é, na verdade, uma brincadeira que provocará risos durante muitos séculos. Mas essa é a vaidade desses “grandes” dos quais, depois da morte de Lênin e Trotsky e da instauração de um autêntico poder proletário, nenhum restará.

É evidente que já agora, o próprio termo “ditadura do proletariado” se torna suspeito para as massas. O mérito vem-lhe naturalmente da política conduzida pelo Cominter depois da revolução e desde a derrota do proletariado russo. Seguramente um novo termo surgirá para substituir este que se tornou odioso.

Uma análise teórica falsa deve, necessariamente, conduzir a conclusões táticas e organizacionais erradas; é o que mostra claramente os esforços patéticos empregues por Trotsky para vencer Stálin ao organizar a revolução mundial.

As suas análises em termos de “burocracia operária corrompida” e de bonapartismo conduziram-no a querer, respectivamente, reformar o Cominter e construir um novo. O eco de uma ou outra tentativa é demasiado audível para possibilitar discussões. A entrada da sua pequena equipe no despojamento da II Internacional foi o gesto de um homem frustrado. Mas esta frustração apesar de tudo foi proveitosa uma vez que permitiu, através dessas tentativas incertas, tomar consciência das numerosas possibilidades, além da organização leninista, de que os operários dispõem para tomarem a indústria e a “transformarem”.

Desde já, Trotsky não pode mais ser considerado como um marxista. Foi um “grande homem” que já não tem o seu lugar no contexto atual.

Manter a ilusão de uma ditadura do proletariado na Rússia é para Stálin, o meio de matar os operários conscientes e instaurar uma máquina de contrarrevolução mundial; para Trotsky, é o labirinto terminológico autodestruidor. Para os marxistas, o atual regime russo é um capitalismo de Estado. É seu dever revelar esta mistificação aos operários que querem e lutam por uma sociedade melhor.

REFLEXÕES SOBRE O MAOÍSMO

*Nildo Viana*¹

Mao Tse-Tung foi o grande líder da Revolução Chinesa, tirando o país do atraso e com resquícios do modo de produção feudal², e, ao mesmo tempo, realizando o processo de construção do socialismo na China, além de dar continuidade ao marxismo-leninismo e aprofundando os ensinamentos de Marx, Engels, Lênin e Stálin. Essa é, possivelmente, a versão que alguns podem ler em textos de apresentação de Mao por algum maoísta-stalinista. Aqui se junta apologia, dogmatismo e inverdades. O maoísmo, infelizmente, não morreu em 1976 com Mao Tse-Tung. O “grande timoneiro” viu seu navio ficar desgovernado e depois suas próprias ideias receberam as mais fantásticas interpretações pelos não-leitores ou mau-leitores, o que em parte é responsabilidade dele por suas posições diante da teoria. Nesse sentido, torna-se importante discutir o maoísmo, desde Mao até hoje, no sentido de explicitar a razão pela qual ele ainda sobrevive apesar de seus limites, fraquezas e distanciamento da realidade concreta.

O que é o Maoísmo?

Para compreender o maoísmo é fundamental conhecer a história da Revolução Chinesa, além dos escritos de Mao Tse-Tung e sua biografia, bem como de seus “seguidores”. O maoísmo pode ser considerado uma tendência do bolchevismo (também conhecido como leninismo, a forma mais consolidada de pseudomarxismo). No entanto, é necessário reconhecer que, se o maoísmo mantém as teses básicas que caracterizam o leninismo, ele também possui elementos distintos em alguns aspectos e promoveu alguns acréscimos à sua ideologia matriz.

O maoísmo pode ser definido por seu conteúdo ideológico e por seu caráter de classe, que são complementares. O caráter de classe do maoísmo pode ser identificado a partir dos problemas e respostas que oferece no contexto de sua

¹ Professor do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás. Militante do Movimento Autogestionário.

² Na verdade, tratava-se do modo de produção despótico (também chamado “asiático” ou “tributário”), mas de acordo com a vulgata stalinista também reproduzida por Mao Tsé-Tung, as relações de produção anteriores e em processo de extinção seriam “feudais”.

constituição e desenvolvimento. É esse o procedimento que Marx (1986) aponta para se identificar a relação entre classe social e seus representantes intelectuais. Mas isto precisa ser complementado com a análise da formação da ideologia maoísta e suas ações concretas no processo histórico da revolução chinesa, bem como pela origem e/ou pertencimento de classe dos ideólogos que produziram tal ideologia.

O primeiro ponto a ser esclarecido é, portanto, qual é a problemática e a solução apresentada pelo maoísmo. Mao Tse-Tung sempre quis contribuir com a Revolução Chinesa e sempre buscou pensar a transformação da China em uma sociedade moderna e “socialista”. A questão fundamental que se colocava para Mao Tse-Tung é a passagem de uma sociedade semicolonial para o socialismo. Nesse sentido, Mao seguia totalmente a linha leninista: o partido deve ser o guia das massas no processo revolucionário. O comunismo é produto da ação do partido que garante a revolução e a implantação do socialismo. Assim, a matriz leninista é conservada, embora tenha alguns pontos secundários posteriormente alterados.

Segundo Mao, “um partido revolucionário é o guia das massas e nunca uma revolução pode triunfar se o partido revolucionário não a conduz pelo caminho correto” (MAO, 1971, p. 186). Esta e diversas outras passagens de Mao repete a ideologia leninista da vanguarda, segundo a qual o partido é a vanguarda dirigente do proletariado. Ele também reproduz a ideologia do “centralismo democrático”, para a qual os dirigentes do partido são sua vanguarda e por isso devem comandar os demais. Ele explicita isso, por exemplo, numa passagem de polêmica interna dentro do Partido Comunista Chinês (PCC):

Certos camaradas veem apenas os interesses da parte e não os do todo; indevidamente, acentuam a importância do setor de trabalho de que estão encarregados e buscam uma subordinação dos interesses do todo aos interesses da parte. Não compreendem o sistema de centralismo democrático do Partido; não veem que o Partido necessita de democracia, mas necessita ainda mais de centralismo. Esquecem que, no centralismo democrático, a minoria deve submeter-se à maioria, os escalões inferiores aos escalões superiores, a parte ao todo, o conjunto dos membros do Partido ao Comitê Central (MAO, 1979a, p. 54).

A defesa do uso da violência é muito comum na concepção maoísta. Isto é coerente, como colocaremos adiante, com a inspiração militar do maoísmo. Assim, o objetivo é o desenvolvimento das forças produtivas e para isso o uso da violência e

derrota do inimigo é fundamental: “O propósito de nossa revolução é o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade. Para este fim devemos primeiro derrotar o inimigo. A seguir, devemos reprimir sua resistência” (MAO, 1982, p. 39). O objetivo, colocado inicialmente por Mao, seria a revolução democrático-burguesa para posteriormente passar para a revolução socialista (MAO, 2011a). No decorrer do processo mais avançado da luta, Mao já passa a pensar em revolução socialista ao invés de “democrático-burguesa”. A concepção de socialismo de Mao não difere essencialmente da concepção leninista e stalinista, pois trabalha com os mesmos elementos ideológicos: industrialização e desenvolvimento das forças produtivas, estado proletário, transição ao comunismo, etc. Há divergência em aspectos secundários, tal como colocaremos adiante.

Em síntese, a concepção maoísta aponta para uma burocracia (partidária) que guia as massas e efetiva uma “revolução” e se aquartela no aparato estatal e efetiva a “transição” ao comunismo³. Ou seja, é uma reprodução, em nível geral, da concepção leninista, ou seja, burocrática. Os problemas colocados (quem deve dirigir a revolução e como deve encaminhá-la) e a resposta (a burocracia partidária e estatal) apontam para o caráter de classe do maoísmo: uma ideologia da classe burocrática. O seu conteúdo ideológico é bem visível, uma produção ideológica cujo elemento essencial é o burocratismo.

Essa conclusão é reforçada por diversos outros aspectos do pensamento maoísta. Porém, o pertencimento de classe de Mao acaba reforçando essa conclusão. Mao surge de uma família rural de pequenos latifundiários⁴, mas tão logo adentra na juventude já passa a pertencer à burocracia partidária e militar. A sua classe de

³ “A tarefa central e a forma suprema da revolução é a conquista do poder político pelas armas, é a solução desse problema pela guerra. Esse princípio revolucionário do Marxismo-Leninismo é válido universalmente, tanto na China como em todos os outros países” (MAO, 2011b, p. 357).

⁴ O conceito de latifundiário, aqui é, obviamente, distinto da leninista e maoísta, por um lado, e da terminologia geralmente usada no Brasil, na maioria das vezes pelas representações cotidianas. Na terminologia leninista-maoísta, a família de Mao seria de “camponeses médios” e na terminologia em voga no Brasil, “minifundiário” ou “camponês”. Contudo, seguindo a concepção marxista das classes sociais, camponês é o pequeno proprietário familiar/parcelar, o que não era o caso da família de Mao, já que possuía diversos trabalhadores rurais empregados (a ponto de Mao falar em “luta de classes” em sua família e contando com a participação destes...). A concepção leninista de camponês pobre, médio e rico é derivada de sua concepção ideológica e economicista das classes sociais, pois os distingue por nível de renda. A classe latifundiária, em nossa definição, é aquela que é proprietária de terra, grande ou pequena, que vive da exploração de trabalhadores rurais ou de arrendamento.

pertencimento, quando começa a desenvolver o maoísmo, é, portanto, a burocracia. Com a vitória da Revolução Chinesa em 1949, e a fusão entre burocracia partidária e estatal, bem como entre burguesia e burocracia, ele passa a pertencer à burguesia de Estado ou “burguesia burocrática”⁵. As ações concretas de Mao durante o processo revolucionário chinês apontam para a mesma conclusão. Ele sempre foi dirigente (partido, militar, estado, oposição, etc.) e sempre defendeu e usou práticas burocráticas, até mesmo no período da chamada Revolução Cultural, como mostraremos adiante, ao contrário das mistificações a respeito. A sua prática militar e estudo sobre guerra e estratégia sempre foram fundamentais em suas ações e por isso sua oposição na China acabou tendo mais efeito do que a de Trotsky na Rússia. Mao era um estrategista político e militar e usou um conjunto de estratégias para vencer o exército nacionalista e o *Kuomintang* (o partido nacionalista chinês que combatia o imperialismo e se aliou em alguns momentos aos comunistas, embora sempre entrando em confronto com este), bem como nas disputas políticas internas do partido e do estado chinês, sempre visando à direção e o controle.

A formação da ideologia maoísta é outro elemento que confirma o seu caráter de ideologia da burocracia. A principal fonte inspiradora de Mao era Lênin, o grande ideólogo da burocracia e Stálin, seu continuador e empobrecedor. Ele constantemente citava, como argumento de autoridade, os “quatro clássicos” do “marxismo”: Marx, Engels, Lênin e Stálin⁶. A sua compreensão do pensamento de Marx era diminuta, bem como sua leitura⁷. É correto afirmar que “Mao Tsé-Tung chega ao marxismo através de

⁵ Mao sempre ocupou cargos burocráticos na China e, na maioria das vezes como Presidente. Ele inclusive, em certos momentos, acumulava cargos na alta hierarquia burocrática no partido, exército e governo: “O Conselho Consultivo e seu Comitê permanente exerciam o poder legislativo, sendo o executivo atribuído ao Conselho Central do governo popular, cujo presidente é Mao Tsé-Tung, igualmente presidente do Conselho Militar Revolucionário. É o Partido Comunista, no entanto, o órgão que exerce o poder real, sendo o seu núcleo, a Comissão permanente do Bureau Político, composta, entre outros, de Mao (também presidente do Partido), Liu Shaoqi e Zhou Enlai” (NAVES, 2005, p. 48-50).

⁶ Um exemplo entre milhares: “Marx, Engels, Lênin e Stálin ensinam-nos que há que partir da realidade objetiva e extrair daí as leis que nos guiarão na ação” (MAO, 1979b, p. 7). Ele nem desconfiava que isso nada tinha a ver com a teoria de Marx (...). Essas citações, no entanto, podem ter sido acrescentadas pelos “editores” chineses de suas obras, intelectuais responsáveis por isso (SPENCE, 2003).

⁷ Como diz um detrator bolchevista russo, nesse caso com razão: “É pouco provável que ele tenha alguma vez estudado seriamente as obras de K. Marx” (BURLATSKI, 1974, p. 9). Na verdade, ele leu algumas seções do Manifesto Comunista (NAVES, 2005; SPENCE, 2003) que estava sendo traduzido para chinês em sua juventude, e não a obra inteira, como afirma Deutscher (1968). Mao posteriormente, quando efetiva a crítica a Stálin e ao stalinismo, parece que leu algumas obras de Marx e Engels, caso não tenha sido os editores chineses ou mera reprodução das citações das obras analisadas, embora não cite título de

Lênin” (KERKHOF, 1979, p. 25) ou, mais ainda, através dos manuais soviéticos e Stálin. Outra fonte do pensamento maoísta, embora com menos peso, é o confucionismo (MATZKEN, 1979), apesar de algumas críticas endereçadas a ele. Do confucionismo Mao vai extrair uma valoração do indivíduo e das “relações humanas” (MATZKEN, 1979), que será a base de sua diferenciação em relação ao leninismo-stalinista⁸. Uma outra fonte de inspiração de Mao são os escritos sobre guerra e processos históricos concretos de combate militar, especialmente o caso chinês, mas também o russo. Isso terá um efeito sobre suas ações concretas e o fato de ter se tornado um estrategista político e militar.

A especificidade da sociedade chinesa também tem um efeito sobre a concepção maoísta. Para muitos, o maoísmo é uma concepção estritamente chinesa, o que explicaria sua “chinização” (ou “sinização”) do “marxismo” (na verdade, do leninismo)⁹. O elemento camponês é sempre destacado nesse processo, não só pelo fato de que a China era composta predominantemente por camponeses, mas também pela importância que Mao atribuía ao campesinato. Segundo o próprio Mao, cerca de 80% da população chinesa, em 1940, era camponesa (MAO, 2011c). Esse é o motivo principal para a importância atribuída ao campesinato por Mao e sua divergência com Stálin a este respeito, marcando uma das especificidades do maoísmo.

nenhuma obra e quando vai exemplificar afirma que não se pode limitar a obra destes e cita alguns títulos de Lênin e Stálin (MAO, 1982).

⁸ Matzken coloca uma terceira tendência que teria influência no pensamento de Mao: o evolucionismo. Isso, no entanto, não parece ter bases sólidas para sua defesa e por isso descartamos tal tese.

⁹ “Os adeptos mais fieis de Mao Tsé-Tung, Chen Po Ta, por exemplo, atribuem-lhe o mérito de ter ‘sinizado’ o marxismo. Deve dizer-se a este propósito que a noção de ‘sinização’ corresponde inteiramente ao espírito das tradições históricas de um país que sempre quis manejar para seu entendimento as teorias vindas do exterior” (BURLATSKI, 1974, p. 10). Tanto partidários quanto adversários de Mao apontava para a percepção de que o maoísmo era uma manifestação específica do leninismo devido à própria especificidade da sociedade chinesa: “a supremacia do elemento pequeno-burguês na sociedade chinesa oferecia um favorável meio social capaz de desenvolver amplamente no PCC o egoísmo e a estreiteza nacional” (KÓRSBASH, 1975, p. 5). Claro que tanto Burlatski quanto Kórsbash apenas realizam uma luta cultural interburocrática representando o capitalismo estatal russo contra o capitalismo de Estado chinês, mas isso os fez perceber aspectos importantes da diferenciação entre o leninismo e o maoísmo, retirando a linguagem equivocada de ambos. O historiador trotskista Isaac Deutscher, como não poderia deixar de ser, também reconhece o seu distanciamento do marxismo, devido sua “relativa estreiteza de horizontes” e “falta de qualquer contato direto com as evoluções críticas do marxismo contemporâneo” (DEUTSCHER, 1968, p. 110).

A Especificidade do Maoísmo

A partir de 1927 a política do PCC começa a mudar e o grande artífice dessa mudança é Mao. As organizações urbanas do PCC são dizimadas após a derrota de 1927 e o afastamento de Chen Tu-Siu leva Mao a ser o dirigente de fato do partido, o que fez reformular a estratégia do mesmo, já que ele “sempre manifestou velada oposição ao descaso que a direção partidária tinha para com os camponeses” (SCHILLING, 1984, p. 33). Isso não significou que as tendências pró-leninistas e fundadas na luta do proletariado tenham sido abolidas, apenas começaram a perder espaço (REIS FILHO, 1981). Nesse momento, inicia-se o processo de valorização do campesinato e as estratégias maoístas ganham terreno paulatinamente. As ideias de guerra de guerrilhas, guerra prolongada, etc. vão ganhando espaço e Mao se destaca como um grande estrategista político-militar. As especificidades do maoísmo são derivadas desse aspecto em particular.

A guerra serve como modelo para Mao Tse-Tung pensar a luta de classes. É a estratégia militar que oferece as bases da estratégia e ação política maoísta. Em seus diversos textos ele apresenta não só a importância da guerra e da estratégia, mas também afirma a proximidade entre guerra e luta de classes e alerta para a especificidade do caso chinês. Segundo Mao:

As leis da guerra constituem um problema que deve ser estudado e resolvido por todos os que dirigem uma guerra.

As leis da guerra revolucionária constituem um problema que deve ser estudado e resolvido por todos os que dirigem uma guerra revolucionária.

As leis da guerra revolucionária na China constituem um problema que deve ser estudado e resolvido por todos os que dirigem a guerra revolucionária na China.

Estamos atualmente empenhados em uma guerra; é uma guerra revolucionária; e nossa guerra revolucionária está sendo travada no território semifeudal e semicolonial da China. Devemos, pois, não só estudar as leis da guerra em geral, mas também as leis de uma guerra revolucionária especial, e, acima de tudo, as leis da guerra revolucionária na China (MAO, 1961a, p. 168-169).

Aqui se nota o doutrinário de Mao Tse-Tung¹⁰. Além do apelo às “leis” para justificar e legitimar suas práticas, temos também o normativismo presente nas afirmações (“deve ser estudado”, repetido nas três primeiras frases, “devemos estudar” na quarta). Além disso, ele coloca a existência de leis específicas da guerra e da guerra revolucionária, incluindo a da China. Isso serve para pensar a guerra na China de forma independente da Rússia, que era o modelo seguindo pelo PCC. Mao buscava com esse discurso, defender a especificidade do caso chinês e, desta forma, se livrar do modelo russo, que apostava todas as suas fichas no proletariado. Mao elaborou um conjunto de reflexões sobre a guerra e estratégia, se destacando suas análises, que não poderemos desenvolver por questão de espaço, de guerra prolongada, guerra de guerrilhas, guerra de posições, guerra de movimento, etc.

A compreensão desse elemento fundamental do pensamento de Mao é essencial para romper com a concepção equivocada de que o maoísmo é uma tendência ou ideologia camponesa (ou “pequena burguesa”)¹¹, devido o papel estratégico atribuído ao campesinato. Em especial o seu complemento, que é destacar a necessidade de “comando” com visão do todo e suas partes, no sentido de elaborar a melhor estratégia e aplicá-la devidamente. O comando só pode ser, por sua vez, o Partido Comunista, “vanguarda” do proletariado. Isso é uma lei geral, mas no caso específico da China, a coisa é um pouco diferente, já que a maioria da população é camponesa. Nesse caso:

Somente o proletariado e o Partido Comunista podem liderar o campesinato, a pequena burguesia urbana e a burguesia, superar a estreiteza de visão do campesinato e da pequena burguesia, a tendência das massas desempregadas à destruição e a vacilação e inconsequência da burguesia (desde que o Partido Comunista não cometa erros em sua política) e, assim, levar a revolução e a guerra ao caminho da vitória (MAO, 1961a, p. 182).

Mao defende a vanguarda do partido, como leninista, como o comando dirigente da revolução e reconhece o proletariado como “sujeito revolucionário”. No

¹⁰ Para uma análise do dogmatismo e doutrinário de Mao, no que se refere à dialética, confira: Viana (2007). Nesse texto são demonstradas as estratégias discursivas de Mao, incluindo o normativismo de suas afirmações, entre as quais o uso da palavra “devemos”. Um elemento que facilita esse doutrinário é a ideia de “lei”, tal como se observa na citação acima.

¹¹ Obviamente que tal acusação vem de outros setores da burocracia, tal como os stalinistas-hoxhaistas, pró-albaneses, e russos durante o conflito sino-soviético (e depois por alguns outros). Não se trata de nenhuma análise profunda do maoísmo e apenas reproduz o velho jogo da burocracia de se esconder em seu embate com seus semelhantes, escondendo também o outro.

entanto, no caso chinês, devido ao peso do campesinato (e outros elementos que ele acrescenta, como sua disposição para a guerra, o que ocorria efetivamente na China), era fundamental sua participação. A estratégia maoísta apontava para usar como apoio fundamental entre “o povo” (expressão muito utilizada por Mao e pelos maoístas, o que tem o papel de confundir as classes e sua concreticidade com um conjunto indiferenciado que de forma oportunista é composto por aqueles que estão do lado do PCC e suas estratégias, até a burguesia nacional quando combate o imperialismo)¹², o campesinato. Não se trata, pois, de uma ideologia camponesa e nem de substituir o proletariado pelo campesinato e sim reconhecer o papel-chave deste último na revolução chinesa, como um aliado dirigido pelo partido¹³.

É nesse contexto, com uma população composta em sua maioria por camponeses, que a estratégia maoísta do “campo cercar a cidade” é apresentada e significando, de acordo com seus princípios, não a conquista imediata da cidade e sim realizar ataques para enfraquecer o inimigo. Mao Tse-Tung defende, na guerra chinesa contra o Japão e o imperialismo, a estratégia de atuar numa frente ampla, realizando avanços e retiradas rápidas, utilizando a guerra de movimento em grande escala e colocando a guerra de posições em segundo plano, buscando preservar as defesas e postos conquistados. O “eixo da estratégia”, no entanto, é a guerra de movimento (MAO, 2011d). Segundo Mao, as “massas camponesas” possuíam “forças potenciais

¹² Mao recorda uma carta do Comitê da Frente à direção partidária para explicar sua tática, ressaltando que ela difere de qualquer outra, tanto em relação às adotadas nos tempos antigos quanto as dos tempos modernos, seja na China ou no exterior. Ele coloca que essa tática (na tradução citada está no plural, mas consideramos o mais correto no singular) é a de guerrilhas e consistem essencialmente em: a) dispersar as tropas entre as massas para despertá-las, concentrar as tropas para combater o inimigo; b) Recuar quando o inimigo avança, avançar quando o inimigo recua, atacar quando o inimigo cansa, perseguir quando ele foge; c) para estabelecer bases de apoio, adota a tática de avançar numa série de ondas e quando for perseguido por um inimigo forte, fazer um movimento circular sem se afastar da base; d) despertar as massas em maior quantidade possível e utilizando os melhores métodos. Essa tática seria semelhante à de um pescador, que lança a rede para ganhar o apoio das massas e a puxa para lidar com os inimigos (MAO, 1961b, p. 117).

¹³ “A tarefa principal do partido do proletariado chinês, tarefa a que foi obrigado a fazer face quase desde o começo da sua existência, tem sido a de unir-se ao maior número possível de aliados e, de acordo com as circunstâncias, organizar lutas armadas para a libertação nacional e social, dirigidas contra a contrarrevolução armada do interior ou exterior. Sem luta armada não haveria lugar na China para o proletariado e para o Partido Comunista e seria impossível cumprir-se qualquer tarefa revolucionária” (MAO, 2011b, p. 362).

enormes” e poderiam vencer as tropas japonesas se estivessem corretamente organizadas e dirigidas.

Até aqui entendemos uma das características específicas do maoísmo, uma ideologia da burocracia que usa o campesinato como elemento principal na guerra (nacional e civil, como veremos a seguir). Esse papel atribuído ao campesinato se deve às condições particulares da sociedade chinesa. Ela está intimamente ligada à outra especificidade do maoísmo, que é o voluntarismo. Isso gera um diferencial em relação ao leninismo original (de Lênin e mais ainda do seu derivado, o stalinismo). Esse diferencial, no entanto, é de grau e não de conteúdo. O voluntarismo do leninismo original é moderado diante do maoísta. E de onde Mao retira o seu voluntarismo? Em parte de Lênin e dos processos da revolução russa e outros acontecimentos históricos, em parte do confucionismo, como colocamos anteriormente. Mas o elemento fundamental que gera o seu voluntarismo exagerado é a guerra. A guerra, ao contrário da “matéria” ou da “natureza”, é o modelo exemplar e máximo de Mao. É por isso que ele critica o que denomina “teoria da onipotência das armas”. Para Mao, essa é uma concepção mecânica da guerra, bem como subjetivista e unilateral. Segundo Mao:

A nossa maneira de ver é contrária a essa; nós consideramos as armas e também os homens. As armas são um fator importante na guerra, mas não são o fator decisivo. É o homem, e não as coisas, quem constitui o fator decisivo. A correlação de forças não é apenas uma correlação de poder militar e econômico, ela é também uma correlação de recursos humanos e força moral. O poder militar e econômico está necessariamente dominado pelo homem (MAO, 2011d, p. 224).

Dáí Mao ressaltar o papel dinâmico do homem na guerra. A guerra prolongada e a vitória final só são possíveis através da ação do homem. A eficácia dessa ação depende de pessoas que, partindo dos fatos objetivos, formulem as concepções e planos (diretivas, linhas políticas, estratégias, táticas, etc.) que, junto com a prática, transformam o subjetivo em objetivo, sendo esse o papel dinâmico dos seres humanos (MAO, 2011d). É esse papel dinâmico consciente do homem que o distingue dos outros seres (MAO, 2011d). As condições objetivas (condições militares, políticas, econômicas, geográficas, apoio internacional, das duas partes em guerra) não decidem sozinha a vitória ou derrota. Elas apresentam a possibilidade de vitória ou derrota, mas a decisão efetiva vem dos esforços subjetivos, a direção e realização da guerra, revelando esse papel dinâmico.

Logo, Mao enfatiza a ação humana na decisão da guerra e para isso coloca a força da consciência, que significa conhecer as condições objetivas (ou fatos) e ter planos para agir, especialmente estratégia e tática. Segundo suas próprias palavras, “como leis de condução da guerra, a estratégia e a tática constituem a arte de nadar no oceano da guerra” (MAO, 2011d).

Esse raciocínio diante da questão da guerra se reproduz diante da política, embora com algumas diferenças. Mao repete o dito popular segundo o qual a guerra é continuação da política. A guerra é, ela mesma, política e ato político. Por isso, “a guerra não deve, nem por um só momento, ser separada da política” (MAO, 2011d). A citação de Lênin e da famosa frase de Carl von Clausewitz (“a guerra é uma continuação da política por outros meios”) vem para justificar a afirmação seguinte de que a guerra tem características específicas próprias, pois “a política é guerra sem derramamento de sangue e a guerra, política sangrenta” (MAO, 2011d).

Nesse sentido, a direção assume um papel fundamental, afinal é ela que analisa as condições objetivas e elabora as estratégias, etc. Mao defende a tese de que uma direção subjetiva incorreta pode levar ao fracasso, mesmo havendo superioridade e iniciativa, pois assim podem ser transformadas em inferioridade e passividade. Uma direção subjetiva correta, ao contrário, pode produzir o inverso, possibilitando exércitos pequenos e fracos vencerem exércitos grandes e poderosos.

Esses aspectos revelam a especificidade do maoísmo. Sem dúvida, alguns outros derivados também aparecem, tal como na polêmica com Stálin a respeito das relações de produção e forças produtivas (MAO, 1982), pois o papel do homem é ressaltado, muito mais do que as forças produtivas. Nesse sentido, os principais elementos específicos do maoísmo, em relação à sua matriz leninista, são os seguintes: a) voluntarismo exacerbado; b) estrategismo; c) doutrinário e dogmatismo; e) papel do campesinato no processo revolucionário; f) interpretação específica da dialética como “lei da contradição”¹⁴. Ou seja, ao término, observamos que o que muitos julgam o

¹⁴ O estrategismo de Mao desemboca num oportunismo e esse se reproduz em sua concepção de dialética. A “lei da contradição”, segundo ele (MAO, 1979c) está em tudo, mas existem contradições antagônicas e não-antagônicas, principais e secundárias, aspectos principais da mesma, etc., e podem se alterar (...). No fundo, a dialética de Mao é uma adequação de sua estratégia militar e uma justificativa e legitimação da mesma, pois faz parte das leis da história e da natureza (VIANA, 2007). Os diversos problemas dessa

fundamental ou mais original no maoísmo é apenas um derivado e ainda dentro de um determinado contexto, que é o da sociedade chinesa e os demais sendo mais importantes, anteriores e determinantes dessa posição diante do campesinato.

Do Maoísmo Original às Tendências Maoístas

O desenvolvimento histórico do maoísmo precisa ser abordado, mesmo que brevemente. O maoísmo pode ser dividido em sua formação original, cujo expoente máximo e principal doutrinador é Mao Tse-Tung, e as tendências maoístas que surgem a partir dessa versão inicial. O maoísmo original, no entanto, atravessou duas fases, o que é importante para entender as tendências maoístas. O maoísmo original emerge do leninismo, sem grandes distinções, até que Mao começa a desenvolver suas próprias concepções de acordo com suas experiências de luta armada na China. A partir do modelo exemplar da guerra, Mao cria uma sinonímia entre guerra/política; direção militar/direção partidária; partido/exército; povo/base, etc. Diante da situação chinesa, Mao elabora uma concepção na qual o campesinato tem um papel fundamental e coloca no partido o papel-chave de dirigir a revolução popular, inicialmente democrático-burguesa para instaurar a “nova democracia”¹⁵.

É possível observar algumas mudanças no maoísmo, que acompanham a história da China desse período, mas que são “estratégicas”, seguindo as diretrizes maoístas de “defesa estratégica”, alianças e rompimentos, etc. No entanto, a doutrina não se altera, apenas é aplicada de forma diferente em contextos diferentes, como está em seus próprios pressupostos. Essa concepção começa a ser formada em 1927 e vai se desenvolvendo e consolidando até os anos 1940. Ela se mantém e se desenvolve a partir da tomada do poder estatal em 1949, quando começa a implantação do capitalismo estatal na China. No início, o modelo russo é seguido, mas logo começa a ver divergências e problemas. A denúncia dos crimes de Stálin, os conflitos internos (campesinato e burguesia burocrática, por exemplo, bem como as lutas interburocráticas), vão

concepção de dialética já foram abordados em outro lugar (VIANA, 2007) e por questão de espaço não entraremos nessa discussão no presente texto.

¹⁵ Tal “democracia” é tão “nova” quanto o título de um certo jornal maoísta atual no Brasil...

desembocar no conflito sino-soviético e no “Grande Salto Adiante”, buscando redirecionar a política chinesa, gerando uma forma específica de capitalismo estatal.

A partir desse momento, Mao começa a escrever alguns textos de crítica da economia soviética (MAO, 1982), no contexto de tentativa de redirecionamento da sociedade chinesa abandonando a proximidade com o modelo russo (e a “acumulação socialista primitiva às expensas do campesinato”) e do conflito sino-soviético. O foco principal da crítica de Mao é a questão das relações de produção, pois a ênfase dos russos no desenvolvimento das forças produtivas era refutada por considerar a primeira o determinante. Da mesma forma, Mao acusa Stálin (MAO, 1982) de não abordar a superestrutura em seu livro sobre o socialismo na URSS (STÁLIN, 1985). Alguns atribuem a Mao uma retomada do pensamento de Marx para realizar tal processo de crítica do economicismo (NAVES, 2005), o que é um equívoco, pois as poucas referências dele ao pensador alemão e o pouco que desenvolve em termos analíticos (demonstrando estar muito distante do materialismo histórico-dialético) revelam isso. No entanto, é mais uma manifestação do seu voluntarismo, pois, segundo sua abordagem voluntarista, as relações de produção, são ações humanas, e as forças produtivas, são condições objetivas, mas que não definem o futuro da economia, assim como as armas não definem o resultado da guerra. Nesse contexto, as referências elogiosas a Stálin são substituídas por críticas:

Em nenhuma parte do livro de Stálin se diz nada acerca da superestrutura. O livro não se ocupa de gente; considera as coisas, não as pessoas. A classe do sistema de abastecimento de bens de consumo ajuda ou não a estimular o desenvolvimento econômico? Stálin devia ter se ocupado disso, pelo menos. É preferível ter ou não uma produção de bens? Todos devem estudar isso. O ponto de vista expresso por Stálin em sua última carta está quase que totalmente errado. O erro básico é a desconfiança em relação aos camponeses (MAO, 1982, p. 129).

Essa nova fase do maoísmo original aponta para uma concepção crítica da União Soviética e aprofundamento de suas concepções sobre economia e “transição”. Afinal, Mao estava na direção de um país que estava em “transição para o socialismo” e suas preocupações se voltaram para o perigo da “restauração capitalista” e outros

relacionados¹⁶, bem como em relação à política internacional (na qual a China vai se envolver em conflitos externos, além do rompimento com a URSS). Assim, além do trotskismo, emerge uma nova dissidência no interior do leninismo, o maoísmo.

Esse processo, no entanto, culmina com a chamada “revolução cultural”. A revolução cultural (muito mais uma “reforma moral”) foi resultado de um processo de crescente descontentamento das classes trabalhadoras na China e das contradições da burguesia burocrática a nível internacional (além do conflito sino-soviético, as mudanças na política russa e chinesa, bem como a questão da Hungria, Tchecoslováquia, etc.) e nacional, com o ziguezague dos capitalistas estatais chineses. Isso também mantinha relação com os problemas industriais e agrícolas dos anos anteriores (BERGÈRE, 1980). Diante disso, setores da burguesia burocrática chinesa entram em confronto para decidir os rumos e resolver os conflitos. Mao, como estrategista político-militar, lança apelo para as “massas”, para reforçar suas posições, que no interior da classe dominante não era tão sólida e hegemônica.

A política das “cem flores”¹⁷ e o “movimento de educação socialista” era expressão desse duplo processo de descontentamento crescente nas classes trabalhadoras e luta pelo poder mais aguda no interior da classe dominante. Mao, no entanto, para manter ou recuperar o poder, sempre lançava mão das classes trabalhadoras, pois esta era sua estratégia político-militar desde a guerra nacional até a guerra civil e a Revolução Chinesa. Logo, ao contrário do que historiadores e outros dizem, acreditando no discurso de Mao, a sua preocupação fundamental não era com a possibilidade da “recuperação do capitalismo” na China e nem com a “transição ao

¹⁶ Obviamente que esse é o discurso maoísta e não a realidade concreta. A preocupação de Mao era a luta interburocrática no interior da China, por um lado, e a acumulação capitalista e disputa interimperialista com a URSS. O discurso da “restauração capitalista” é apenas uma estratégia para criar um inimigo impopular e contrário aos interesses da maioria (burocracia chinesa contrária a Mao e burocracia russa), para ganhar adeptos (burocratas aliados) e apoio das “massas”.

¹⁷ “Mas os efeitos da desestalinização também chegou à China, fazendo com que Mao Tse-Tung anunciasse a políticas das cem flores. Promete aos intelectuais melhores condições de trabalho e deplora o sectarismo da maioria dos quadros e militantes contra eles. A Campanha deveria representar uma experiência de liberdade, na expressão e na crítica, até então desconhecida” (SCHILLING, 1984, p. 68); “A política de ‘Que cem flores desabrochem’ e ‘Que cem escolas rivalizem’ é a política para estimular o progresso da arte e da ciência e o florescimento da cultura socialista em nosso país” (MAO, 2012, p. 487). Esse documento mostra a dicotomia proposital de Mao, que ao mesmo tempo em que fazia esse discurso, colocava a necessidade do leninismo como escola de pensamento e combate aos “contrarrevolucionários”, ou seja, a ideia é todos podem discordar e discutir, desde que no interior da concepção maoísta.

socialismo” e sim as lutas interburocráticas e ascensão ou manutenção do poder, dependendo da época. Tanto é verdade que todas as vezes que Mao lançava apelo aos trabalhadores e estes, entre outros (juventude, intelectuais, etc.) agiam, começavam a se agitar e ir além do mero apoio e agir fora dos limites impostos, ele voltava atrás¹⁸. Foi assim com a política das “cem flores” e o mesmo com a “reforma moral” posterior.

A chamada “revolução cultural” seguiu a mesma lógica. O processo iniciou-se com lutas interburocráticas e logo Mao usa sua velha estratégia de apelar para as classes trabalhadoras ao propor uma reforma moral¹⁹. É nesse contexto que se estabelece uma nova luta interburocrática entre a burguesia burocrática predominante e seus oponentes, entre os que detinham o poder central e os que estavam em segundo plano na hierarquia burocrática, ou seja, entre a burguesia burocrática superior e a inferior. Essa luta foi traduzida ideologicamente como luta dos maoístas (na época, burocracia inferior) contra os revisionistas (na época, burocracia superior), o que um autor denominou, equivocadamente, como disputa entre a “elite funcional” e a “elite militante” (AUDREY, 1976). A luta dos maoístas acaba gerando a Circular de 16 de Maio e revela os seus objetivos: combater a burguesia burocrática superior através da reforma moral realizada pelas “massas” em apoio aos maoístas, taxando-a de “revisionista” e adepta da “via capitalista”, criar uma base de apoio popular para a tendência maoísta e, por fim, impor a concepção e direção maoísta para a população. Ou seja, no fundo, não havia nenhum questionamento real sobre as relações de produção, sobre a burocracia (e sobre os

¹⁸ Após lançar a política das “Cem Flores”, Mao voltou atrás quando a reação ameaçava sair do controle: “Os resultados foram surpreendentes. Uma onda de protestos varreu o país. Ressentimentos de toda ordem afloraram numa intensidade inesperada e Mao Tse-Tung, que espera apenas críticas construtivas, teve que deparar-se não apenas com reclamos contra os quadros do partido comunista chinês, como também contra o seu princípio do monopólio político” (SCHILLING, 1984, p. 69); “No mesmo mês, Mao Tse-Tung anuncia o fim da política de tolerância e passa a conclamar todos os Partidos Comunistas a lutarem contra o revisionismo” (SCHILLING, 1984, p. 69).

¹⁹ O termo “revolução cultural” é totalmente equivocado, pois a hegemonia cultural permaneceu a mesma com suas ideologias, doutrinas, etc. O que ocorreu foi um uso de ideias dominantes, algumas não praticadas concretamente (ligadas ao socialismo, de acordo com a ideologia dominante supostamente existia na China), para moralizar a burocracia, marcada pelo combate à corrupção, privilégios, etc. Ou seja, não houve nenhuma “revolução”, já que apenas se enfatizou e desenvolveu alguns elementos já existentes, bem como não teve a amplitude que o termo cultura traz (como conjunto das produções intelectuais), sendo apenas uma mudança no âmbito da moral.

próprios maoístas como setor burocrático inferiorizado na hierarquia que passava, novamente, a ser um setor superior)²⁰.

Os 16 pontos mostram a aparente contradição do maoísmo: apelo para a participação popular e liberdade de crítica e exigência de seguir a doutrina maoísta. No segundo ponto é colocado que as amplas massas (soldados, intelectuais, operários, camponeses, jovens, quadros revolucionários) são a força principal da Reforma moral e que, através de “grandes debates”, críticas, etc., surgem novos caminhos. Da mesma forma, no ponto 06, coloca que “todos os revolucionários devem saber refletir por sua própria conta e desenvolver o espírito comunista de pensar com audácia, falar com audácia e atuar com audácia”. No último ponto, temos a conclusão final de tamanha liberdade proporcionada pela Reforma moral:

Na grande revolução cultural proletária é indispensável manter no alto a grande bandeira vermelha do pensamento de Mao Tse-Tung e por no posto de mando a política proletária. O movimento para o estudo e aplicação criadores das obras do presidente Mao deve ser impulsionado para frente, entre as amplas massas de operários, camponeses, soldados, quadros e intelectuais, e deve-se tomar o pensamento de Mao Tse-Tung como guia para a ação na revolução cultural. Nesta grande Revolução cultural tão complexa, os comitês do Partido em todos os níveis possuem a maior necessidade de estudar e aplicar conscientemente e criativamente os escritos do presidente Mao. Em particular, devem estudar repetidamente as obras do presidente Mao referentes à Revolução cultural e aos métodos de direção do Partido, tais como Sobre a Nova Democracia, Intervenções nos Colóquios de Yen-an sobre Literatura e Arte; Sobre o Tratamento Correto das Contradições no Seio do Povo; Discurso diante da Conferência Nacional do Partido Comunista Chinês sobre o Trabalho de Propaganda; Acerca de alguns Problemas de Método de Direção e Métodos de Trabalho dos Comitês do Partido. Os comitês do Partido em todos os níveis devem seguir as diretrizes dadas pelo presidente Mao ao longo dos anos, aplicar cabalmente a linha “das massas às massas” e ser alunos antes de converter-se em mestres. Devem esforçar-se para evitar a unilateralidade e estreiteza de visão. Devem promover a dialética materialista e opor-se à metafísica e ao escolasticismo (Apud. DAUBIER, 1977, p. 413-414)²¹.

²⁰ Sobre isso, cf. “Circular de 16 de Maio ou as lutas interburocráticas por detrás da Reforma Moral Chinesa”, disponível em: <http://informecritica.blogspot.com.br/2015/02/circular-de-16-de-maio-ou-as-lutas.html>

²¹ Não deixa de ser curioso como alguns autores omitem essa passagem, que é a última e conclusiva, bem como a que revela a real posição do documento, seja quem resume (NAVES, 2005) ou quem cita parte do documento (SCHILLING, 1984).

A aparente contradição se desfaz. Liberdade de crítica, iniciativa, etc., sim, mas desde que seja maoísta (...). Os 16 pontos se revelam, no fundo, uma tentativa de reforçar e reafirmar a hegemonia maoísta contra os “revisionistas”. As classes trabalhadoras são apenas bucha de canhão e são livres desde que sejam maoístas. Se saírem da linha maoísta e forem para a “linha capitalista” (revisionista), estarão erradas e fora da reforma moral. No entanto, isso se torna ainda mais grave se a saída não for pela direita (revisionistas) e sim pela esquerda (proletariado) e foi isso que aconteceu. As lutas interburocráticas se tornam mais acirradas, bem como a ação das classes trabalhadoras ficam mais intensas, até gerar setores mais radicais, que culmina com a chamada Comuna de Xangai. Essa reproduzia a ideia da Comuna de Paris do autogoverno dos produtores e tinha expressão política e intelectual em outros setores da sociedade, bem como a tendência, que se iniciou, de expansão do movimento grevista e acirramento da luta de classes²².

A reação de Mao mostra a verdadeira essência do maoísmo, uma ideologia da burocracia. Certamente, em seu pensamento, de acordo com sua dialética, ele entendia que havia uma “contradição principal” no interior da burguesia burocrática e uma “contradição secundária” entre esta e os trabalhadores. A sua estratégia, como sempre, foi vencer os adversários na luta interburocrática com o apoio das “massas”. Contudo, essas últimas saíram do seu controle e, ainda segundo terminologia maoísta, a contradição secundária se tornou principal e vice-versa, daí a posição burocrática de Mao.

Proclamada em 5 de fevereiro de 1967, a Comuna de Xangai sobreviveu apenas até o dia 24 de fevereiro, quando foi substituída por um Comitê Revolucionário. Não foi uma simples mudança de nome e sim um recuo político e cultural de importância decisiva. Determinada por Mao e pela direção maoísta, essa mudança revelou os limites da reforma moral e do próprio maoísmo. Na justificativa que Mao apresentou para a sua atitude, além de razões secundárias ou pouco relevantes, como alguns comentaristas perceberam, aparece a razão de fundo: “se o sistema de Comunas se generalizasse”,

²² Sobre a Comuna de Xangai dedicaremos um artigo exclusivo em outra oportunidade. Uma exposição mais detalhada pode ser vista em: Robinson (1969).

pergunta Mao, “o que seria do Partido?; não haveria mais um núcleo dirigente?; isso não acarretaria uma mudança no sistema político?” (NAVES, 2005, p. 90)²³.

A preocupação de Mao não é realizar o comunismo, a autogestão generalizada, que é vista por ele como ameaça, e sim lutar contra seus adversários pelo poder, e se o proletariado ameaça o poder, se torna adversário. Essa ação de Mao revelou, mais uma vez, o seu caráter. O seu apelo às forças armadas para retomar a ordem foi o último ato de sua peça teatral pseudocomunista. Em breve ele seria, novamente, aliado do poder. Esse foi o triste fim de Mao Tse-Tung. Pouco depois sua vida termina, em 1976, novamente na situação de membro da burocracia inferior.

Esse foi o fim do maoísmo original. A partir dele emergiram diversas tendências. A primeira é o maoísmo no interior da China, na qual Mao ganhou notoriedade, liderança e culto à autoridade. Os adversários de Mao, por oportunismo, também se diziam “maoístas” e representantes dessa tendência, pois o culto à autoridade e hegemonia cultural dele era evidente²⁴. No entanto, havia os seguidores verdadeiros de Mao, que revezavam, junto com ele, como setor superior e inferior da burguesia burocrática chinesa. Porém, fora da China, emergiram outras tendências no interior do maoísmo.

O maoísmo, mesmo fora do mundo asfíxiante da sociedade chinesa, não conseguiu superar o doutrinário e dogmatismo. A base social do maoísmo nos demais países é composta geralmente por burocratas (principalmente pequenas burocracias partidárias), camponeses e estudantes, bem como alguns poucos intelectuais. Um grupo de partidos maoístas se aglutina no Movimento Revolucionário Internacionalista, tais como o Partido Comunista do Peru (Sendero Luminoso), Partido Comunista do Nepal,

²³ Diversos pseudomarxistas enxergaram nessa atitude de Mao, como sempre nesses casos, como sendo produto de “equivocos”, falta de compreensão, etc. Nessa ficção pseudomarxista, que jamais pode admitir o caráter de classe do bolchevismo em todas as suas variantes, o problema é apenas de consciência dos líderes, equivocada ou desvio dela (revisão) e não a perspectiva de classe burocrática que eles são portadores e revelam cotidianamente. Para uma efetiva revolução proletária na China, seria necessária a abolição do Estado e do capital, da burguesia burocrática que lhe sustentava, o que significa a superação tanto do revisionismo quanto do maoísmo.

²⁴ “É uma característica primordial da vida política chinesa que os adversários de Mao Tse-Tung se precaverem frequentemente de afirmar a si mesmos dessa forma e, pelo contrário, se declaram seus adeptos e adotam geralmente suas bandeiras, ainda que o façam para modificar os objetivos e desnaturalizar seu conteúdo” (DAUBIER, 1977, p. 98-99).

Partido Comunista Revolucionário (EUA), Partido Comunista da Índia, entre alguns outros. Alguns pequenos grupos também existem em outros países.

O maoísmo não conseguiu inspirar muitos intelectuais e ficou geralmente restrito a grupos e partidos, com pouco desenvolvimento das concepções e processo de maior sistematização intelectual. Samir Amin e Charles Bettelheim são alguns poucos exemplos. No entanto, Samir Amin se dedica mais ao estudo do imperialismo e apesar de alguns aspectos interessantes, acaba deixando a desejar e no âmbito da análise política (e concepção de socialismo) apenas reproduz o maoísmo²⁵.

Charles Bettelheim, por sua vez, dedicou a maior parte de suas pesquisas ao chamado “socialismo real” (1977; 1972; 1971; 1969; 1979; 1976), que em suas primeiras obras ele denominava “países socialistas” e posteriormente passa a defini-los como capitalismo de Estado. Em sua grande obra, *A Luta de Classes na URSS* (BETTELHEIM, 1983), apresenta de forma mais acabada sua concepção do capitalismo estatal²⁶. Porém, esta obra, apesar de rica em informações e bastante útil para analisar o caso do capitalismo estatal russo, apresenta diversos defeitos, oriundos de sua matriz ideológica, o maoísmo, a começar por enfatizar a questão camponesa como a chave explicativa da “restauração capitalista”²⁷.

²⁵ Sua concepção maoísta, e, por conseguinte, burocrática, é visível em sua crítica à autogestão: “a autogestão é um projeto social complexo, que não conseguiríamos reduzir a uma de suas características. O projeto tem, com certeza, um aspecto democrático essencial; e foi, aliás, o movimento operário na sua espontaneidade revolucionária quem o produziu, através dos Conselhos operários ou dos soviets. Mas ele fez com que a classe operária se arrebatasse em coletivos concorrentes, e, devido a isso, o seu funcionamento não tarda a ocultar a lucidez política das escolhas, desde que a fase revolucionária terminou, durante a qual ele expressou a tomada da posse dos meios de trabalho pelos trabalhadores. A autogestão não pode, portanto, ser total e não deve excluir o Plano. Caso contrário, ela irá gerar uma forma nova de alienação economista que reproduz a divisão da classe operária, como o ilustra a experiência iugoslava” (AMIN, 1986, p. 147-148). Além de Amin reproduzir o mesmo tipo de discurso que Mao para combater a Comuna de Xangai e fazer apologia da centralização, ele também demonstra desconhecimento das teorias da autogestão (inclusive a começar por Marx) e mostra que não ultrapassa o leninismo, a ideologia da burocracia e seu discurso da necessidade do plano e da centralização, além de não compreender a diferença entre capitalismo e comunismo.

²⁶ Não deixa de ser curioso a escotomização das teorias do capitalismo de Estado que surgiram nos anos 1920 na Rússia (Grupo Verdade Operária de Bogdanov e Grupo Operário de Miasnikov), Alemanha e Holanda (Comunistas de Conselhos), Itália (Rodolfo Mondolfo e depois Amadeo Bordiga), bem como outras posteriores, como a dos trotskistas de esquerda.

²⁷ O problema das supostas “teorias” do capitalismo de estado russo, de origem leninista, é o seu oportunismo ideológico. Para os trotskistas, o capitalismo estatal emergiu a partir de Stálin (e derrota de Trotsky); para os maoístas-stalinistas, com a morte de Stálin (e denúncia de seus crimes por Kruschev) e assim por diante. Ao invés de luta de classes e do caráter de classe da burocracia antes da revolução e da

A ascensão do estruturalismo na França permitiu alguns intelectuais franceses se aproximar do maoísmo e o Maio de 1968 e o ativismo maoísta gerou alguns ideólogos e estudantes ligados ao mesmo. Porém, o maoísmo não é exatamente uma “ideologia”, por não ser um sistema de pensamento, sendo mais uma doutrina. Podemos considerar o maoísmo uma ideologia por sua base no bolchevismo. Apesar de Lênin também não ser um grande pensador, sendo como Mao um político burocrata muito mais do que um intelectual (que de forma risível é “modelo” de “pensador” para muitos “militantes”), ele não só se baseou numa deformação do pensamento de Marx, simplificando-o, mas realizando relações e tentando criar um sistema de pensamento, como também conseguiu aglutinar outros ideólogos que melhoraram e deram mais consistência e quantidade para suas produções ideológicas. O leninismo, apesar de suas debilidades e falta de maior sistematicidade, pode ser considerado uma ideologia, agora o maoísmo só pode assim ser considerado se reunido com sua matriz ideológica.

É por isso que o maoísmo é pouco influente junto aos intelectuais e no capitalismo mais desenvolvido, com raras exceções como a acima citada. No capitalismo subordinado, não só por sua simplicidade e doutrinário semirreligioso, ele consegue adeptos entre camponeses e burocratas de pequenas organizações burocráticas, como parte da juventude com vontade de ativismo, que o seu voluntarismo justifica, e débil formação intelectual. É isso também que explica a existência de um maoísmo-stalinista, que é aquele que desconhece as críticas de Mao a Stálin, pois, seja por falta de leitura ou por interesses determinados, prefere as citações de Mao de seu período pró-stalinista. Por outro lado, um maoísmo mais à esquerda também emerge a partir do Maio de 1968, mas que não conseguiu superar a matriz bolchevista e, por conseguinte, seu caráter burocrático, por mais que tenha avançado em certas análises²⁸.

burguesia burocrática após a mesma, o que ocorre são lutas interburocráticas, mas isso não pode ser perceptível a partir das ideologias burocráticas, pois, desde a sua origem, a classe burocrática deve disfarçar e fazer de conta que a luta expressa outras classes (burguesia e proletariado), pois, segundo o leninismo, ela não é uma classe. Assim, quando a burocracia que corresponde à matriz ideológica do ideólogo é derrotada, aí temos oportunisticamente a emergência do discurso de “restauração capitalista” e “capitalismo estatal”.

²⁸ Esse é o caso de Magaline (1977), que, devido ao voluntarismo maoísta, critica o economicismo e a ideia do primado das forças produtivas, retomando a questão da luta de classes na produção. No entanto, essa contribuição se mostra parcial não só por manter a base leninista, mas também por ter problemas intrínsecos relacionados. O mesmo ocorre no caso de Bettelheim (1979).

Considerações Finais

Os setores mais atraídos pelo maoísmo são geralmente os dos países mais pobres, com uma população camponesa e tradição cultural persistente, situação na qual se reúne pouco desenvolvimento das formas de pensamento complexo (ciência, filosofia, marxismo, etc.) aliado com fortes necessidades sociais, situação na qual o doutrinário e dogmatismo podem florescer as flores de Mao. Outro setor é parte da juventude, atraída principalmente pelo forte voluntarismo e doutrinário, devido ao ativismo que é típico de jovens apressados querendo uma mudança imediata e pensando que uma vontade de bronze é suficiente para isso, aliado com pouco estudo e reflexão, ou seja, falta de formação teórica.

O maoísmo facilita esse processo por suas características próprias, como o doutrinário, dogmatismo e voluntarismo. Ele se torna força de atração para líderes e jovens que querem ardentemente tomar o poder ou ter um “papel” na história²⁹ e geralmente se recusam a pesquisas profundas. Como todo voluntarismo, ele não nega apenas o “economicismo”, mas também a teoria³⁰. O voluntarismo e o doutrinário são dois elementos atrativos e que conseguem aglutinar os setores mais débeis da militância política que encarna uma certa insatisfação com a sociedade capitalista e desejo de ativismo.

²⁹ E os bem-intencionados, que querem realmente efetivar uma luta revolucionária por vínculo sentimental com o proletariado ou as classes exploradas. Estes, no entanto, logo que possuem acesso a teorias e informações, tendem a abandonar o maoísmo.

³⁰ Um exemplo do próprio Mao aponta para isso: “tudo que vem nos livros é correto, ainda é hoje a concepção dos camponeses da China que estão culturalmente atrasados. O surpreendente, porém, é que nas discussões no seio do Partido Comunista se encontram igualmente pessoas que, a propósito de tudo, dizem: mostra-me isso no teu livro” (MAO, 1979e, p. 77). Sem dúvida, o próprio Mao disse o contrário, sobre a necessidade da investigação, etc. No entanto, a “investigação” que ele fala é a do leninismo-stalinista ou do próprio maoísmo. E, como ele coloca no texto citado, essa “teoria” se revela correta “na prática”, o que no fundo ele quer dizer que ela serve para legitimar a prática e só quando é útil a ela (MAO, 1979e). Esse culto da prática, também reproduzido por situacionistas e anarquistas, sob forma dogmática, apenas mostra a primazia sentimental e irracional de certos militantes e grupos, que, como o maoísmo, reproduzem o messianismo religioso em linguagem pseudocientífica ou pseudomarxista. O seu desprezo pelos intelectuais e formação intelectual inferior a de seus próprios secretários, que revisavam seus textos, pode ser acompanhado através de sua biografia (SPENCE, 2003).

Algumas obras de Mao são fundamentais para entender esse papel do voluntarismo³¹ e pode ser exemplificado em *Como Yukong Removeu as Montanhas* (MAO, 1979d, p. 432-433), que narra a fábula que mostra como a vontade de um velho chinês que queria remover uma montanha que impedia a sua passagem, usando picaretas com seus dois filhos tenta removê-la, o que provoca riso de outro velho chinês, mas ele refuta o pessimismo deste e continua com sua empreitada. A refutação é realizada com o argumento de que a montanha não iria crescer e ele continuaria seu trabalho e quando morresse seus filhos o faria e depois seus netos. Isso teria, segundo a fábula contada por Mao, comovido os céus que mandou dois anjos remover a montanha.

O mesmo ocorre com outras doutrinas voluntaristas, que, tal como o maoísmo, fundamentam-se na eterna autorreferência de sua doutrina ou tradição política. Nesse sentido, o maoísmo é uma concepção de mundo totalmente distinta do marxismo, possuindo um caráter semirreligioso. DUNAYEVSKAYA percebeu isso:

A alternativa que Mao oferece é o intento de reconciliar todas as contradições, tanto na produção como no pensamento, mediante um fetiche, o “Livrinho vermelho” – o “Pensamento de Mao Tse-Tung”. Mais ainda: este não inclui nenhuma das circunstâncias históricas que determinaram a expressão de qualquer um desses “pensamentos”. Em troca, ele é convertido em um princípio regulador, aprendido como um catecismo, aplicável a todo e a qualquer coisa. O inconveniente desse método não está só na natureza antidialética dos catecismos. O problema é a contradição absoluta entre as três “revoluções” especificadas – “ideologia e cultura”, “ciência” e “promover a produção”. O que não tocou o “nervo” das massas, o que motivou sua rebelião, e que suscitará sua permanente oposição, é a ideia de “promover a produção”, algo que durante muito tempo padeceram na forma de exploração de classe. Não lhes importa, absolutamente, que, como antes, esta questão se encontre ao cuidado do partido ou do exército, ou da “tríplice aliança” – o exército, o Partido Comunista e os “comitês revolucionários”, sempre encabeçados por Mao, aliados ou divididos, de acordo com a sorte dos herdeiros designados (DUNAYEVSKAYA, 1989, p.188).

Assim, Mao, transformado em “deidade fetichizada” (DUNAYEVSKAYA, 1989), é apresentado como a fonte do comunismo e da prática comunista. De onde surgem as ideias maoístas? O que comprova seu caráter tão importante e irrefutável? Mao disse,

³¹ “Mao Tse-Tung que, na sua juventude, escrevera um ensaio significativamente intitulado “O Poder do Espírito”, sempre professou um extremo voluntarismo que se exprime na dupla afirmação de que se pode transformar sem limite a natureza e se pode transformar sem limite os homens” (GARAUDY, 1968, p. 114).

está dito? A gênese das ideias maoístas remete à sociedade chinesa de sua época e ao indivíduo Mao inserido na mesma. A sociedade chinesa era predominantemente camponesa e, por isso, Mao percebeu sua importância política não para uma revolução proletária, que nunca ocorreu na China, e sim para uma revolução burguesa sem burguesia, tal como ocorreu na Rússia, outro país predominantemente camponês. O campesinato foi usado para alavancar a revolução burguesa num país em transição para o capitalismo e que convivía com os restos do modo de produção despótico. O maoísmo é, portanto, produto dessa sociedade. E do indivíduo Mao, que expressou isso de uma forma particular, de acordo com seu voluntarismo e estrategismo, no sentido de garantir a vitória do Exército Vermelho e do Partido Comunista, os agentes concretos da instauração do capitalismo estatal na China.

E Mao desenvolveu tais ideias no seu processo de formação e experiência, no exército e partido, pensando como um burocrata. Um burocrata num país agrário que precisava de modernização e sonhava com um “socialismo” que nem sequer compreendia o significado. Mao não leu quase nada de Marx, muito menos sob forma rigorosa, e, portanto, não tinha grande domínio do materialismo histórico-dialético, da teoria do capitalismo, da teoria da revolução proletária. Da mesma forma, sua consciência da história se resumia à história das guerras, da China e as duas “revoluções” que ele detinha certa informação foram as contrarrevoluções burocráticas na Rússia e China.

Também pouco conhecia de outros marxistas e até mesmo pseudomarxistas. As únicas leituras, que se deduz por suas obras e textos nas quais cita textualmente os autores, são as de Lênin e Stálin, o primeiro um ideólogo da burocracia muito limitado e o segundo ainda mais. Se o primeiro deformou e simplificou o pensamento de Marx, o segundo elevou isso ao máximo possível. Logo, um leitor de Lênin e Stálin, numa sociedade predominantemente agrária, conseguiu produzir o pensamento guia do futuro da humanidade. Resta saber como o leitor, certamente não muito profundo, de dois autores limitados pode produzir algo tão grandioso³².

³² A doutrinação com o pensamento de Mao era constante e se tornou ainda mais rígida com a reforma moral (SPENCE, 2003). É nesse contexto que o “Livro Vermelho” (MAO, 1972) se torna cada vez mais lido por pressão da burguesia burocrática chinesa e sendo também leitura exportada para o exterior, chegando a ser, segundo alguns dizem, o livro mais lido no mundo depois da Bíblia, tendo sido impressos 820 milhões de exemplares.

Uma comparação entre Marx e Mao é mais do que esclarecedora, apesar de apenas nesse sentido. Marx era um erudito, leitor de pensadores diversos, com amplo saber da filosofia (especialmente a alemã), da economia política (especialmente a inglesa), do pensamento socialista de sua época (especialmente o francês), de historiografia e antropologia em surgimento, bem como estudos de ciências naturais. Nesse sentido, Marx compreendia profundamente diversas concepções que tinha proximidade e que discordava, possibilitando compreender diversas formas de pensamento, métodos, ideologias, etc. Mao, por sua vez, só conhecia o pensamento chinês, de forma não muito profunda, e dos seus inspiradores (Lênin e Stálin) e partidários e adversários (todos supostamente “maoístas”) e um pouco de cultura geral, cujo alcance e qualidade deveriam ser restritos. O curioso é que Marx seria a fonte inicial e Lênin e Stálin continuadores, mas, na China e para os maoístas em geral, Mao, que era intelectualmente inferior aos demais, se tornou a leitura fundamental e suficiente, acima dos anteriores.

Mao certamente nunca ouviu falar de Pannekoek, Korsch, Bloch e outros marxistas. Também pouco conhecia da produção ideológica burguesa de outros países, que, mesmo com seus limites, ajudam a perceber que existem formas diferentes de pensamento e permite brotar a dúvida, que mesmo os mais convictos pensadores sempre possuem, pois somente um saber petrificado e inquestionável, um dogma, não gera dúvidas. Certamente nunca leu um livro de sociologia, antropologia, teoria da história, etc. A formação intelectual de Mao foi extremamente limitada e as condições sociais em que a produziu, sendo muito mais um burocrata (militar e partidário, depois estatal), com pouco tempo para as pesquisas e reflexões necessárias para ampliar o seu saber e contribuir com a revolução teórica que é o marxismo.

É nesse contexto que se percebe o voluntarismo aliado ao dogmatismo e doutrinário, a “vontade de ferro” gerando uma suposta superioridade intelectual imposta como dogma e doutrinação, o que recorda o vínculo com as crenças religiosas. É por isso que um certo maoísmo contemporâneo, totalmente deslocado da realidade concreta e reprodutor acrítico e descontextualizado de Mao, “o profeta do novo e puro comunismo chinês” (MACGREGOR-HASTIE, 1968), é uma concepção semirreligiosa e fundamentada mais na fé, o que se pode ver no fanatismo de alguns

militantes. A “deidade fetichizada” (DUNAYEVSKAYA, 1989) não é gratuita, bem como a relação que alguns estabeleceram com o confucionismo (GARAUDY, 1968; MATZKEN, 1979), a religião e a teologia da libertação (MATZKEN, 1979) ou quando lhe atribui um “idealismo mágico” em contraposição ao materialismo histórico (GARAUDY, 1968). No fundo, o maoísmo é uma doutrina não-religiosa que possui uma semelhança estrutural com o pensamento religioso, especialmente sua manifestação messiânica e que, em algumas de suas manifestações, acaba se tornando semirreligioso. Mao aparece como o messias e o salvador dos camponeses e oprimidos, mas, ao mesmo tempo, carrega o que de pior acontece com a religião, gera dogmatismo e burocratização, nascendo no partido, depois no exército e no Estado. Logo, a pobreza gera uma vontade enorme de transformação social e necessidade de esperança e também os messias, religiosos ou seculares, tal como aconteceu na China e fez emergir o maoísmo e especialmente algumas de suas manifestações.

Curiosamente, apesar de estarmos em pleno século 21, ainda existem focos de maoísmo. Nos países de capitalismo subordinado mais atrasados e ainda com grande população rural e pobreza, é algo compreensível, tal como Peru, Nepal, etc. No entanto, no capitalismo imperialista e nos países de capitalismo subordinado mais modernizados, onde ocorreu a modernização de sua pobreza e miséria, é algo de difícil compreensão. As contradições da sociedade capitalista e as novas formas de miséria (política, cultural, psíquica, sexual, etc.) são fontes para o reaparecimento do maoísmo, especialmente nos meios juvenis e estudantis, tanto por causa dessa miséria, quanto graças ao voluntarismo e desejo de transformação social. A miséria gera mais miséria e, assim, a nova forma de miséria gerada pelo capitalismo contemporâneo que atinge a juventude gera sua miséria política chamada maoísmo.

Referências

AMIN, Samir. *O Futuro do Maoísmo*. São Paulo: Vértice, 1986.

BETTELHEIM, Charles. *A Luta de Classes na União Soviética*. 2 vols. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

BETTELHEIM, Charles. *A Planificação Socialista da Economia*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BETTELHEIM, Charles. *A Transição para uma Economia Socialista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

BETTELHEIM, Charles. *As Comunas Populares*. Lisboa: Edições Maria da Fonte, 1976.

BETTELHEIM, Charles. *Cálculo Econômico e Formas de Propriedade*. Lisboa: Dom Quixote, 1972.

BETTELHEIM, Charles. *China e URSS: Dois Modelos de Industrialização*. 2ª edição, Porto: Portucalense, 1971.

BETTELHEIM, Charles. *Revolução Cultural e Organização Industrial na China*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

BURLATSKI, F. Argumentos Contraditórios de uma Política Contraditória. In: BURLATSKI e outros. *A História Falsificada ao Serviço do Maoísmo*. Lisboa: Edições Sociais, 1974.

DAUBIER, Jean. *Historia de la Revolución Cultural Proletaria en China*. 3ª edição, México: Siglo Veintiuno, 1977.

DEUTSCHER, Isaac. *Ironias da História*. Ensaios sobre o Comunismo Contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

DUNAYEVSKAYA, Raya. *Filosofía y Revolución*. De Hegel a Sartre. De Marx a Mao. 2ª edição, México: Siglo Veintiuno, 1989.

GARAUDY, Roger. *O Problema Chinês*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

KERKHOF, Vera. El Largo Camino del China. In: KERKHOF, Vera e MATZKEN, Robert. *El Maoísmo*. Madrid: Felire, 1979.

KÓRSBASH, E. "Teorias" Económicas del Maoísmo. Moscou: Progreso, 1975.

MACGREGOR-HASTIE, Roy. *Mao Tse-Tung*. 2ª edição, Barcelona: Labor, 1968.

MAGALINE, D. A. *Luta de Classes e Desvalorização do Capital*. Lisboa: Moraes, 1977.

MAO Tse Tung. *O Livro Vermelho*. São Paulo: Global, 1972.

MAO Tse-Tung. A Revolução Chinesa e o Partido Comunista da China. In: *Obras Escolhidas de Mao Tse-Tung*. Vol. 02. São Paulo: Alfa-Ômega, 2011a.

MAO Tse-Tung. Analisis de las Clases en la Sociedad China. In: MARX, Karl e outros. *Teoría Marxista de las Clases Sociales*. Medelin: Ediciones Tiempo Critico, 1971.

MAO Tse-Tung. Como Yukong Removeu as Montanhas. In: *Obras Escolhidas de Mao Tse-Tung*. Tomo 3. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979c.

MAO TSÉ-TUNG. Contra o Culto do Livro. In: *A Filosofia de Mao Tsé-Tung*. 2ª edição, Belém: Boitempo, 1979e.

MAO Tse-Tung. Problemas da Guerra e da Estratégia. In: *Obras Escolhidas de Mao Tsetung*. Vol. 02, São Paulo: Alfa-Ômega, 2011b.

MAO Tsetung. Problemas Estratégicos da Guerra Revolucionária na China. In: *Obras Escolhidas*. Vol. 01, Rio de Janeiro: Vitória, 1961a.

MAO TSÉ-TUNG. Reformemos o Nosso Estudo. In: *A Filosofia de Mao Tsé-Tung*. 2ª edição, Belém: Boitempo, 1979b.

MAO Tse-Tung. Retifiquemos o Estilo de Trabalho no Partido. In: *Obras Escolhidas de Mao Tse-Tung*. Tomo 3. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979a.

MAO Tsé-Tung. Sobre a Contradição. In: MODERNO, João R. C. *O Pensamento de Mao Tsé-Tung*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MAO Tse-Tung. Sobre a Democracia Nova. In: *Obras Escolhidas de Mao Tsetung*. Vol. 02, São Paulo: Alfa-Ômega, 2011c.

MAO Tse-Tung. Sobre a Guerra Prolongada. In: *Obras Escolhidas de Mao Tsetung*. Vol. 02, São Paulo: Alfa-Ômega, 2011d.

MAO Tsetung. Uma Simples Centelha pode Incendiar uma Campina. In: *Obras Escolhidas*. Vol. 01, Rio de Janeiro: Vitória, 1961b.

MAO Tse-Tung. *Una Critica de la Economía Sovietica*. México: FCE, 1982.

MATZKEN, Robert. El Hechizo del Pensamiento Maoísta. n: KERKHOF, Vera e MATZKEN, Robert. *El Maoísmo*. Madrid: Felire, 1979.

NAVES, Márcio Bilharinho. *Mao: O Processo da Revolução*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução Chinesa*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ROBINSON, Joan. *A Revolução Cultural na China*. Lisboa: Ulisséia, 1969.

SCHILLING, Voltaire. *A Revolução na China*. Colonialismo/Maoísmo/Revisionismo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

STÁLIN, Joseph. *Problemas Econômicos do Socialismo na URSS*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1985.

VIANA, Nildo. Mao Tsé-Tung: Dialética ou Estratégia do PCC? In: *O Fim do Marxismo e Outros Ensaio*s. São Paulo: Giz Editorial, 2007.

PRESTISMO, DOENÇA SENIL DO MORIBUNDO BOLCHEVISMO

Gabriel Teles Viana¹

Rubens Vinícius da Silva²

Apresentação

O sentido deste texto é político. Pretende-se uma breve análise crítica daquilo que ficou conhecido como Prestismo. Assentado numa concepção leninista, suas reflexões ideológicas e ações políticas refletem e expressam um entrave contrarrevolucionário na luta do movimento operário, obliterando seu potencial transformador e emperrando as formas de auto-organização dos trabalhadores e demais classes exploradas e oprimidas na sociedade capitalista.

Ter-se-á cumprido o objetivo deste texto ao demonstrar que a relação entre os prestistas (a partir de sua organização) e o movimento operário é de dominação e controle, afastando as próprias e autênticas organizações dos trabalhadores. Nesse sentido, apresentaremos um breve histórico das lutas dos trabalhadores de modo geral e sua expressão teórica a partir do marxismo e, posteriormente, em contraste, a tentativa de dominação e controle feita pelas organizações burocráticas e sua conformação ideológica expressa pelo leninismo e demais concepções políticas pseudomarxistas; por fim, a crítica específica às resoluções do Polo Comunista Luiz Carlos Prestes (PCLCP) no que se refere à forma de organização e sua pretensa atuação no movimento operário.

Movimento operário

O processo histórico de luta dos trabalhadores é o movimento real para a transformação social, ambicionando a abolição das sociedades classistas e a instauração da livre associação dos produtores. Jungidos num mesmo espaço, os trabalhadores no modo de produção capitalista, submetidos a relações de exploração, dominação e alienação, resistem a todo esse processo, lutando inicialmente contra uma maior e mais

¹ Estudante do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás. Militante do Movimento Autogestionário.

² Estudante do curso de Ciências Sociais da Fundação Universidade Regional de Blumenau. Militante do Movimento Autogestionário.

intensificada exploração e, posteriormente, já consciente de seu papel histórico, lutam pela sua abolição.

É a primeira vez, na história das sociedades classistas, que uma classe social, ao se emancipar-se, emancipa também a totalidade da sociedade: a consolidação da sociedade sem classes via emancipação proletária é, ao mesmo tempo, a possibilidade real de emancipação humana, dado o seu caráter igualitário no que tange à associação de seus membros. Este processo expressa a essência humana, pois se constitui na negação real das relações sociais fundadas na exploração e dominação capitalistas, o que de um modo geral significa a constituição de um novo ser humano, ainda que saído das entranhas e sendo parido pela velha sociedade burguesa. Nesse sentido, a negação do capitalismo é a afirmação de uma nova sociedade; a negação das classes sociais (e também a do proletariado) é a afirmação de uma nova aurora das potencialidades humanas em suas livres associações. Mas a luta proletária não é uma luta isolada da totalidade das relações sociais capitalistas. Sua luta se inscreve essencialmente nas lutas de classe, de onde ela deriva.

Assim sendo, o proletariado só existe enquanto classe ao se confrontar com outras classes sociais que também fazem parte das lutas de classe, sendo a classe proletária e a classe capitalista as fundamentais do modo de produção capitalista, pois estão imersas no processo de produção e reprodução da vida material dos seres humanos históricos e concretos. Por conseguinte, há uma correlação de forças entre as classes sociais, onde a predominância, em tempos estáveis de acumulação de capital, se dá a partir da hegemonia da dominação burguesa; é uma afirmação lógica, já que se a hegemonia detivesse entre os trabalhadores, o capitalismo já teria ruído há muito tempo.

A condição essencial para a existência e para a dominação da classe burguesa é a acumulação da riqueza nas mãos de privados, a formação e multiplicação do capital; a condição do capital é o trabalho assalariado. O trabalho assalariado repousa exclusivamente na concorrência entre os operários. O progresso da indústria, de que a burguesia é portadora, involuntária e sem resistência, coloca no lugar do isolamento dos operários pela concorrência a sua união revolucionária pela associação. Com o desenvolvimento da grande indústria é retirada debaixo dos pés da burguesia a própria base sobre que ela produz e se apropria dos produtos. Ela produz, antes do mais, o seu próprio coveiro. O seu declínio e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis. (MARX e ENGELS, 1988, p. 78).

No entanto, em determinadas ocasiões históricas, com a intensificação das lutas de classe, o proletariado cria força, toma consciência e anseia ações revolucionárias a partir destas associações as quais Marx e Engels mencionam na citação anterior. À medida que avança suas lutas, o proletariado rompe com as relações hierarquizadas, confronta, em ação direta, as relações de produção capitalistas e afirma uma nova sociabilidade a partir das formas de auto-organização que lhe são oriundas, criando assim, o esboço de uma nova sociedade a partir de sua própria luta. As experiências históricas do movimento operário são categóricas nesse sentido. Todas as grandes tentativas de revolução proletária: Comuna de Paris (1871), início da Revolução Russa (1905/1917), Revolução Alemã e Húngara (1918), Maio de 68, entre outras, tiveram como determinação fundamental a criação de estruturas igualitárias de ação coletiva (TRAGTENBERG, 2008) que, à medida de seu desenvolvimento, entram em total antagonismo com as relações sociais atuais.

Assim podemos observar que o movimento operário, bem como o seu objetivo histórico, a Autogestão Social (comunismo), não é invenção de indivíduos dotados de gênio ou, como diria Marx, reformadores do mundo, mas sim um movimento real, produzido por seres humanos reais, vivos, históricos e concretos. Outro elemento fundamental para compreendermos a emancipação do movimento operário é, como foi expresso no estatuto da I Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) escrita por Marx, que a emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores. Portanto, a possibilidade histórica da transformação social a partir do movimento operário só é efetivada a partir do próprio movimento operário, e não a partir de representantes e/ou outras classes sociais. Karl Marx, que contribuiu imensamente para fortalecer o movimento operário, já criticava a concepção vanguardista que só foi cristalizar-se algumas décadas adiante a partir dos escritos e práticas de Kaustky e Lenin:

Quanto ao que nos concerne, temos diante de nós, levando em conta todo nosso passado, um único caminho a seguir. Há quarentas anos, colocamos em primeiro plano a luta de classe como força motriz da história, em particular, a luta de classes entre a burguesia e o proletariado como a mais poderosa alavanca da revolução social. Portanto, é-nos impossível caminhar junto com pessoas que tendam a suprimir do movimento essa luta de classes. Quando fundamos a Internacional lançamos em termos claros seu grito de guerra "a emancipação da classe operária será obra da própria classe operária".

Não podemos evidentemente caminhar com pessoas que declaram aos quatros cantos que os operários são muito pouco instruídos para poder emancipar a si mesmos, e que eles devem ser libertados pelas cúpulas, pelos filantropos burgueses e pequeno-burgueses (MARX e ENGELS, 1978, p.30).

Os trabalhadores, além de lutar contra aqueles que os exploram, também lutam contra aqueles que os dominam. Portanto, a luta é contra o capital e também contra as formas de dominação e controle por aqueles que dizem expressar e contribuir com o movimento operário. O bolchevismo/leninismo é a expressão máxima da dominação burocrática sobre a luta dos trabalhadores. Tal processo se inicia durante as primeiras décadas do século XX, sobretudo com sua influência na Revolução Russa e posteriormente no mundo inteiro com a criação da III Internacional. A práxis bolchevique ajuda a obstruir ainda mais a transformação social e manter os trabalhadores longe de sua emancipação. A perspectiva burocrática manifesta pelo bolchevismo atua no sentido de impedir formas de auto-organização criadas pelo proletariado, com ênfase na cisão entre dirigentes e dirigidos no que tange à dinâmica da organização das lutas. As experiências históricas concretas onde o bolchevismo conseguiu implantar sua dominação, arraigando um capitalismo de estado disfarçado de “socialismo”, reforçam esta assertiva.

Devido ao espaço, não podemos desenvolver uma crítica mais aprofundada sobre os elementos ideológicos do leninismo, bem como suas desastrosas experiências contrarrevolucionárias ao longo do século XX, mas pontuaremos aqui que ele ainda perdura enquanto uma corrente política com relativa influência no bojo do movimento operário, a partir, sobretudo, dos partidos políticos.

Marxismo original, bolchevismo e questão do partido político

A discussão em torno do partido político é um dos temas mais pesquisados e debatidos em torno do marxismo e daqueles que, ao partirem dele, acabaram por deformá-lo, deturpando-o segundo interesses outros que não expressam teoricamente o movimento revolucionário do proletariado. No campo da luta política propriamente dita, diversos epígonos e supostos continuadores de Marx e Engels (marxismo original) se dedicaram à tarefa de estabelecer relações entre os partidos políticos e a classe operária.

Marx e Engels viveram e efetivaram sua luta política no século XIX, período histórico de consolidação do modo de produção capitalista no mundo e somente no final de suas vidas houve o surgimento dos primeiros partidos socialdemocratas, os quais seriam alvo de duras críticas. O fio condutor de suas análises e desenvolvimento intelectual foi o movimento operário revolucionário, ou seja, dos avanços e recuos da luta da classe operária pela sua emancipação (“a emancipação da classe operária será obra da própria classe operária”). Para ser mais preciso, o marxismo é produto direto do desenvolvimento e radicalização da luta operária. Em momentos de acirramento e avanço da luta do proletariado, especialmente quando esta classe deixa de estar submetida às relações de produção burguesas, o marxismo avança.

Por conseguinte, os fundadores do marxismo estavam situados num contexto de luta de classes bem como do conjunto das demais relações sociais, anterior ao da origem e formação dos partidos políticos modernos. As relações de produção capitalistas estavam ainda se consolidando mundo afora, com o processo de luta da burguesia contra a aristocracia e nobreza, cuja vitória resultou na formação e consolidação dos Estados Nacionais. Ademais, em determinados continentes (África e América) o modo de produção escravista colonial era o dominante, embora subordinado à dinâmica do capital. Assim como Marx demonstrou que a história das sociedades humanas é história da sucessão de modos de produção, partimos do pressuposto de que a história do modo de produção capitalista é a história da sucessão dos regimes de acumulação.

Por regimes de acumulação, entendemos uma determinada forma estabilizada das lutas de classes, a qual é caracterizada por determinada forma que assume o processo de valorização (extração de mais-valor realizada nos locais de trabalho, relação social fundamental no modo de produção capitalista, da qual surgem suas classes fundamentais: burguesia e proletariado), determinada formação estatal e determinadas relações entre estes Estados (relações internacionais). Nildo Viana, na obra *Manifesto Autogestionário* demonstra a íntima relação entre os regimes de acumulação de capital e as transformações na formação estatal:

A primeira fase do capitalismo foi marcada por sua formação incipiente, pela acumulação primitiva de capital e predomínio do capital comercial. O processo de trabalho capitalista era marginal e o sistema colonial e o Estado absolutista eram as fontes da acumulação que permitiria a

revolução industrial e a consolidação do capitalismo. O regime de acumulação que emerge após este período é o extensivo, marcado por uma alta taxa de exploração fundada na extração de mais-valor absoluto, aliado ao neocolonialismo e ao Estado liberal (século 18 e primeira metade do século 19). Ele foi substituído pelo regime de acumulação intensivo, caracterizado pela busca de aumento de extração de mais-valor relativo via organização do trabalho (taylorismo) e pelo Estado Liberal-Democrático e Imperialismo Financeiro, fundado na exportação de capital-dinheiro (segunda metade do século 19 e primeira metade do século 20). Após a Segunda Guerra Mundial temos um novo regime de acumulação, o intensivo-extensivo, no qual predomina o fordismo enquanto organização do trabalho (busca de aperfeiçoamento do taylorismo com o mesmo objetivo, aumentar a extração de mais-valor relativo, através principalmente do uso da tecnologia), o Estado integracionista (de “bem-estar social”, ou “socialdemocrata”) e o imperialismo transnacional. Este entra em crise na década de 60, mas somente na década de 80 do século 20 é que temos um novo regime de acumulação, o regime integral. Este combina a busca de aumento da extração de mais-valor absoluto e relativo (“reestruturação produtiva”), e uma nova forma estatal, o Estado Neoliberal, juntamente com um imperialismo mais agressivo e beligerante, o neoimperialismo. A ordem do regime de acumulação integral é: aumentar a exploração de todas as formas e em todos os lugares! (VIANA, 2008, p. 20).

Somente com a vitória e expansão do capitalismo e do Estado que lhe corresponde, o Estado Liberal-Democrático (fins do século XIX até a primeira metade do século passado), é que foram postas as condições de possibilidade para a constituição dos partidos políticos como os conhecemos na contemporaneidade. Por conseguinte, na época de Marx e Engels o termo partido estava vinculado à tomada de posição de determinado coletivo político com afinidades em torno de determinadas ideias, concepções e interesses frente às relações reais entre as classes sociais em enfrentamento.

Sobre a posição dos comunistas em relação ao conjunto do proletariado, já no clássico *Manifesto Comunista* de 1848, os autores se colocam da seguinte forma:

Qual a relação dos comunistas com os proletários em geral? Os comunistas não são um partido à parte entre os outros partidos operários. Seus interesses não são distintos dos interesses do conjunto do proletariado. Não estabelecem princípios particulares, segundo os quais pretendam moldar o movimento operário. (...) Na teoria, têm, sobre o resto do proletariado, a vantagem de ter uma visão clara das condições, da marcha e dos resultados gerais do movimento proletário. (...) As concepções teóricas dos comunistas não repousam, de forma alguma, em ideias, em princípios inventados por este ou aquele reformador do mundo. São apenas a expressão geral das relações

efetivas de uma luta de classes que existe, de um movimento histórico que se processa diante de nossos olhos (MARX & ENGELS, 2001, p. 46-47).

A citação acima expressa de forma precisa que os revolucionários têm por finalidade contribuir para o processo de organização do proletariado em sua luta direta contra o capital, elaborando estratégias específicas e gerais que acelerem seu desenvolvimento. Na medida em que o proletariado se autonomiza e se liberta de seus supostos dirigentes e representantes, a luta operária avança, através da recusa do capital, da burocracia e da afirmação de novas relações sociais. Somente deste modo é que as classes exploradas e oprimidas tendem a desenvolver sua consciência revolucionária. Esta é produto direto da luta dos trabalhadores nos locais de produção e reprodução dos meios necessários à vida.

Antes de continuar nossa análise, fazem-se necessárias algumas palavras a respeito do método. O método dialético desenvolvido por Marx e aprofundado por alguns de seus continuadores se fundamenta no pressuposto de que os seres humanos vivos, portanto reais e concretos, no processo de produção e reprodução de sua vida material estabelecem necessariamente um conjunto de relações independentes de sua vontade, para a satisfação de necessidades (desde as mais básicas como beber, comer, amar, etc.) socialmente produzidas e que são satisfeitas por intermédio do trabalho e da sociabilidade. Neste sentido, uma vez que o referencial metodológico é histórico e social, o método para a análise da realidade só pode ser histórico e social. O ponto de chegada é, ao mesmo tempo, o ponto de partida da análise.

A dialética materialista apresenta o primado do ser sobre a consciência, o que significa dizer que o método dialético não pode ser subsumido à realidade concreta, tornando-se um modelo pelo qual esta deva ser necessariamente adequada. Trata-se pelo contrário, de um recurso mental, uma ferramenta para a pesquisa concreta, cuja determinação fundamental é a realidade histórica e social. Por esta mesma razão, a revolução proletária é uma tendência histórica e uma possibilidade humana. Assim, temos que o concreto é a síntese de múltiplas determinações:

O comunismo não é para nós um estado de coisas que deva ser estabelecido, um ideal pelo qual a realidade (terá) de se regular. Chamamos comunismo ao movimento real que supera o atual estado de

coisas. As condições deste movimento resultam da premissa atualmente existente (MARX & ENGELS, 2004, p. 42) (grifos no original).

Contudo, para partir do método dialético não basta apenas ler os textos marxistas. É fundamental que haja a correspondência de perspectiva, o que pressupõe um conjunto de predisposições mentais, expressos em valores, ideias, sentimentos, mentalidade e interesses que sejam vinculados à emancipação humana. A história das lutas em torno das interpretações dominantes do marxismo, como demonstraremos no decorrer deste trabalho, revela que houve uma apropriação da teoria marxista por indivíduos e classes sociais que não expressam o movimento revolucionário do proletariado.

Dito isso, passemos desta breve análise dos partidos para alguns apontamentos acerca da questão do Estado no pensamento de Karl Marx. Há que se recordar que alguns pontos e concepções foram abandonados e outros aprofundados pelo autor, que, coerentemente com o método desenvolvido, partia da experiência revolucionária do proletariado visando expressá-lo teoricamente. Um dos pontos mais polêmicos e controversos da obra do autor é o que trata da possibilidade de estatização dos meios de produção, como sendo uma das medidas necessárias para a superação da sociedade burguesa. No Manifesto, Marx propõe um conjunto de medidas que concentram, nas mãos do Estado, a produção e organização social, inclusive mantendo alguns elementos que são típicos da sociedade burguesa.

Contudo, o Estado, nesse caso, não é o Estado capitalista em mãos diferentes e sim outro tipo de organização que expressa a associação do proletariado (significando um poder de repressão), ou seja, do conjunto da classe e não grupos ou partidos. Além disso, o próprio Marx (Marx e Engels, 1988, p. 42) afirmou que estas medidas estavam ultrapassadas, devido ao próprio desenvolvimento histórico do capitalismo, principalmente graças à experiência da Comuna de Paris em 1871. Desta forma, o pensamento de Marx é mal interpretado na primeira posição e desconsiderado na segunda, na qual ele realiza uma reformulação a partir das experiências de luta do proletariado e assim ganha mais concreticidade, superando o caráter impreciso da primeira formulação.

Após a Comuna de Paris (1871), que foi a primeira experiência revolucionária do proletariado, Marx observa que em vez do velho governo centralizado, a Comuna foi a forma enfim encontrada pela classe operária para sua emancipação, ou seja, o “autogoverno dos produtores”, ou “produtores livremente associados”. Conforme expresso no texto *A Guerra Civil em França*:

(...) a classe operária não pode apossar-se simplesmente da maquinaria do Estado já pronta e fazê-la funcionar para seus próprios objetivos. O poder centralizado do Estado, com os seus órgãos onipresentes: exército permanente, polícia, burocracia, clero e magistratura – órgãos forjados segundo o plano de uma sistemática e hierárquica divisão do trabalho – tem origem nos dias da monarquia absoluta, ao serviço da classe média nascente como arma poderosa nas lutas contra o feudalismo. (...) Do mesmo passo em que o progresso da indústria moderna desenvolvia, alargava, intensificava o antagonismo de classe entre capital e trabalho, o poder de Estado assumia cada vez mais o caráter do poder nacional do capital sobre o trabalho, de uma força pública organizada para a escravização social, de uma máquina de despotismo de classe. Depois de qualquer revolução que marque uma fase progressiva na luta de classes, o caráter puramente repressivo do poder de Estado abre caminho com um relevo cada vez mais acentuado. (MARX, 1982).

Reforçando tal assertiva, Marx irá expor claramente seu abandono a tal proposta de estatização dos meios de produção. Analisando os limites e possibilidades da Comuna, ele avança na crítica radical ao Estado, ao concluir que

A supremacia política do produtor não pode coexistir com a eternização da sua escravatura social. A Comuna devia pois servir de alavanca para derrubar as bases económicas em que se fundamenta a existência das classes e, por conseguinte, a dominação de classe. Uma vez emancipado o trabalho, todo o homem se torna um trabalhador e o trabalho produtivo deixa de ser o atributo de uma classe (MARX & ENGELS, 1871).

Após estes breves apontamentos sobre a relação estabelecida entre o marxismo original e a questão do partido político, iremos destacar o debate e confronto entre Rosa Luxemburgo e Lênin. Tal discussão assume importância fundamental no seio do movimento socialista, especialmente a partir do final do século XIX e início do século XX, período marcado por diversas tentativas de revolução proletária no mundo.

A polémica entre Rosa Luxemburgo, militante do SPD (Partido Socialdemocrata Alemão) e Vladimir Lênin, principal dirigente do partido bolchevique, foi o marco inicial da teoria marxista dos partidos políticos (VIANA, 2013). Rosa defendia o partido de massas, ou em suas palavras uma organização que pudesse se constituir, em

momentos de acirramento das lutas de classes, como o “eu coletivo da classe proletária”. Luxemburgo era membro da ala esquerda do partido, assim como Anton Pannekoek, Hermann Gorter (no início de suas trajetórias políticas) entre outros. Esta tendência do SPD combatia o revisionismo de Bernstein (como expresso na obra *Reforma ou Revolução?*), que havia abandonado o projeto revolucionário, alegando que as condições do capitalismo moderno permitiam as possibilidades de reformas que gradualmente levariam ao socialismo e o centro liderado por Kautsky, o qual buscava manter uma fraseologia “marxista”, mas ao mesmo tempo defendia o crescimento da organização, sua entrada nos parlamentos e sindicatos visando conquistar o poder de Estado pela via eleitoral.

No que concerne às atividades do partido em momentos de acirramento das lutas de classes, Luxemburgo propunha a ênfase da atividade consciente das massas em detrimento da menor importância dos chefes, compreendendo que tal relação não se trata de algo estático e mecânico, e sim da dinâmica da luta do proletariado contra os capitalistas e seus auxiliares. Daniel Guérin, ao analisar a tese luxemburguista do partido de massas, retoma o pensamento original da autora:

Quanto mais o proletariado aumenta em número e em consciência, menos a “vanguarda” instruída tem direito de substituí-lo. À medida que a cegueira da massa recua diante de sua educação, fica destituída a base social em que repousavam os “chefes”. É a massa que se torna, se assim se pode dizer, dirigente e seus “chefes” não são mais que “executantes”, instrumentos de sua “ação consciente” (GUÉRIN, 1971, p. 17).

Desta forma, a relação entre partido e classe já era, àquela altura do pensamento de Rosa Luxemburgo, fundada nas relações de forças entre as classes sociais em luta. A tendência dominante do movimento socialista, em seu entender, seria a abolição da figura dos dirigentes e da massa dirigida, no sentido burguês dos termos. Neste sentido, através da inserção de membros de outras classes sociais que romperam com os valores, mentalidade, interesses de sua origem social, aliados aos novos elementos proletários em torno do partido socialdemocrata, poder-se-ia chegar ao objetivo central: a abolição do fundamento histórico de quaisquer expressões de dominação de classe (LUXEMBURGO e LÊNIN, 1975).

Em que pese haja confusão entre desenvolvimento da consciência de classe revolucionária (que só pode surgir com o processo de auto-organização do proletariado e

demais classes exploradas e oprimidas) e crescimento da organização (que, no caso concreto do SPD, já era um partido político moderno) Rosa iria romper com os partidos políticos no final de sua tristemente abreviada vida, enxergando nos conselhos operários em formação, no contexto das tentativas de revolução proletária na Alemanha, o princípio de organização de combate ao capitalismo e embrião das relações sociais comunistas.

Com o desenvolvimento do processo de autonomização da classe operária através da intensificação de greves selvagens e formação dos conselhos operários, bem como a divulgação de notícias mais fidedignas a respeito do verdadeiro caráter do golpe de Estado realizado pelo bolchevismo, surge e se consolida a corrente que ficaria conhecida mundialmente como comunismo de conselhos, a qual contava com nomes como Anton Pannekoek, Otto Rühle, Hermann Gorter, Gustav Landauer, Paul Mattick, dentre outros. O comunismo de conselhos foi a expressão teórica do movimento revolucionário do proletariado durante a primeira metade do século passado, e teve como principais contribuições revelar o caráter capitalista estatal da União Soviética, bem como o conservadorismo dos partidos políticos através da crítica radical da ideologia da vanguarda.

Lênin foi o intelectual que melhor sistematizou a tese do partido de vanguarda, ao inspirar-se em Karl Kautsky, atualizando suas teses e adaptando-as ao contexto das lutas de classes na Rússia czarista. De acordo com Kautsky, era inteiramente falso o pressuposto de que a consciência socialista do proletariado poderia se desenvolver em seu processo de auto-organização. Os intelectuais burgueses, portadores da ciência socialista (Kautsky entendia que o socialismo e a luta de classes tinham premissas diferentes), deveriam, através de uma disciplina férrea, “comunicar” e “introduzir” aos operários, com vistas à conquista do poder de Estado, os postulados do socialismo científico.

O bolchevismo possui dois fundamentos essenciais: a) a classe operária por conta própria não possui condições de chegar à consciência revolucionária, mas tão somente uma consciência sindical; b) a ideologia da vanguarda (MAIA, 2010). Tais teses são complementares e se reforçam mutuamente, não podendo ser entendidas em separado, uma vez que a práxis do partido bolchevique russo se deu tendo como

fundamento estes princípios. Isso pode ser observado antes, durante e depois do golpe de Estado que culminou com a vitória do bolchevismo sobre os soviets. Em verdade, estas sentenças se traduzem na retomada do argumento de Kautsky segundo o qual existe a necessidade dos portadores da “doutrina socialista” (intelectuais), organizados de maneira rígida, centralizada e com uma disciplina férrea (semimilitar) através de sua atuação nos parlamentos e sindicatos, de dirigir e controlar o movimento operário.

Dessa forma, temos no seio do movimento bolchevique cristalizada uma das relações sociais fundamentais nas sociedades de classes: a relação entre dirigentes e dirigidos. Este tipo de relação tem por fundamento a separação e cisão entre quem planeja e não executa determinada atividade e quem simplesmente executa e não planeja determinada atividade. Há uma predeterminação no que tange tanto aos meios como aos fins, no caso do processo de luta revolucionária.

A divisão social do trabalho é um dos princípios da práxis bolchevique. A suposta tese do “controle operário” é o ápice deste processo, pois por mais que a classe operária tenha algum tipo de voz no que tange ao conteúdo de sua atividade, todas as decisões relativas ao modo e finalidade de sua produção são tomadas por instâncias superiores e exteriores, como o Estado ou o Partido. Já no texto *Que Fazer?*, escrito em 1902, Lênin aprofunda a tese kautskysta da nulidade operária e da necessidade de uma direção centralizada, que deve controlar o movimento da classe operária em luta desde o início de sua atividade. Este é o fundamento da dominação do proletariado pela intelectualidade e burocracia partidária:

“Dissemos que os operários não podiam ter consciência social-democrata. Esta só podia ser introduzida do exterior. A história de todos os países mostra que a classe operária, apenas com suas próprias forças, só está em condições de elaborar uma consciência trade-unionista, quer dizer, a convicção de que precisa de se agrupar em sindicatos, lutar contra o patronato, exigir do governo estas ou aquelas leis necessárias aos operários, etc. Em troca, a doutrina socialista nasceu das teorias filosóficas, históricas e econômicas, elaboradas pelos representantes instruídos das classes possuidoras, pelos intelectuais.” (LÊNIN, 1973, p.39).

Não é nosso intento aqui analisar de forma pormenorizada as múltiplas determinações histórico-sociais que culminaram na derrota dos soviets em favor da contrarrevolução bolchevique. As nossas preocupações são de partir deste processo, que

toma sua forma mais acabada com a vitória do modelo russo na III Internacional, e através de sua reconstituição reconhecê-lo como sendo a determinação fundamental para a criação do PCB em 1922, cuja filiação de Prestes se daria em 1935.

No III Congresso da Internacional Comunista realizado em 1919, Lênin e os bolcheviques conseguem impor uma derrota sem precedentes ao movimento revolucionário mundial. Animada com a vitória da suposta “Gloriosa Revolução de Outubro”, a burocracia bolchevique defende que as diretrizes de Moscou deveriam ser seguidas por todos os PC’s do mundo, independentemente do contexto e da dinâmica das lutas de classes nestes países, abrindo caminho para o que ficou conhecido como o processo de bolchevização dos partidos comunistas.

Não demoraram muito para as primeiras críticas aparecerem. Em 1920, Hermann Gorter, situado no contexto da tentativa de revolução proletária na Alemanha, a tal procedimento:

Companheiro Lênin, você quer nos obrigar, a nós da Europa Ocidental, que estamos sem aliados frente a um capitalismo absolutamente poderoso, extremamente organizado (organizado em todos os setores e em todos os sentidos), fortemente armado (e exatamente por isso precisamos das melhores e das mais poderosas armas), você quer nos obrigar a usar armas ruins. Você quer impor estes miseráveis sindicatos a nós que queremos organizar a revolução nas fábricas e de acordo com as fábricas. A revolução no Ocidente só pode ser organizada na base da fábrica e das fábricas. Isto acontecerá porque é nas fábricas que o capitalismo está altamente organizado em todos os sentidos (...). E isto não é tudo! A Executiva de Moscou, os dirigentes russo de uma revolução que só venceu porque teve o apoio de um exército de milhões de camponeses pobres, querem impor sua tática ao proletariado da Europa Ocidental que está e deve estar só. E, para atingir este objetivo, destroem, como você, a melhor corrente da Europa Ocidental! Que besteira incrível, e, sobretudo, que dialética! (GORTER, 1981, p. 40-42).

O texto de Gorter marca ainda uma crítica limitada ao bolchevismo, fundado na distinção tática no contexto das lutas de classes em cada país. Conforme dito, as condições de possibilidade para a ruptura completa com o bolchevismo iriam se mostrar com o aceleração da radicalização da luta operária, com a formação de conselhos operários em diversos países da Europa Ocidental, na passagem da década de 20 para a década de 30. Ainda assim, a citação acima não deixa dúvidas de que o processo ulterior de bolchevização dos partidos comunistas (levado a cabo por Stálin no V Congresso da Internacional Comunista, realizado em 1924, o qual com a derrota da Revolução Alemã e a

destruição dos conselhos operários, e ao mesmo tempo com a ascensão deste ao poder na URSS, a máxima “socialismo num só país” seria adotada, assim como todos os partidos comunistas deveriam seguir à risca as determinações do Comitê Central do PCUS) teve como fundamento histórico o leninismo, tendo sido uma continuidade e desdobramento necessários e não uma suposta burocratização ou degeneração. Numa palavra: as condições de possibilidade para o surgimento da bolchevização se encontram em germe com o desdobramento da práxis bolchevique, que propunha a total submissão da classe proletária às diretrizes ideológicas do partido.

Após estas considerações acerca do marxismo original, bolchevismo e a questão dos partidos políticos, passaremos a uma breve análise e descrição da trajetória política de Luiz Carlos Prestes. Julgamos necessárias estas considerações acima expostas, uma vez que sem a devida contextualização e resgate histórico de como o bolchevismo deturpou os fundamentos do marxismo original no que tange à organização dos revolucionários, estaremos ocultando as reais determinações histórico-sociais que foram as condições de possibilidade para a aproximação de Prestes com o PCB, o qual em sua fundação já tinha os pressupostos da práxis bolchevique como fundamento de sua atividade.

Luiz Carlos Prestes: breve trajetória política

Luiz Carlos Prestes é uma das figuras políticas mais conhecidas da política institucional brasileira. No século passado, disputou juntamente com Getúlio Vargas o bastião de líder político das classes exploradas e oprimidas no país. Para seus defensores, Prestes teria sido o Cavaleiro da Esperança. Muitos de seus delatores o acusam de oportunista, conciliador de classes e laiaio da burguesia nacional e do imperialismo. Nosso intento aqui é buscar superar este arcabouço de ilusões. Como bem expressa Marx:

"(..)do mesmo modo que não podemos julgar um indivíduo pelo que ele pensa de si mesmo, não podemos tampouco julgar estas épocas de revolução pela sua consciência, mas, ao contrário, é necessário explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito existente entre as forças produtivas e as relações de produção" (MARX, 1982, p.25).

A trajetória política de Prestes se inicia em 1925, com participação ativa no que depois seria conhecido como tenentismo³, vinculando ao projeto do movimento por conta de seu patriotismo, que, aliás, iria acompanhá-lo por toda sua militância política. Após passagem das tropas lideradas pelo General Isidoro Dias pelo Rio Grande do Sul, Luís Carlos Prestes, à época membro da burocracia militar permanente (exército) já com a patente de Capitão, lidera a tropa que ficou conhecida nos livros de história como a famosa Coluna Prestes⁴. No contexto da formação da Coluna, Prestes ganha o apelido de “Cavaleiro da Esperança”. Em 1927, a Coluna se interna na Bolívia, de onde muitos de seus membros passam a tomar posições políticas divergentes.

Com a dissolução do movimento e o apoio dado pela maioria dos seus integrantes ao Golpe de Estado de 1930 que culminaria com o Estado Novo e a ditadura de Getúlio Vargas, Prestes, apesar do forte assédio, rompe com a orientação tenentista e passa a se aproximar do PCB, através de seu então secretário-geral Astrogildo Pereira. O texto Manifesto de Maio, escrito em 1930 (PRESTES, 2006) é o documento no qual Prestes explicita sua ruptura com o movimento tenentista.

Em 1931, Prestes, a convite do Comitê Executivo da Internacional Comunista, se muda com a família para a União Soviética, onde é contratado como engenheiro. Lá ele irá se tornar estudioso do bolchevismo, passando a manter contatos com a seção latino-americana da organização e com dirigentes dos demais partidos comunistas da América Latina. Por conta de sua enorme influência (uma vez que em diversos outros Manifestos já estava presente uma convergência político-ideológica) o PCB apenas em agosto de 1934 aceita Prestes em suas fileiras.

³Nome dado ao movimento político-militar, e à série de rebeliões de jovens oficiais de baixa e média patente do Exército Brasileiro no início da década de 1920, descontentes com a situação política do Brasil. Propunham reformas na estrutura de poder do país, entre as quais se destacam o fim do voto de cabresto, instituição do voto secreto e a reforma na educação pública. Os movimentos tenentistas foram: a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana em 1922, a Revolução de 1924, a Comuna de Manaus de 1924 e a Coluna Prestes.

⁴A Coluna Prestes, como passou a ser chamada, após dois anos de luta enfrentando tropas governistas e tropas de Polícias Estaduais, além de “Provisórios” armados às pressas no sertão do nordeste. Passaram dois anos, sempre se deslocando de um lugar para outro e terminaram se internando na Bolívia. O Tenentismo passa a participar da Aliança Liberal em 1929 com exceção de Luís Carlos Prestes. Prestes rompe com o movimento por conta de sua adesão ao Golpe de Estado em 1930, indo se aproximar do bolchevismo (em sua variante conhecida como stalinismo).

A IC era extremamente burocratizada. Sua organização, com base nos primeiros estatutos, se dava da seguinte forma: 1) o Congresso Mundial era o órgão que detinha a autoridade máxima da Internacional Comunista, o qual devia se reunir uma vez ao ano e tinha a exclusividade em modificar o Programa e os Estatutos da organização; 2) o Comitê Executivo: nos períodos entre congressos, este era o órgão que detinha a autoridade máxima. Era eleito pelo Congresso Mundial e sua sede era decidida em cada congresso. Mais tarde se criaria um órgão adicional: o *Presidium*, que por sua vez concentrava e centralizava a máxima autoridade entre as plenárias do Comitê Executivo.

Na segunda metade dos anos 30, a IC rompe com a política de frente única (a qual não cogitava a aliança com nenhum partido socialdemocrata e mesmo com frações de classe da burguesia) e adota a estratégia de Frentes Populares. No Brasil, o PCB, juntamente com frações liberais da burguesia nacional e um grupo de tenentes rompidos com Vargas, aplica esta política, que teve o nome de ANL (Aliança Nacional Libertadora), posta na ilegalidade em 12 de junho de 1935, três meses depois de sua fundação.

É a estas organizações e neste contexto histórico que ocorre a identificação de Prestes com o bolchevismo, expressão ideológica da burocracia radicalizada. Uma análise mais acurada do funcionamento de tais organizações revela que a divisão social do trabalho é uma das relações sociais concretas que fornece sua dinâmica, revelando que em realidade trata-se de uma organização burocrática, que tinha como objetivo fornecer às demais organizações burocráticas (PC's do resto do mundo) as “orientações” necessárias à luta pela conquista e manutenção do poder de Estado.

Em 1935, Prestes volta ao Brasil para juntar-se a Aliança Nacional Libertadora, onde antes mesmo de ser incorporado à organização já se encontra na posição de “presidente de honra”, devido ao seu prestígio e influência. A ANL, que durou pouco mais que 3 meses e boa parte deste tempo esteve na ilegalidade, conseguiu reunir um grande número de simpatizantes. Contudo, o fracasso dos levantes de 1935 e a repressão do Estado Novo destroem a organização, levando Prestes a ser preso em 1936 até 1945.

Em 1943, é realizada uma conferência na Serra da Mantiqueira, a qual reorganiza o PCB e elege Luiz Carlos Prestes como seu secretário-geral, mesmo este se encontrando preso. Em 1945, Prestes sai da prisão anistiado e se junta à campanha

nacional pela legalidade do Partido. Com muito prestígio popular, Prestes é eleito senador em 1945 com a maior votação da história até então.

No Senado, Prestes e a bancada do PCB são ávidos defensores de políticas que visavam garantir o desenvolvimento capitalista no país, sobretudo a reforma agrária. Contudo, dois anos depois o PCB é novamente posto na ilegalidade e em 1948 os mandatos de seus parlamentares são cassados. Em realidade, neste contexto, o PCB, assim como os demais partidos comunistas do mundo, seguem à risca as diretrizes emanadas pelo Comitê Executivo da Internacional Comunista, a qual propunha a conquista de vagas no parlamento e a defesa de governos com cunho nacionalista, popular e democrático.

Tal estratégia visava garantir mais influência no conjunto das classes exploradas e oprimidas, uma vez que o processo de burocratização dos sindicatos leva à criação das centrais sindicais e marca a disputa de cargos na burocracia sindical em formação, visando combater a possibilidade de formas de auto-organização do proletariado no Brasil. Soma-se a isso a tentativa de ressuscitar a estratégia de luta armada, proposta em 1950 em tom de Manifesto e assinada por Prestes, a qual propunha a derrubada do governo, considerado de “traição nacional”, através da “luta armada pela libertação nacional”, para conquistar um “governo revolucionário”.

Neste sentido, é revelador perceber como a sucessão de equívocos estratégicos marca o processo de rearticulação do PCB, que em 1958, no contexto da volta a legalidade e revogação dos membros do Comitê Central, através da Declaração de Março de 1958, assume uma postura autocrítica em relação ao Manifesto de 1950 (PRESTES, 2006). Na Declaração de 1958 é proposta a luta por um “governo nacionalista e democrático” através da participação no processo eleitoral. Ou seja, o velho ritual de crítica e autocrítica leninista, que finge assumir alguns “erros” conservando a sua finalidade essencial: dirigir, controlar e tutelar as lutas operárias e das demais classes exploradas e oprimidas, canalizando-as pra a luta pela conquista do poder de Estado pelo Partido e assim amortecendo os conflitos reais entre as classes sociais em permanente enfrentamento.

O nacionalismo e o apelo populista são constantes, tanto nos textos quanto na trajetória política de Luiz Carlos Prestes. Não é à toa que este vai se identificar e

apoiar, junto com seu Partido, de todas as formas possíveis o governo de João Goulart, no qual o PCB colabora ativamente no conjunto das chamadas “reformas de base”, que em realidade se tratavam de um conjunto de medidas para tornar possível um desenvolvimento capitalista menos dependente dos países de capitalismo superdesenvolvido, principalmente dos Estados Unidos.

No período da ditadura militar no Brasil se explicitam as divergências entre Prestes e os demais membros do Comitê Central do PCB. Por conta de disputas estratégicas e de poder e influência dentro do Partido, Prestes, com base no estudo de materiais produzidos no contexto do regime ditatorial, rompe com o Comitê Central. Em 1980 escreve a famosa “*Carta aos Comunistas*”, a qual é o fundamento para sua ruptura definitiva com o PCB e o início de sua busca pela constituição de uma nova organização burocrática de orientação bolchevique no país (PRESTES, 2006).

Portanto, é na “*Carta aos Comunistas*” que muitos vão dizer que Prestes assume sua formulação política mais radical, unindo sua experiência política de quase meio século com o pretensão “aprofundamento” de seus estudos sobre o marxismo-leninismo. No entanto, o que se percebe, como já dissemos, são as velhas querelas de disputas burocráticas entre os dirigentes do Comitê Central do PCB daquela época. Em essência, a única crítica que Prestes faz é a incapacidade dos dirigentes daquele período em dirigir e controlar tanto o partido político quanto as “massas”. À guisa de demonstração, reproduzimos aqui alguma das inúmeras vezes que Prestes menciona esta questão:

A crise que atravessa o PCB expressa-se também na falência de sua direção que, entre outras graves deficiências, não foi capaz de preparar os comunistas para enfrentar os anos negros do fascismo, facilitando à reação obter êxito em seu propósito de atingir profundamente as fileiras do PCB, desarticulando-o em grande parte. (PRESTES, 1980).

Fica claro a relação entre aqueles que dirigem e aqueles que são dirigidos no seio de uma organização política partidária:

Nessas condições, sinto-me no dever de alertar os comunistas para a real situação da atual direção do PCB: uma direção que não funciona como tal e não é capaz de exercer o papel para o qual foi eleita, um Comitê Central em que não é exercido o princípio da direção coletiva – caracterizado pela planificação e o controle das resoluções tomadas pela maioria —, no qual reina a indisciplina e a confusão, em que cada dirigente se julga no direito de fazer o que entende" (PRESTES, 1980).

Por fim, Prestes expressa a sua “solução” para os problemas que o Partido Comunista Brasileiro sofreu:

É necessário lutar por um outro tipo de direção, inteiramente diferente da atual, com gente nova, com comunistas que efetivamente possuam as qualidades morais indispensáveis aos dirigentes de um partido revolucionário. Não é mais admissível a perpetuação da atual direção que está levando o PCB à falência em todos os terrenos (PRESTES, 1980).

(...)

Quero lembrar ainda que, para cumprir o papel revolucionário de dirigir a classe operária e as massas trabalhadoras rumo ao socialismo, é necessário um partido revolucionário que baseado na luta pela aplicação de uma orientação política correta conquiste o lugar de vanguarda reconhecida da classe operária. (PRESTES, 1980)

O conteúdo da Carta é o fundamento ideológico e a condição de possibilidade para o surgimento da corrente que aqui denominamos Prestismo. Nela estão postos os princípios gerais sob os quais Prestes entendia a atividade da burocracia partidária, onde os eternos erros da direção têm por finalidade justificar a divisão social do trabalho e ocultar o véu da contrarrevolução burocrática expresso na conquista do poder de Estado pela burocracia partidária.

Polo Comunista Luiz Carlos Prestes (PCLCP)

Meses após a morte de Prestes, ainda em 1990, militantes que romperam com o PCB através da assimilação do conteúdo expresso na famosa Carta aos Comunistas, fundam a CLCP (Corrente Comunista Luiz Carlos Prestes) visando aplicar as estratégias e o modelo nela desenvolvidos. Mas é no ano de 2013, a partir da 12^o Encontro Nacional, que, seguindo uma concepção muito utilizada por organizações leninistas que romperam com partidos comunistas tradicionais, ocorre uma nova alteração no nome da organização, que passa a ser conhecido por Polo Comunista Luiz Carlos Prestes (PCLCP). Portanto, a cristalização do que é conhecido por “Prestismo”, fundamentalmente, organiza-se a partir do Polo, e é por isso que achamos necessária a crítica desta organização.

A pretensão política do PCLCP, de acordo com suas cartas de princípios, “se afirma como alternativa para os comunistas revolucionários em nosso país” (PCLCP, 2013). Pretensão esta, a propósito, totalmente questionável, o que nos leva a formular

uma pergunta que servirá como fio condutor de nossa crítica a esta organização: O PCLCP se afirma como alternativa para os comunistas revolucionários no Brasil? Para responder a esta questão, nos pautaremos a partir das Resoluções do 12º Encontro Nacional do Polo Comunista Luiz Carlos Prestes ocorrido em abril de 2013, onde se pode encontrar a visão do PCLCP sobre a questão da organização, estratégia socialista e etc. Focaremos, devido ao espaço, sobretudo as questões da organização do Polo bem como sua relação com o movimento operário e demais setores explorados na sociedade capitalista.

Enquanto organização, o PCLCP se auto intitula como um “polo de reconstrução do movimento comunista no Brasil”. Sua proposta, do ponto de vista do eixo organizativo, é contribuir para o surgimento daquilo que eles chamam de “partido revolucionário comunista de novo tipo”. No entanto, mesmo não sendo ainda este partido, “o PCLCP é uma organização de caráter partidário (PCLCP, 2013, pg. 51)”. O trabalho político de um partido revolucionário de novo tipo, de acordo com as resoluções do referido Congresso, consistiriam em:

[...] contribuir para a construção das condições para a realização da revolução socialista; atuar como dirigente da massa que realizará a revolução; estabelecer o conjunto de táticas necessárias para a tomada revolucionária do poder; construir o Estado revolucionário que combaterá até o fim a reação burguesa e organizar a sociedade socialista no período de transição à sociedade sem classes (e, portanto, sem Estado) (PCLCP, 2013, p. 54).

Portanto, nesta pequena síntese, temos cinco elementos que permeiam a organização do PCLCP a partir da constituição de um partido político: (1) contribuir para construção das condições para a revolução socialista; (2) atuar enquanto dirigentes das massas que farão a revolução; (3) táticas para tomada do poder; (4) construção de um período de transição socialista.

O primeiro elemento pressupõe uma compreensão e reflexão daquilo que se chama de unidade entre meios e fins. Nesse sentido, a construção de uma revolução socialista⁵, finalidade máxima do movimento operário, deve apreender meios autênticos que possa chegar ao fim objetivado:

⁵Cabe aqui expor que em nosso entendimento a revolução proletária é o processo radical de transformação do conjunto das relações sociais, cuja essência é manifesta na autogestão das lutas operárias, o que significa a negação e ruptura diretas com a tese de tomada do poder de Estado pela burocracia partidária. A autogestão social é o fundamento das relações de produção comunistas e surge como tendência histórica e

Falar em estratégias revolucionárias nos leva, pois, as questões que remetem ao problema da construção de uma nova sociedade, de um novo modo de produção radicalmente diferentes do atual e dos anteriores fundados em sociedades classistas. Trata-se da necessidade de coerência, expressando uma práxis revolucionária, pautada num conceito de revolução que nos leve à transformação das relações sociais, instituindo uma nova sociedade; enfim, em poucas palavras: a unidade entre meios e fim (GT VIANA, no prelo, p. 1).

No caso concreto do PCLCP há, em verdade, um desserviço para a construção da transformação social, pois seus meios não condizem com um fim revolucionário. O que se vê nas resoluções desta organização é um entrave burocrático, a toque de dominação das lutas dos trabalhadores que, em vez de contribuir, acaba tendo como objetivo dirigir suas lutas a partir dos moldes burocráticos e contrarrevolucionários.

O que passa pela elaboração programática do caminho para o socialismo nas condições brasileiras e a criação das condições institucionais para que este programa seja aprovado de forma democrática e assumido pelas massas [...] passa pela unidade das forças comunistas revolucionárias consequentes na formação de uma liderança efetiva, um "núcleo duro", capaz de dirigir as lutas de massas dentro de uma perspectiva revolucionária (PCLCP, 2013, p. 5).

A própria forma-partido já demonstra o caráter contrarrevolucionário da configuração de ação política do PCLCP, expressando relações burocráticas, onde há uma clara distinção entre aqueles que dirigem e aqueles que são dirigidos. Anton Pannekoek, em seu texto "Partido e Classe" de 1936, ancorado nas experiências concretas onde o bolchevismo obteve êxito, sobretudo após a dominação bolchevique ocorrida na Revolução Russa, explicita o caráter reacionário dos partidos bolcheviques:

Lênin (Que Fazer? -1902), inspirando-se em Kautsky, propõe a criação de um partido de vanguarda, formado por "revolucionários profissionais" e rigidamente centralizado, sob a direção dos intelectuais. A divisão do trabalho, tão eficaz e racional na organização capitalista da produção, tem sido o modelo da concepção leninista da organização revolucionária, que subordina os operários aos intelectuais, atribuindo a estes a função dirigente. O resultado é que, logo após a revolução, a "eficácia" do partido leninista, que até então se limitara a aparelhar as organizações de massas, se estende e se afirma como "ditadura do proletariado". Uma nova classe dominante, os tecnoburocratas ou gestores, assume o poder em nome do proletariado e mantém, no essencial, as relações de

possibilidade de emancipação humana com as tentativas de revolução proletária expressas na Comuna de Paris (1871), Revolução Russa (1905-1917), portanto no contexto da luta que se configurou na vitória da contrarrevolução burocrática expressa pelo bolchevismo), Revolução Espanhola (1936-1939), Maio de 1968 na França, dentre outras.

produção/exploração capitalistas, mudando apenas sua forma superestrutural ou jurídico-política: o capitalismo de mercado se transforma em capitalismo de estado (PANNEKOEK, 1936).

E aqui entramos para a questão da atuação enquanto dirigentes no processo das lutas dos trabalhadores em geral e do movimento operário em específico (2). Seguindo a tradição leninista, o PCLCP expressa a necessidade de uma vanguarda para dirigir o movimento operário, já que os proletários, devido a sua situação de vida, teriam tão-somente condições de desenvolver uma consciência sindical, ou seja, limitada da realidade. É necessário, pois, que a consciência revolucionária seja “comunicada” e “doada”, pelos intelectuais dos partidos.

O partido revolucionário deve buscar ser dirigente [...] A massa estará disposta a organizar-se para defender seus objetivos imediatos. Os objetivos imediatos não são, por si só, revolucionários, sendo, na maior parte das vezes, reformistas. Buscar ser o dirigente da massa não pode ser apenas uma pretensão, e não acontecerá se parecer uma pretensão alheia aos objetivos e interesses da massa (PCLCP, 2013, p. 56).

No entanto, como a *consciência só pode ser o ser consciente* (MARX, 2007), a ideologia da vanguarda, expressa por Lênin e utilizada pelo PCLCP, buscando substituir a classe operária no plano do pensamento (já que são os intelectuais que produzem a consciência revolucionária), inevitavelmente tem por objetivo substituí-la no plano político e prático, dirigindo e controlando o movimento operário. A experiência da Revolução Russa, a partir da dominação bolchevique, demonstrou muito bem como a cristalização da burocracia enquanto classe social em sua faceta mais radicalizada, a qual falando em nome do proletariado, é contrarrevolucionária por essência:

O bolchevismo é, pois, não só inútil como critério para a política revolucionária do proletariado internacional, mas um dos seus maiores e mais perigosos obstáculos. A luta contra a ideologia bolchevique, contra as práticas bolcheviques e, portanto, contra todos os grupos políticos que buscam implantá-las no proletariado, é uma das primeiras tarefas na luta pela reorientação revolucionária da classe operária. A política proletária somente poderá ser desenvolvida agindo no terreno da classe proletária, com os métodos e as formas de organização adequados para isso (WAGNER, 2014).

É necessário resgatar o princípio fundamental da luta do proletariado imersa e inscrita nas lutas de classes: **a emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores**. Tal afirmativa está assentada na concepção de que a revolução só é efetiva a partir da ação política revolucionária da totalidade da classe proletária, pois o

que se busca é a autoemancipação desta classe, a partir de sua auto-organização, tal como colocamos anteriormente.

Quanto à questão da estratégia para a tomada do poder a partir do Partido (3), para quem parte da perspectiva revolucionária, quando esta deixa de se submeter às relações de produção burguesas, é totalmente sem sentido. O que se busca é a destruição do poder. O poder, enquanto uma relação social de dominação (implicando naqueles que dominam e aqueles que são dominados), expressa determinados interesses em sua dinâmica social. É impossível abolir a dominação a partir da reprodução desta própria dominação. A tomada do poder, sendo uma relação de dominantes e dominados, a partir de um partido, sendo uma relação de dirigentes e dirigidos, só poderá reproduzir uma sociabilidade e formas de ação política desastrosas, corroborando ainda mais com a manutenção da dominação e da relação mandatária. Marx, ao falar em “uso do poder político”, se refere a partir da própria classe operária, entendendo este uso como coerção por parte do proletariado contra a burguesia e suas classes auxiliares (burocracia e outras) e não através de um partido político. Isto, no entanto, não significa que o proletariado será uma nova classe dominante, como bem explicita Marx:

Isso significa que, após a ruína da velha sociedade, haverá uma nova dominação de classe? Resumindo-se em um novo poder político? Não. A condição da libertação da classe laboriosa é a abolição de toda classe, assim como a condição da libertação do terceiro estado, da ordem burguesa, foi a abolição de todos os estados e de todas as ordens. A classe laboriosa substituirá, no curso de seu desenvolvimento, a antiga sociedade civil por uma associação que excluirá as classes e seus antagonismos, e não haverá mais poder político propriamente dito, já que o poder político é o resumo oficial do antagonismo na sociedade civil (MARX, 1989, p. 160).

Toda vez que um partido bolchevique chegou ao poder, o que se fez foi acentuar mais ainda este poder, obliterando as formas organizativas dos próprios trabalhadores e implantando um capitalismo de Estado.

E é nesta última questão que entra o litígio da construção de um período de transição socialista (4). Para os pseudomarxistas⁶, questionar a possibilidade e

⁶ Korsch, na obra *Marxismo e Filosofia*, aplica o materialismo histórico ao próprio materialismo histórico e se debruça sobre a questão da deformação do marxismo. A partir deste pressuposto teórico, o autor demonstra a legitimação da dominação feita em cima do movimento operário operada por alguns intelectuais e militantes que, utilizando algumas categorias (ainda que deformadas) marxistas, fundamentaram suas ações e escritos que nada buscam contribuir para o desenvolvimento e radicalização

necessidade de um “período de transição” é obliterar uma conquista do “socialismo científico” que superou qualquer pretensão utopista abstrato do movimento operário. Muitos, a partir do argumento de autoridade, advogam que o primeiro teórico a pensar nesta “fase de transição” foi Karl Marx; no entanto, nada mais fora da realidade do que esta afirmação. Marx nunca se referiu a uma fase de transição entre capitalismo e comunismo chamada de “socialismo”. A ideologia da burocracia, inicialmente pelo bolchevismo a partir dos escritos de Lênin, utilizam duas colocações de Marx para sustentar a ideologia da fase de transição: a conservação do trabalho assalariado e a existência de um “estado de transição” no “socialismo”. Contudo Marx não utilizou as noções de “período de transição” ou socialismo. Tais noções foram formuladas pela tradição bolchevique e assimilada pelo pseudomarxismo sendo levada, por eles, como verdadeiros conceitos revolucionários, uma etapa necessária para a mudança social.

O que Marx realmente coloca em seus escritos é que o comunismo (ou autogestão, livre associação entre os produtores, etc.) tal como surge do movimento operário no capitalismo, atravessa duas fases, e isto significa que são duas fases do comunismo, e não que uma delas seja uma transição/passagem para ele. Quanto ao que Marx disse, a conservação do trabalho assalariado e existência de um estado de transição se referem à primeira fase do comunismo. Conscientes ou não, os leitores de Marx quando analisam a proposta de um estado de transição (à época do Manifesto Comunista, 1848), esquecem que esta questão é reavaliada por Marx. Antes, este estado de transição seria calcado em uma “estatização dos meios de produção⁷”. No entanto, depois da experiência da Comuna de Paris em 1871, Marx irá reavaliar esta tese, tal como ele deixou evidente em seus textos sobre a Comuna de Paris (MARX, 1871) e nos posfácios das futuras edições do Manifesto Comunista (MARX, 2006).

do das lutas revolucionárias. Com isso, Korsch contribui para reforçar o real caráter de classe (burocrático) do bolchevismo e suas consequências nefastas para o desenvolvimento da luta operária.

⁷Mas não nos moldes burgueses. Aqui se trata do período de superação revolucionária das sociedades de classes, o que pressupõe a destruição do Estado, pois este é a mais poderosa arma que a classe capitalista utiliza-se para tornar regulares as relações de produção capitalistas, e, por conseguinte, o conjunto das relações sociais. Conforme buscamos expor, Marx supera e reformula tais teses, o que significa uma ruptura que é sistematicamente ocultada pela tradição bolchevique cuja práxis se dá na conquista do Estado e na fusão da burocracia partidária em burguesia de Estado via estatização dos meios de produção, na qual são mantidas e aprofundadas a divisão social do trabalho e a extração de mais-valor, que são as relações de produção fundamentais do capitalismo.

Portanto, em coerência com o movimento real da história das sociedades de classes expresso nas lutas de classes, Marx demonstra que o proletariado não pode simplesmente se apossar do estado, pois seu objetivo, desde o início é destruí-lo e em seu lugar criar o “autogoverno dos produtores” (MARX, 1986) – a autogestão social. Sobre a permanência do salário na primeira fase do comunismo é também reavaliada por Marx, que logo depois, em sua crítica ao programa de Gotha (1875), irá propor o sistema de bônus:

Do que se trata aqui não é de uma sociedade comunista que se desenvolveu sobre sua própria base, mas de uma que acaba de sair precisamente da sociedade capitalista e que, portanto, apresenta ainda em todos os seus aspectos, no econômico, no moral e no intelectual, o selo da velha sociedade de cujas entranhas procede. Congruentemente com isto, nela o produtor individual obtém da sociedade — depois de feitas as devidas deduções — precisamente aquilo que deu. O que o produtor deu à sociedade constitui sua cota individual de trabalho. Assim, por exemplo, a jornada social de trabalho compõe-se da soma das horas de trabalho individual; o tempo individual de trabalho de cada produtor em separado é a parte da jornada social de trabalho com que ele contribui, é sua participação nela. A sociedade entrega-lhe um bônus consignando que prestou tal ou qual quantidade de trabalho (depois de descontar o que trabalhou para o fundo comum), e com este bônus ele retira dos depósitos sociais de meios de consumo a parte equivalente à quantidade de trabalho que prestou. A mesma quantidade de trabalho que deu à sociedade sob uma forma, recebe-a desta sob uma outra forma diferente (MARX s/d, p. 213).

A partir desta passagem de Marx, podemos perceber que o sistema de bônus não é a mesma coisa que o salário, pois o salário é expresso e pago em um papel-moeda (dinheiro), que é equivalente, no modo de produção capitalista, um meio universal de troca, passível de ser acumulado e utilizado para comprar meios de consumo e produção e força de trabalho. O sistema de bônus, bem diferente, é tão-somente trocável por meios de consumo e por isso não tem nada haver com dinheiro, trabalho assalariado e a questão da lei do valor. Portanto, primeira “fase” do comunismo já seria marcada pela destruição e abolição do estado, do trabalho assalariado e do dinheiro e pelas iniciais relações sociais pautadas na livre associação dos produtores.

No entanto, Viana, ao se debruçar sobre esta questão, demonstra que a questão das duas fases do comunismo já foi superada historicamente:

Com o posterior desenvolvimento das forças produtivas não há mais motivos para a existência do princípio “a cada um segundo o seu

trabalho” e do sistema de bônus. O desenvolvimento das forças produtivas, na Europa ocidental e nos demais países capitalistas superdesenvolvidos, já atingiu um nível tão elevado que a revolução autogestionária terá que transformá-las para possibilitar a autogestão e sua utilização de acordo com as necessidades humanas. Isto se torna, na atualidade, válido até para os países capitalistas subordinados (“terceiro mundo”). Por conseguinte, não há mais a necessidade de existir “duas fases” no comunismo e a chamada “transição” do capitalismo ao comunismo se realiza no período revolucionário que ao terminar, com a vitória do proletariado, instaura a autogestão social (VIANA, 2007, p. 4).

À vista disso, a ideologia do “período de transição” serve mais como uma forma de legitimar a dominação burocrática no seio do movimento operário, ofuscando os reais interesses da burocracia em tomar o poder do Estado e dirigi-lo, não tendo como objetivo uma real transformação das relações sociais.

Vimos anteriormente que o PCLCP se considera um partido político revolucionário. Estas duas assertivas nos remetem a duas questões fundamentais, a saber: a) o conceito de partido político; b) o significado da expressão partido revolucionário.

Para conceituar partido político, duas dificuldades logo se apresentam: a) a diversidade dos partidos, os quais carregam inúmeras diferenças entre si; b) a relação e as semelhanças com outras instituições políticas pode ofuscar a compreensão da especificidade desta forma de organização política.

Os partidos políticos modernos são organizações burocráticas que visam à conquista do poder de Estado, buscando legitimar esta luta através da ideologia da representação. Por fim, os partidos políticos são expressões políticas de uma classe ou fração de classes existentes. Os quatro elementos principais dos partidos políticos são: 1 - Organização burocrática, que é caracterizada pela relação social dirigentes e dirigidos. Aqueles que dirigem (burocratas) tomam as decisões e controlam os dirigidos; 2 - Objetivo de conquistar o poder de Estado; 3 - Ideologia da representação como base de busca de sua legitimação; 4 - Expressão dos interesses de classe ou fração de classe (VIANA, 2013).

Neste sentido, mais uma pergunta se apresenta: por que os partidos políticos são organizações burocráticas? Graças ao seu objetivo de conquistar o poder político, pois para realiza-lo é preciso ter eficácia, o que pressupõe recursos humanos e

financeiros, disciplina, unidade, etc. Aqueles que buscam conquistar o poder através da democracia representativa (processo eleitoral) precisam movimentar enormes quantias de dinheiro para financiar a campanha eleitoral, um quadro de funcionários eficientes e disciplinados, sem os quais uma vitória seria quase impossível. Já os partidos que não possuem estes recursos disponíveis buscam se aliar aos demais partidos tendo como horizonte a disputa por cargos no seio da burocracia estatal visando o aumento de seu poder e influência junto aos setores que diz representar (VIANA, 2013).

A divisão entre dirigentes e dirigidos é o berço sobre o qual nasce toda forma de dominação. Não há como haver sociedades de classes, sociedades onde dominam relações de exploração sem antes existir tal relação. Assim, qualquer organização que queira de um modo ou de outro contribuir com o processo de superação da sociedade moderna, deve atentar-se para esta questão (MAIA, 2009). Sobre as relações entre as organizações burocráticas, sua dinâmica interna e a ideologia da representação, Lucas Maia em seu artigo *Militância, Compromisso e Organização* contribui com o esclarecimento deste processo:

Dentro das agrupações da esquerda tradicional, esta forma de organização autoritária produz ideologias que a justificam, tal como a socialdemocracia, bolchevismo (maoísmo, leninismo, stalinismo, trotskismo etc.). De uma ou outra maneira, estas ideologias justificam a divisão entre dirigentes e dirigidos dentro da organização, dentro do coletivo. As organizações autoritárias, burocráticas, são agrupações políticas que não apresentam em seu interior características que apontem para novas formas de organização social. Pregam em seus estatutos, discursos a liberdade, socialismo etc., mas reproduzem em seu interior um elemento fulcral das sociedades de classe: a divisão entre dirigentes e dirigidos (MAIA, p. 24).

Cria-se assim, no interior do partido, uma divisão entre dirigentes (burocracia partidária) e dirigidos. A burocracia partidária comanda o partido, embora haja variações no grau de burocratização entre os diferentes partidos. No caso do PCLCP, pelo fato de ser uma organização relativamente pequena, o vínculo de afetividade entre seus membros, assim como a ideologia da representação (marcada pelo processo de simulação-dissimulação) tende a ofuscar tal processo. A liderança e a hierarquia, valores fundamentais das sociedades de classes, são naturalizadas por este tipo de organização. Anita Prestes, membro do PCLCP, sistematiza desta forma tal processo de naturalização das relações sociais burguesas:

Não se conhece processo revolucionário sem lideranças destacadas, como é o caso, por exemplo, de Lênin na Revolução Russa, Fidel Castro na Revolução Cubana e, mais recentemente, Hugo Chávez nas lutas do povo venezuelano. Quem faz a História são as massas populares, mas esse "fazer" não acontece sem a intervenção de lideranças, que expressam os seus anseios e atuam dentro das circunstâncias históricas concretas, podendo alcançar vitórias, mas também colher derrotas, uma vez que o rumo do desenvolvimento histórico jamais está pré-traçado. Tudo depende da correlação concreta de forças em cada momento. A liderança de Luiz Carlos Prestes está identificada com a luta pelo socialismo e o comunismo no Brasil (PRESTES, 2010, p. 149-150).

Outro elemento definidor dos partidos políticos é o processo de simulação-dissimulação. Este é marcado pela declaração de um interesse falso (representar o “povo”, as “massas”, a “classe operária”) e pela omissão do verdadeiro interesse (conquistar o poder de Estado -via golpe ou eleições- servindo os interesses próprios ou da burguesia e assim auxiliando-a na manutenção das relações de produção e sociais capitalistas). Aqui se observa duas coisas: por um lado, a existência de um interesse declarado, mas falso, juntamente com a existência de um interesse real, verdadeiro, mas omitido no discurso e por outro lado, a ideologia da representação.

O interesse da burocracia partidária é assumir o poder. Outro elemento definidor dos partidos políticos é o seu objetivo de conquistar o poder de Estado. Mesmo os partidos pequenos sonham com isso e enquanto se trata de um horizonte quase impossível, estes buscam espaços através das eleições, às vezes aliando-se aos grandes partidos em troca de cargos públicos. O caso do PCLCP é emblemático neste sentido, uma vez que a organização destaca militantes que, ao mesmo tempo, possuem filiação nos partidos políticos atrelados à democracia burguesa, notoriamente o PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) cuja ruptura com o PT se deu pela via parlamentar. Muitos dos candidatos ao último pleito eleitoral pelo PSOL que eram filiados ao PCLCP eram policiais militares, o que evidencia a necessidade do Polo em aumentar sua influência nesta fração da burocracia estatal permanente.

Os partidos que buscam conquistar o poder através do golpe de Estado precisam de uma sólida estrutura organizativa e financeira. Como o meio escolhido para “tomar o poder” é ilegal, então a clandestinidade e a semiclandestinidade é necessária. Uma disciplina de caráter militar, um controle férreo da burocracia sobre os demais membros, são fatores indisponíveis. No caso do PCLCP, por se tratar de um partido

bolchevique, que tem por objetivo a conquista do poder de Estado pela via golpista, muito embora em suas próprias resoluções coloque como uma “etapa necessária” a construção de uma frente com demais classes e grupos sociais dominantes.

Os partidos políticos que buscam realizar a conquista do poder estatal através da insurreição possuem os mesmo objetivos que quaisquer outros partidos: conquistar o poder e exercê-lo. Os meios é que se diferenciam. Entretanto, ainda se apela para a ideologia da representação, pois os partidos stalinistas e leninistas dizem “representar” a classe operária.

Por fim, todo o partido político é expressão política de uma ou outra classe social. Ocorre, porém, que a ideologia da representação ofusca a visão de qual classe o partido representa realmente. *O PCLCP é uma expressão de interesses de classe da burocracia sindical, partidária e militar radicalizada, classe social que dirige e controla o conjunto de atividades desta organização.*

Agora, nos resta discutir qual o sentido que assume a expressão *partido revolucionário* nos dias atuais. Sendo os partidos políticos organizações burocráticas (portanto fundadas na relação social dirigente e dirigidos, fulcral nas sociedades classistas) que visam a conquista e exercício do poder estatal via golpe e/ou processo eleitoral e para realizá-lo se baseiam na ideologia da representação, e que, por fim, tais organizações expressam interesses de classes ou de frações de classes dominantes, a quem interessa o uso deste termo? A este respeito, mais uma vez nos apropriamos de Anton Pannekoek em seu texto fundamental *Partido e Classe*, escrito quando da consolidação do bolchevismo stalinista no mundo:

A expressão "partido revolucionário" é, pois, uma contradição nos seus termos. Um partido seria revolucionário se o termo revolução significasse troca de governo ou, no máximo, tomada do poder por uma nova classe exploradora e opressora. A alternativa é: a) as massas trabalhadoras, sem deixar o terreno livre aos partidos, continuam a sua luta: organizam-se autonomamente, nas fábricas e oficinas, para destruir o poder do capital e formam os conselhos operários - entrando, inevitavelmente, em conflito com o 'partido revolucionário', que considera a ação direta do proletariado um fator de desordem. Ou então, b) as massas trabalhadoras se adaptam à doutrina do partido, entregam-lhe a direção da luta, seguem obedientemente suas palavras de ordem e, por fim, convencidas de que o novo governo abolirá as relações de produção capitalistas, voltam à passividade. Abandonando a iniciativa ao partido, os trabalhadores permitem que o inimigo de classe mobilize

todas as suas forças (econômica, política, Ideológica e militar) e derrube o novo governo ou o adapte a seus interesses, transformando-o em instrumento de conservação das relações de produção capitalistas (PANNEKOEK, 1936, p.2).

Reforçando tal opinião, Pannekoek demonstra de maneira precisa que tal expressão serve como uma ferramenta de ocultamento dos reais interesses da burocracia partidária, posto que uma vez conquistado o poder de Estado se mantêm intocáveis as relações de produção burguesas e o conjunto das demais relações sociais:

Todas as vezes em que as massas trabalhadoras, após derrubar um governo, aceitaram ser novamente governadas, por mais revolucionário que se pretendesse o partido ao qual entregaram o poder, o que aconteceu foi a substituição de uma classe dominante por outra. Assim ocorreu com a revolução russa, quando o partido bolchevique apoderou-se dos soviets e, através de um golpe de mão, tomou o poder e implantou o capitalismo de estado. É cada vez mais evidente que qualquer suposta vanguarda que pretenda, de acordo com seu programa, dirigir ou impor-se às massas, por meio de um 'partido revolucionário', se revela na prática, um fator reacionário, em razão de suas concepções. (PANNEKOEK, 1936, p.2).

Portanto, o PCLCP, com esta forma de organização e pretensões estratégicas políticas, se dizem herdeiros da tradição marxista revolucionária. Sem dúvidas, o marxismo compreende uma práxis revolucionária, no entanto, este não é o caso do PCLCP. Este último, longe da tradição marxista, está atrelado, desde o início, a uma antítese dos interesses do marxismo. Como dissemos anteriormente: se os marxistas, desde Marx até os seus continuadores, expressam teoricamente o proletariado revolucionário e contribuem para a sua autodeterminação enquanto classe, os prestistas, ancorados no PCLCP e detentores da herança bolchevique, expressam outra classe social, a burocracia, que tem seus objetivos muito distantes da classe revolucionária de nosso tempo, o proletariado.

Suas intenções, mesmo que maquiadas por pomposas frases “revolucionárias” que não passam de intentos inócuos, referem-se ao objetivo de dirigir e dominar o proletariado para que possa assumir o poder e legitimar todo esse processo. Não é necessário que os “prestistas” alcancem uma projeção de grande influência dentro do movimento operário para que possamos criticá-los: a sua própria forma de organização e intenções políticas, bem como o assentamento ideológico de suas

posições, já demonstra o quão desastroso e contrarrevolucionário é sua forma de atuação política e intenções dominadoras.

Voltamos aqui à nossa pergunta inicial, que serviu como fio condutor para nossas críticas: O PCLCP se afirma como alternativa para os comunistas revolucionários no Brasil? Por tudo o que foi dito, não. Inclusive, em coerência com a perspectiva revolucionária, os comunistas têm como um de seus objetivos o combate a organizações que tem como pretensão controlar a luta dos trabalhadores e destruir suas formas de auto-organização. No entanto, se a forma organizativa e resoluções do PCLCP (e todas as outras organizações/partidos que assumem perspectivas próximas, também derivadas do leninismo, stalinismo e etc.) resultam em um entrave burocrático para a transformação social, quais são formas de se organizar que possa contribuir com o movimento operário sem sua luta pela transformação social?

A forma como os comunistas podem contribuir com o movimento operário é através das organizações autogestionárias. Estas resgatam a necessidade de subsunção dos revolucionários ao movimento operário revolucionário (autônomo e independente, que já rompeu com suas burocracias, que caminha efetivamente para sua autoemancipação) em coerência à questão da autoemancipação proletária. O que se busca é contribuir na radicalização das lutas dos trabalhadores, impulsionando suas formas de auto-organização, sem pretensões de controlar e dirigir este movimento. Em síntese, as organizações revolucionárias devem também expressar politicamente o proletariado, acelerando o processo revolucionário e criando condições necessárias que robusteçam as posições dos trabalhadores na arena política a partir da autogestão de suas lutas enquanto totalidade da classe autodeterminadas para seus interesses.

Não se trata aqui de reproduzir a concepção reboquista de que tão-somente seguindo a dinâmica do proletariado em sua luta cotidiana é possível ajudar em sua luta pela emancipação. Trata-se, na verdade, em expressar o proletariado revolucionário, tencionando sempre para a intensificação das lutas de classe. A unidade entre meios e fins, a articulação entre lutas reivindicativas e lutas revolucionárias, o combate desapiadado às ideologias que apregoam a dominação burguesa e o controle burocrático e o conjunto de ações que produza uma luta cultural com caráter revolucionário, são

formas que os militantes revolucionários expressam tanto as suas posições teóricas quanto suas ações práticas.

Conclusão

Acreditamos ter cumprido o objetivo do texto a partir de nosso itinerário. Buscamos, a partir da perspectiva do proletariado e da história do movimento operário, demonstrar como a concepção prestista, ancorada no PCLCP, a partir de sua ação política (assentada na ideologia leninista) e forma organizativa é, antes de tudo, um entrave burocrático, emudecendo o potencial transformador e emperrando as formas de auto-organização dos trabalhadores e demais classes exploradas e oprimidas na sociedade capitalista.

Portanto, a nossa crítica não se resvala em uma crítica desinteressada ou suficiente em si mesma. Sua intenção é positiva no sentido de colaborar para o avanço do combate às ideologias alienígenas ao movimento operário e contribuir para o rompimento de militantes bem intencionados que se alocam dentro destas organizações burocráticas. O fetiche pelos partidos políticos e demais instituições burocráticas é um câncer que consome as energias revolucionárias dos indivíduos, tornando-os verdadeiros zumbis reprodutores da sociabilidade burguesa e dos intentos burocráticos. É necessário o rompimento a estas formas de organizações que não contribuem com as possibilidades transformativas de nossa sociedade a partir da luta dos trabalhadores.

Devido ao espaço não podemos desenvolver todos os elementos que acreditamos serem fundamentais para uma crítica totalizante. Nesse sentido, prometemos continuar a desenvolver nossas críticas, a partir de um novo texto, criticando um aspecto negligenciado nestes escritos: a prática e ação política do Polo Comunista Luiz Carlos Prestes, bem como a sua “juventude”, JCA (Juventude Comunista Avançando), sobretudo suas atuações e análises sobre as manifestações de junho de 2013.

A revolução proletária, a emancipação humana, não virá como fatalidade sobre os trabalhadores, mas os trabalhadores virão sobre a revolução e ingressarão nela como o que é seu, expressando a emancipação em seu seio libertador!

Referências

GORTER, Herman. Carta aberta ao companheiro Lênin (1920). In: TRAGTENBERG (org.) *Marxismo Heterodoxo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

GUÉRIN, Daniel. *Rosa Luxemburgo e a Espontaneidade Revolucionária*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1982.

LÊNIN, Wladimir Ilitch. *Que Fazer?* 2ª Ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1973.

LUXEMBURGO, Rosa & LÊNIN, Wladimir. *Partido de Massas ou Partido de Vanguarda?* São Paulo: Nova Stella, 1985.

MAIA, Lucas. *Comunismo de Conselhos e Autogestão Social*. Pará de Minas (MG): Editora Virtual Books, 2010.

_____. Militância, compromisso e organização. Disponível em: <https://rizoma.milharal.org/files/2014/11/militancia-compromisso-e-organizacao.pdf> Acesso em 13/03/2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista 1848*. Porto Alegre: L&PM, 2006.

_____. *A Ideologia Alemã 1º Capítulo*. 7ª Ed. São Paulo: Centauro, 2004.

_____. Sobre a Comuna. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1871/05/30.htm>. Acesso em 10/03/2015.

_____. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Livro 1. Vol. I. 13ª edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. Crítica ao programa de Gotha. In: _____. *Textos*. V.1. São Paulo: Edições Sociais, 1975.

_____. *O Manifesto Comunista*. 3ª edição, São Paulo, Global, 1988.

_____. *Carta a Bebel, Liebknecht, Bracke e outros*. In: *Marx, Karl e outros. A questão do Partido*. São Paulo: Kairós, 1978

PANNEKOEK, Anton. *Partido e Classe*. Disponível em:

http://www.protopia.wikia.com/wiki/Anton_Pannekoek/Partido_e_Classe Acesso em 11/03/2015.

PCLCP, Polo Comunista Luiz Carlos Prestes. *Resoluções do 12º Encontro Nacional do Polo Comunista Luiz Carlos Prestes*. 2013.

PRESTES, Anita Leocádia. *Os comunistas brasileiros*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2010

_____. Luiz Carlos Prestes: Patriota, Revolucionário e Comunista. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PRESTES, Luiz Carlos. Carta aos Comunistas. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1980/03/carta.htm>. Acesso em 10/03/2015.

TRAGTENBERG, Maurício. Reflexões sobre o socialismo. 1ª edição, São Paulo, Editora Unesp, 2008.

VIANA, Gabriel. Anotações reflexivas sobre estratégias revolucionárias: unidade entre meios e fim. No prelo, 2015.

VIANA, Nildo. A Dialética como Ideologia. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/21553375/A-Dialetica-Como-Ideologia-Nildo-Viana#scribd> Acesso em 9/03/2015.

_____. Manifesto Autogestionário. Rio de Janeiro: Achiamé, 2008.

_____. O Que são Partidos Políticos? Brasília: Editora Kiron, 2013.

_____. O que é autogestão? Revista Enfrentamento – nº 2, jan/jun, 2007.

WAGNER. Helmutt. Teses Sobre o Bolchevismo. Revista Marxismo e Autogestão – nº 2 jun/dez. 2014. Disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/7wagner2> Acesso em 11/03/2015.

OS SINDICATOS: NÃO HÁ QUE CONQUISTÁ-LOS, HÁ QUE DESTRUÍ-LOS

Lucas Maia¹

Desde fins dos anos de 1990 é perceptível uma reemergência dos processos de contestação social. O fim do regime de acumulação conjugado (conhecido ideologicamente como fordismo) presenciou um contingente enorme de lutas sociais, sendo o maio de 1968 em Paris o mais radical. Mas para além deste grande emblema das lutas do período anterior, houve, em várias partes do mundo, em diferentes níveis de radicalização, a existência de inúmeras lutas. Estas lutas, operadas nas democracias liberais (Inglaterra, Estados Unidos, França etc.), nas ditaduras do capitalismo subordinado (Brasil, Chile, Portugal etc.) e nas ditaduras dos países de capitalismo de estado (Polônia etc.) demonstram que a contestação de fins dos anos de 1960, 1970 e década de 1980 foi um processo bastante vasto.

O estabelecimento do regime de acumulação integral (conhecido ideologicamente como flexível) conseguiu fazer todo este conjunto de lutas, chegando algumas às margens de verdadeiras revoluções, recuar e no limite, liquidar-se completamente. Toda a década de 1980, período de implantação do assim chamado neoliberalismo e a década de 1990, período de generalização e consolidação deste novo regime de acumulação, foi caracterizada por um grande recuo das lutas operárias em particular e do conjunto das lutas sociais em geral.

O fim dos anos de 1990 e início da década de 2000 marca um novo estágio de ascensão de processos contestatórios, contudo, sem ainda terem conseguido se generalizar e adquirir caráter duradouro. O Movimento Antiglobalização, que teve certa importância até meados dos anos 2000 marca o início deste processo de ascensão das lutas e de rearticulação dos movimentos sociais. Alguns exemplos, pelo mundo, ilustram isto: o Movimento Piqueteiro na Argentina (de meados dos anos de 1990 até 2003, apresentando recentemente certo recuo), o levante indígena de Chiapas (1996, existindo até hoje) e a Comuna de Oaxaca (2007) no México, o *Reclaim the Streets* em Inglaterra (década de 1990), as lutas pelo transporte no Brasil em 2003, 2004, 2005, sua retomada

¹ Professor do Instituto Federal de Goiás/Campus Aparecida de Goiânia. Militante do Movimento Autogestionário

no ano de 2013 etc. Poderíamos, citar aqui, várias outras experiências. Estas, contudo, demonstram que *um novo ciclo de lutas se iniciou e estamos dentro dele*. Elemento a se considerar em tudo isto: o movimento operário, como classe auto-organizada atacando as relações de produção capitalistas ainda se encontra desarticulado. A classe operária ainda não se apresentou, como classe autodeterminada, independente no conjunto das lutas sociais, exceto em situações bem específicas e momentos bem delimitados.

Esta emergência das lutas sociais novamente traz à tona a discussão crítica sobre a sociedade capitalista. Há uma recuperação do anarquismo, do conselhismo, do situacionismo, luxemburguismo etc. bem como há uma elaboração de uma cultura contestadora, muitas vezes de caráter eclético, ambíguo etc. Este novo momento que vivenciamos é frutífero para o debate crítico e ele, com todos os entraves e dificuldades que é possível mapear, está sendo realizado. O desenvolvimento de novas formas de organização e a crítica das velhas estruturas organizativas dos trabalhadores (sindicatos “amarelos”, “pelegos”²... partidos políticos burocratizados, movimentos sociais, ONG’s etc.) cria um ambiente propício ao desenvolvimento de novas ideias, recuperação do pensamento crítico etc.

É neste quadro que há uma retomada do interesse por parte de militantes, intelectuais, estudantes, trabalhadores politizados etc. pelo debate em torno dos sindicatos. Há atualmente toda uma tendência em recuperar as velhas ideias de sindicalismo revolucionário, anarco-sindicalismo, sindicalismo. Urge, pois, debater a essência e historicidade das instituições sindicais para avaliar a retomada das ideologias que tentam justificá-las. Assim, a discussão acerca das instituições sindicais e das ideias que as acompanham é uma necessidade prática para o empreendimento das lutas que se avizinham. Este texto não prima pela novidade teórica, nem se compõe de uma extensa análise histórica do sindicalismo e de suas várias tendências. Nosso objetivo é muito mais

² As expressões sindicatos “amarelos” e “pelegos” são bastante antigas dentro do movimento operário. Os chamados sindicatos “amarelos”, no Brasil, embora pré-existam ao enquadramento sindical feito pelo Estado Novo durante a era Vargas, tornam-se hegemônicos a partir de então. Os sindicatos “amarelos” são aquelas instituições sindicais sob controle do Estado ou dos patrões, nos quais os trabalhadores tem pouca ou nenhuma influência. A expressão sindicatos “pelegos” vem na mesma direção, referindo-se àquelas instituições sindicais cujas burocracias estão tão incorporadas na dinâmica institucional, com tantos interesses para aquém dos trabalhadores, que não se dispõem mais à luta, muito pelo contrário, funcionam muito mais como instituições que amortecem os conflitos de classe, do que propriamente fazem avançar a luta de classes operária.

modesto. *A tese aqui a ser defendida é: os sindicatos são instituições, na atualidade, conservadoras e, portanto, contrárias ao desenvolvimento e autonomização da classe operária e demais classes trabalhadoras. Se, no passado, cumpriram importante papel na luta dos trabalhadores pela emancipação foram, historicamente, superadas como instrumento de ação. Os sindicatos são, pois, organizações a serem combatidas e não recuperadas. Da mesma forma, as ideologias que os justificam são ideias a serem combatidas e não desenvolvidas ou aprimoradas.*

O didático ensaio de Silva (2013) nos permite compreender três elementos constituidores dos sindicatos: a) o sindicato como instituição que negocia o valor da força de trabalho; b) a relação dos sindicatos com os partidos da decadente esquerda; c) a necessidade de superação da instituição sindical. Ele aponta estes três elementos, discutindo a concepção de sindicato presente em Marx, Lênin, Totsky e Pannekoek.

Marx e Engels, já em finais do século XIX, ao discutir a luta operária via organização sindical, reconheciam a importância que tais organizações tinham para a luta proletária. O capital, como relação social de produção, funda-se num antagonismo entre burguesia e proletariado. A relação entre estas duas classes sociais fundam a sociedade moderna. Esta relação antagônica baseia-se numa disputa cotidiana. Os capitalistas visam aumentar a extração de mais-valor, ao passo que os proletários visam reduzir tal extração. Independentemente da consciência de classe de cada uma destas classes em disputa, no cotidiano, é assim que esta relação se estabelece. Os sindicatos cumpriam, já no tempo de Marx e Engels, como cumprem ainda hoje, o papel de não permitir que o valor da força de trabalho desça a um nível intolerável. Assim, negociar o salário e fazer certa pressão para melhora das condições de trabalho, de vida dos trabalhadores é a tarefa essencial das instituições sindicais. Mesmo que nas últimas décadas nem esta tarefa os sindicatos cumpram adequadamente, em essência, como instituição dentro da sociedade capitalista, os sindicatos cumprem este papel. As análises de Marx e Engels acerca dos sindicatos apontam para esta direção. Ou seja, reconheceram o significado destas organizações para a luta proletária, mas já verificavam que, devido suas prioridades e formas de atuação já se apresentavam certos limites que os sindicatos

nunca conseguiram superar. Como veremos mais adiante, não se trata de limites, mas sim da essência da instituição sindical.

Sem entrar em pormenores acerca das distinções entre Lênin e Trotsky, quero demonstrar o elemento que aproximam os dois no que toca à questão sindical. Tanto um como outro são expressões eminentes do chamado bolchevismo, espécie de variante russa do início do século XX do assim chamado pensamento socialista. Ambos, por expressarem a concepção bolchevique, ou seja, de defenderem a ideologia da vanguarda “revolucionária”, tem obrigatoriamente que reconhecer: a) os operários são incapazes de chegarem por si mesmos a uma consciência revolucionária. No máximo, desenvolvem uma consciência *tradeunista*, sindical. Os operários, largados a si mesmos, dizem, só conseguem lutar por interesses econômicos, mesquinhos, nunca conseguem desenvolver uma verdadeira consciência socialista; b) por só conseguirem, sozinhos, desenvolver uma consciência sindical, os operários necessitam dos sábios vindos das classes privilegiadas (pequena burguesia, como gostavam de afirmar), portadores da ciência do socialismo (o “marxismo”-leninismo ou socialismo científico), para receberem destes a consciência revolucionária. Ou seja, os proletários só poderiam ser revolucionários se fossem dirigidos pelos sábios organizados no Partido Comunista³. Surge daí a importância da relação entre sindicatos e partidos políticos. O sindicato deveria ser, na apreciação de Lênin e Trotsky, correia de transmissão do partido político. Isto quer dizer que os sindicatos fazem a luta econômica, obedecendo as diretrizes do partido e o partido se encarrega de articular as lutas econômicas à luta política em direção ao socialismo. Esta estratégia de ação dos partidos bolcheviques existentes é praticada até hoje.

Por último, Anton Pannekoek⁴, um dos principais integrantes da corrente dos Comunistas de Conselhos, apresenta uma concepção diferente com relação ao papel das instituições sindicais. Antes de se tornar um comunista conselhistas, Pannekoek foi membro do Partido Socialdemocrata da Alemanha. Quando ainda membro do partido, defendia concepção semelhante à de Marx e Engels, dizendo que os sindicatos são

³ Não dispomos de espaço, neste ensaio, para desenvolver melhor a crítica ao bolchevismo. Para tanto, confira nosso trabalho Maia (2010), bem como toda a crítica do assim chamado Comunismo de Conselhos aos bolcheviques. Entre tantas obras, cf. Pannekoek, Korsch, Mattick (1976).

⁴ Para uma discussão sobre concepção de sindicato presente em Anton Pannekoek, além do estudo já citado de Silva (2013), confira também Viana (2011) e Mendonça (2011).

importantes por que negociam o valor da força de trabalho. Apontava também que os sindicatos cumpriram um importante papel como “escola do proletariado”. Ali, o proletariado se colocaria diante da necessidade de organização, de disciplina, de solidariedade, ou seja, se veria como membro de uma determinada classe. Pannekoek foi membro da Socialdemocracia até 1914. Quando rompe com o partido, vai, juntamente com toda uma ala de esquerda, aprofundando as críticas aos sindicatos. Quando eclode em 1917 a Revolução Russa e em seguida, em 1918, a Revolução Alemã e toda onda de greves e rebeliões operárias e camponesas que assolam a Europa até mais ou menos 1923, as posições dos grupos e dos militantes revolucionários vão se clarificando cada vez mais. Devido às características da Revolução Alemã que foi marcada por uma profunda oposição entre sindicatos e conselhos operários, na qual os sindicatos eram em sua maioria dominados pelo Partido Socialdemocrata ou tinham ainda concepções mais à direita do espectro político, as posições dos militantes e intelectuais alinhados à luta proletária tenderam a observar mais detidamente as instituições sindicais.

Esta observação e crítica rigorosa aos sindicatos permitiu um grande avanço na compreensão de tais instituições e seu significado na luta política. Como estamos analisando as ideias de Pannekoek (mas é necessário frisar que esta foi uma tendência seguida por vários autores e grupos de esquerda), vejamos como ele vai construindo sua crítica aos sindicatos. A percepção de que as instituições sindicais mudaram ou adquiriram uma estrutura e forma diferenciadas do que tinham no século XIX foi a base a partir da qual foi possível edificar a crítica. De organizações de trabalhadores, os sindicatos tornam-se instituições regulamentadas pelo Estado, administrando recursos consideráveis, tendo imprensa própria, escritórios etc. Esta modificação gerou uma classe de burocratas especializados em gerir as lutas dos trabalhadores. Este elemento permitiu a Pannekoek identificar nestas instituições não mais organismo de luta da classe trabalhadora, mas sim uma nova fração de burocratas que administram as lutas em seu próprio interesse de classe. Apresenta-se, pois, mais uma oposição de classe dentro da sociedade capitalista. Pannekoek identifica nos IWW⁵, uma das últimas experiências

⁵ *Industrial Workers of the World* (Trabalhadores Industriais do Mundo). Organização dos trabalhadores precarizados dos Estados Unidos das primeiras décadas do século XX. Este sindicato, que devido suas características (organização de base, assembleísmo, não seguimentação da luta por categorias

sindicais que adquiriram radicalidade, apontando em alguns aspectos de suas ações e formas de organização, elementos que apontavam para uma transformação revolucionária da sociedade.

Pannekoek encerra assim, em sua famosa obra *Os Conselhos Operários*, sua apreciação sobre os sindicatos:

O desenvolvimento do capitalismo, o aumento do número de trabalhadores e a premente necessidade destes de associar-se, transformaram os Sindicatos em organizações gigantescas que exigem um “estado maior”, cada vez mais importante, de profissionais e dirigentes. Nasceu uma burocracia. Realiza o trabalho administrativo. Converteu-se numa potência que reina sobre os filiados, pois todos os elementos do poder estão nas mãos dos burocratas sindicais. (...) Reina uma democracia totalmente formal. Os membros sindicalizados reunidos em assembleias, os delegados eleitos para os Congressos devem tomar as decisões, tal como o povo decide em política por meio do Parlamento e do Estado. Porém, as mesmas razões que fazem do Parlamento e do Governo os senhores do povo, encontram-se de novo nestes parlamentos laborais. A burocracia dos especialistas oficiais, sempre na linha de frente, transforma-se em uma espécie de governo sindical, reinando sobre os filiados, já que estes estão absorvidos por seu trabalho e suas preocupações cotidianas. Já não se exige a solidariedade, esta virtude proletária por excelência, mas sim a disciplina e a obediência às decisões (PANNEKOEK, 1977, p. 101/102).

Uma apreciação do que já foi dito é necessária para que nossa tese exposta no início fique melhor demonstrada. Marx, ao considerar tais instituições vivia num contexto social e histórico específico, ou seja, a Europa da segunda metade do século XIX. Neste momento, as instituições sindicais nada se assemelham aos sindicatos que passam a existir, sobretudo, após a Segunda Guerra Mundial. Mesmo neste contexto, como demonstra o estudo de Silva (2013), Marx já apontava algumas limitações que pareciam intrínsecas à instituição sindical. O que Marx destacava era a falta de visada dos membros destas organizações para a luta revolucionária, ou seja, aquela que abole o *salariato* e a classe operária e todas as classes da sociedade capitalista.

profissionais, crítica do corporativismo e localismo etc.) conseguiu ser a última expressão, nos EUA, de um sindicalismo mais radicalizado. Os IWW se assemelham ao sindicalismo revolucionário que existiu em Europa em finais do século XIX e também no Brasil, Argentina, Chile até as três primeiras décadas do século XX.

O século XX trouxe consigo novos elementos e colocaram as organizações das classes trabalhadoras em novo patamar, passando estas, na verdade, a expressarem interesses outros que não os dos trabalhadores, convertendo-se, no final das contas, em organizações de outras classes e frações de classe que falam em nome da classe operária. Para entender isto, é necessário, antes, compreender o desenvolvimento histórico da sociedade capitalista. Este procedimento é necessário, pois se não ficamos nós, militantes, ressuscitando mortos, velhas ideias, velhas instituições que ao invés de contribuírem para um avanço real da organização e consciência da classe proletária, contribuem para sua paralisia e retrocesso.

Para um estudo disto, temos que recuperar as discussões que Nildo Viana vem fazendo nos últimos anos com sua teoria dos regimes de acumulação⁶. A sociedade capitalista passou, segundo sua abordagem, por quatro fases ou regimes de acumulação: extensivo; intensivo; conjugado; integral. Vejamos isto um pouco mais de perto para apreciarmos o sentido exato de tal desenvolvimento para a luta proletária e, portanto, para as instituições sindicais.

Ao período de transição do modo de produção feudal até o estabelecimento do modo de produção capitalista como uma forma dominante de organização da produção e da sociedade como um todo, Marx deu o nome de “Acumulação Primitiva de Capital” (MARX, 1984). Tratou-se de um conjunto de processos que se operaram em Europa e no mundo todo com vistas a criar as condições adequadas até a vitória final da burguesia contra as classes do *Ancien Régime*. Findada a acumulação primitiva de capital, ou seja, do século XIV, XV até fins do século XVII, inicia-se a acumulação de capital propriamente dita, fundada na exploração da classe operária pela classe capitalista, ou seja, o primeiro regime de acumulação de capital, o extensivo.

Antes de prosseguir, contudo, é necessário definir o conceito de regime de acumulação. Segundo Nildo Viana, um regime de acumulação pode ser definido como uma etapa do desenvolvimento capitalista na qual as lutas de classes encontram-se num certo patamar de estabilidade que permite um desenvolvimento sem grandes percalços do processo produtivo em particular e do conjunto da sociedade em geral. Esta

⁶ Para maiores detalhes desta sua abordagem, confira suas obras Viana (2003; 2009).

estabilidade das lutas de classe, mantidas num nível ordinário, dá-se mantendo uma articulação adequada entre o processo de valorização do capital (extração de mais-valor do conjunto da classe operária), uma forma estatal específica e relações internacionais determinadas e coerentemente articuladas. Assim, a cada etapa do desenvolvimento capitalista, a cada regime de acumulação, os processos de valorização do capital, a instituição estatal e as relações internacionais assumem formas específicas e articuladas conformando uma etapa do desenvolvimento social nos limites da sociedade capitalista.

Devido ao fato de o capital ser uma “contradição ambulante” ou “contradição em processo”, segundo expressão de Marx (2011), ele produz progressivamente contradições e dificuldades que o obrigam a rearticular todo o processo social a fim de manter a produção. Segundo argumenta Viana (2009) o que permite a passagem de um regime de acumulação a outro ou o que leva um regime de acumulação a entrar em crise são geralmente dois processos que só podem ser entendidos como elementos de uma mesma totalidade: a) tendência declinante da taxa de lucro e b) radicalização progressiva das lutas de classe. O desenvolvimento espontâneo do capitalismo produz como demonstrou Marx (1983), bem como Barrot (1977), a tendência declinante da taxa de lucro. Este é um processo que atinge o conjunto da sociedade capitalista e nenhum capitalista individual, nem mesmo seu representante “universal”, o Estado, pode evitar. À medida que tal tendência vai se confirmando no conjunto da sociedade, torna-se cada vez mais inevitável também uma radicalização das lutas proletárias e esta luta de classes acaba por interferir também no desenvolvimento social como um todo. Quando tais processos assumem formas drásticas (crise de acumulação, greves, rebeliões operárias, paralisação nos mercados etc.) ocorrem, geralmente, mudanças nos regimes de acumulação e todo o processo social é rearticulado, passando pelas mudanças nos processos de extração de mais-valor o que exige uma readequação da instituição estatal o que acaba por configurar mudanças a escala mundial ao nível das relações internacionais.

O regime de acumulação extensivo⁷ estende-se de fins do século XVII e vai até meados do século XIX quando começa a apresentar dificuldades de reprodução. É

⁷ Não vou descrever em detalhes cada um deles. Para tanto, consulte as obras citadas de Nildo Viana.

caracterizado pela predominância de extração de mais-valor absoluto; pelo Estado liberal e por relações internacionais fundadas no neocolonialismo. A extração predominante de mais-valor absoluto pode ser observada nas longas jornadas de trabalho características dos séculos XVIII e XIX. O estado liberal era marcado pelo seu intervencionismo básico nos processos de mercado, pelo não reconhecimento das organizações dos trabalhadores (partidos, sindicatos, cooperativas etc.), pela democracia censitária, na qual só votavam homens (as mulheres estavam excluídas) e ricos. Este regime de acumulação começa a entrar em crise em meados do século XIX e já em fins deste século um novo regime de acumulação se estabelece a partir dos escombros da Comuna de Paris, forma de luta operária mais radical do século XIX.

O regime de acumulação intensivo é, após um longo processo de adaptações, mudanças e lutas de classes, estabelecido. Este vai de fins do século XIX até a Segunda Guerra Mundial. É caracterizado pela predominância na extração de mais valor relativo, pelo estado liberal-democrático e por relações internacionais fundadas no imperialismo. A luta operária de todo o século XIX obrigou os capitalistas a reduzirem as jornadas de trabalho para 8 horas já no início do século XX em quase todos os países do mundo industrializado. Isto obrigou-os a elaborar técnicas que aprimorassem a extração de mais-valor relativo. O taylorismo foi a forma encontrada de tal acontecer. O Estado também teve que se adequar. Sua velha forma intransigentemente liberal teve que sofrer adaptações, em grande parte por pressão dos trabalhadores. Os sindicatos, os partidos políticos tiveram que ser reconhecidos, a democracia deixou de ser censitária e assumiu a forma de democracia burguesa partidária etc. Daí, nesta etapa do desenvolvimento capitalista, o Estado assumir sua forma liberal-democrática. As relações internacionais, à medida que as colônias de América conquistam sua independência e África e Ásia passam a ser objeto da gana capitalista de modo mais direto do que vinham sendo até então, passa-se das relações internacionais neocoloniais para o que ficou conhecido como imperialismo. Este período também é marcado por grandes lutas operárias e camponesas. As revoluções russa, alemã, húngara de fins da Primeira Guerra Mundial até mais ou menos 1923 marcam as grandes lutas sociais deste regime de acumulação, sendo a Guerra Civil Espanhola de 1936 a 1939 o último suspiro das lutas operárias em Europa e o movimento dos desempregados, via IWW, no EUA.

A crise deste regime de acumulação obriga, após a Segunda Guerra Mundial, a classe capitalista novamente reorganizar o processo produtivo estabelecendo um novo regime de acumulação, o conjugado. Este é marcado pela extração de mais-valor relativo nos países de capitalismo central e mais-valor absoluto nos países de capitalismo subordinado que se industrializam rapidamente (Brasil, Argentina, África do Sul etc.). A organização dos processos de exploração se dá conforme os princípios do fordismo (aprimoramento e aprofundamento do taylorismo). Esta combinação de processos de exploração no capitalismo central via extração de mais-valor relativo e de uma superexploração nos países de capitalismo subordinado, via extração de mais-valor absoluto, criou as condições para o estabelecimento do Estado integracionista em Europa e Estados Unidos (chamado ideologicamente de Estado de bem-estar-social). Este Estado integracionista caracterizou-se por uma burocratização maior do conjunto da sociedade, formando aquilo que Lefebvre (1991) denominou de “sociedade burocrática de consumo dirigido”. Este Estado integracionista cria a democracia partidária burocrática, integrando e legislando cada vez mais as velhas organizações operárias (partidos, sindicatos, associações, cooperativas etc.). As relações internacionais aprofundam os processos de exploração típicos do imperialismo, baseado agora no poder das grandes corporações transnacionais fundando aquilo que Viana denominou de oligopolismo transnacional. Este regime de acumulação enfrenta sérias crises de reprodução. Estabelece-se como regime dominante logo após o término da Segunda Guerra Mundial e perdura até fins da década de 1970. Contudo, já no final dos anos de 1960 entra seriamente em crise e as lutas de classe mais expressivas desta etapa são a rebelião operária/estudantil de maio de 1968 em Paris com implicações em várias partes do mundo. As últimas lutas expressivas deste momento foram as empreendidas na Polônia ao longo da década de 1970, mas, sobretudo, no ano de 1980. Trata-se da resistência operária ao Partido Comunista Polonês, lutas estas que levaram ao colapso o regime de capitalismo de Estado (ideologicamente chamado de “socialismo real”) existente na Polônia há décadas.

A década de 1980 é a porta de entrada para uma nova etapa do desenvolvimento capitalista e nós estamos dentro dela agora, o regime de acumulação integral. Este é fundado numa ampliação da extração de mais-valor absoluto e relativo tanto nos países de capitalismo central, quanto nos países de capitalismo subordinado.

Esta ampliação da exploração se dá pela substituição das táticas fordistas/tayloristas pelo toyotismo. Para que tal recuo nos direitos trabalhistas se efetivasse, foi necessário mudar a organização estatal e o Estado de bem-estar-social foi sendo convertido em Estado neoliberal. Inicialmente em Europa e Estados Unidos na década de 1980 e nos anos de 1990 forçam as mesmas mudanças nos países de capitalismo subordinado (América Latina etc.). Este Estado retira direitos dos trabalhadores, mas, curiosamente, não ataca as instituições que dizem representá-los, os sindicatos. Mantém a democracia representativa partidário-burocrática, pois esta não afeta seus interesses. As relações internacionais aprofundam a exploração oligopolista transnacional, assumindo as corporações um poder que não tinham até então. Mas além deste aprofundamento, desenvolve-se também o que Viana denominou de neoimperialismo, que consiste numa tática de conflito (bélico e econômico) de destroçar países na periferia do capitalismo, movimentando o capitalismo de guerra, bem como beneficiando grandes corporações que vão reconstruir as forças produtivas destruídas nos países sob ataque.

Esta descrição sumária do desenvolvimento capitalista tem um sentido dentro de nossa argumentação. Como já discutiu Pannekoek em um texto de 1936 sobre *O Sindicalismo*⁸, no período do “pequeno capital”, ou seja, durante o regime de acumulação extensivo, os sindicatos cumpriram o seu papel de colocar freio à gana capitalista. Os sindicatos foram uma forma mais ou menos natural deste estágio do desenvolvimento da luta proletária. À medida que se passa para a fase do que ele chamou dos “monopólios”, ou seja, o período da acumulação intensiva, na qual os oligopólios passam a dominar a cena econômica, os sindicatos perderam seu significado, pois não tem mais a capacidade de concorrência frente ao grande capital. Além do mais, os sindicatos passaram de pequenas organizações de operários a gigantescas instituições estabelecidas, regulamentadas, instituídas pela legislação estatal. Via de regra, os líderes sindicais passaram de militantes perseguidos (estado liberal) a burocratas administradores das instituições sindicais (Estado liberal-democrático, fenômeno que se aprofunda sob o Estado integracionista e prossegue até hoje sob o Estado neoliberal). Estas mudanças

⁸ Pannekoek et. al. (1973). Este texto pode também ser encontrado facilmente na internet, traduzido para o português.

históricas não são algo desprezível. Desconsiderá-las é jogar no fundo da lixeira processos sociais que determinam profundamente as lutas dos trabalhadores.

O estabelecimento do regime de acumulação conjugado, caracterizado por uma burocratização intensa de toda a sociedade teve significados muito mais profundos para os sindicatos. Estes passaram a ser gestores de recursos milionários, recebendo subvenções do Estado, milhares de filiados pagando a contribuição sindical etc. Isto é tão sério, que em algumas situações, como demonstrou Bernardo (1987), os sindicatos passaram a ser proprietários que exploram a força de trabalho operária. Ele deu a isto o nome de “capitalismo sindical”.

Um outro aspecto que revela um lado ainda mais burocrático e antiproletário dos sindicatos é a proliferação de cargos e instituições ligadas à esfera sindical. Os sindicatos por categorias profissionais (metalúrgicos, rodoviários, ferroviários etc.) se articulam em instituições ainda maiores e mais distantes dos trabalhadores sindicalizados, as chamadas centrais sindicais⁹. Trata-se de toda uma articulação burocrática, na qual a burocracia sindical prolifera e cria cada vez mais poderes, cada vez mais recursos. Quanto mais alto está o indivíduo na burocracia do sindicato, seja membro de um grande sindicato de categoria profissional, seja membro de uma grande ou pequena confederação de sindicatos, mais distante ele está dos trabalhadores aos quais julga representar.

Forma-se, nitidamente, uma classe social com interesses muito bem específicos e delimitados que não coincidem com os dos trabalhadores que os sindicalistas comumente denominam “base”. A própria divisão expressa na linguagem “base” e “direção” já denuncia uma diferença que é necessário evidenciar. Os Comunistas de Conselhos (Ruhle, Mattick, Pannekoek, Korsch etc.) foram muito perspicazes ao perceberem o caráter burocrático dos sindicatos, bem como foram politicamente coerentes ao conseguirem delimitar a burocracia sindical como uma classe social distinta.

⁹ Embora esta tendência já começasse a ser percebida no regime de acumulação intensivo, é sobretudo sob esta nova fase, no regime de acumulação conjugado que ela se confirma na maioria dos países, assumindo na acumulação integral sua forma mais cristalizada.

É necessário, contudo, situar isto dentro do desenvolvimento capitalista. Durante o regime de acumulação extensivo, a percepção da burocracia como classe social esteve relacionada à burocracia estatal e à burocracia empresarial (*managers*)¹⁰. Marx, por exemplo, foi categórico na crítica destas duas frações de classe da burocracia. Contudo, em seu tempo, era impossível perceber e criticar outras frações desta classe. No seio mesmo do movimento operário, começa a se desenvolver duas frações da classe burocrática: a burocracia partidária e a burocracia sindical.

Durante o regime de acumulação intensivo, quando o estado liberal-democrático se estabelece, criou-se as condições para que estas duas frações da burocracia civil se ampliasse e foi o que de fato aconteceu. À medida que os sindicatos se tornaram instituições dentro do capitalismo, regulamentada e regulada, com recursos próprios e corpo administrativo independente, isto fortaleceu esta fração de classe da burocracia. Durante o regime de acumulação conjugado, marcado por uma ampliação sem precedentes dos processos de burocratização, esta fração da burocracia se consolidou em “estados maiores” inalcançáveis aos operários. As centrais sindicais são a prova mais clara desta afirmação. Os seus diretores estão, via de regra, mais pertos da burocracia governamental do que dos operários que eles dizem representar. Com frequência, por exemplo, membros destas centrais assumem cargos nos governos.

Acabei de descrever o desenvolvimento, em linhas gerais, do sindicalismo. Naturalmente que diferenças nacionais, regionais etc. complexificam a análise e somente o estudo de casos concretos pode denunciar estas variações. No caso brasileiro, por exemplo, foi possível um sindicalismo radicalizado em fins do século XIX até a década de 1930. Neste período, no Brasil, baseado num Estado de corte liberal radical, foi possível o desenvolvimento de um Sindicalismo Revolucionário, que teve um significado importantíssimo para as lutas operárias no Brasil da Primeira República. Até a década de 1930, o sindicalismo revolucionário no Brasil conseguiu articular os operários nas regiões mais industrializadas, conseguiu realizar Congressos Operários, teve significado sem precedentes na Greve Geral de 1917 em São Paulo etc. O mesmo pode-se dizer da

¹⁰ Para uma análise mais aprofundada sobre isto, confira nosso ensaio *As Classes Sociais em O Capital* (MAIA, 2011) e a obra de Nildo Viana *A teoria das Classes Sociais em Karl Marx* (VIANA, 2012).

importância do sindicalismo revolucionário na França em fins do século XIX; nos Estados Unidos até a década de 1930, sendo os IWW o último suspiro deste sindicalismo radical; na Espanha, durante a Guerra Civil Espanhola de 1936 a 1939 etc.

Nas áreas mais modernas da produção capitalista, Alemanha, por exemplo, o sindicalismo é deixado de ser estratégia de luta do proletariado já na década de 1920. Os conflitos entre conselhos operários e sindicatos durante toda a revolução alemã denunciam isto. Nos demais países citados (Brasil, Espanha, Estados Unidos etc.), o sindicalismo de caráter mais radical (anarco-sindicalismo e sindicalismo revolucionário) é finado quando se encerra o regime de acumulação intensivo.

Sob o regime de acumulação conjugado, ou seja, com o estabelecimento do Estado integracionista nos países de capitalismo central e dos Estados intervencionistas, também chamados de “nacional desenvolvimentistas”, nos países de capitalismo subordinado, estas instituições se burocratizaram ainda mais. Os países de capitalismo subordinado, sobretudo em América Latina, durante as décadas de 1960, 1970 e 1980 estiveram sob regimes políticos ditatoriais, em sua maioria sob controle dos militares, o que teve implicações também para os sindicatos. No caso do Brasil, mas isto pode ser observado em outros países latino-americanos também, os sindicatos “amarelos”, ou seja, sob controle do Estado ou dos empresários dominam desde a década de 1930.

Durante os regimes militares, a predominância deste chamado sindicalismo amarelo foi quase que absoluta. Nos momentos de reabertura política, houve a emergência do chamado “Novo Sindicalismo”. Este Novo Sindicalismo no Brasil, durante a década de 1970 foi marcado, em certa medida, pela oposição entre comissões de fábrica e sindicatos¹¹.

A grande verdade é que após o estabelecimento do regime de acumulação conjugado, estas tendências do sindicalismo revolucionário e do anarco-sindicalismo perderam completamente o espaço. Deixaram de ser ideias que mobilizam a ação para serem meras ideologias que disputam as instituições sindicais. Assim, se já houve espaço para esta prática, hoje, não há mais. Observe-se, por exemplo, que as reformas de caráter

¹¹ Sobre isto, confira o excelente livro de Brito (1983), que foi um militante ativo da Comissão de Fábrica da Ford-Tratores em São Bernardo do Campo e a análise teórica bem fundamentada de Maroni (1982) acerca desta oposição.

neoliberal não atacaram diretamente as instituições sindicais. Os trabalhadores foram e continuam sendo completamente aviltados em seus direitos ao passo que as instituições sindicais prosperam ou pelo menos se mantêm com relativa estabilidade. Com frequência, novos sindicatos surgem e à medida que são pequenos, tendem a fazer discursos mais radicais, mas nada conseguem. À medida que crescem, que conquistam mais filiados, mais recursos, poder etc. já não se dispõem mais à luta, pois há, por parte da burocracia sindical, o receio de perda dos privilégios conquistados, o receio de gastar os recursos dos sindicatos com lutas encarniçadas, além dos compromissos que os grandes sindicatos assumem com partidos políticos, governos, patrões etc. Assim, quanto maior e mais poderoso é um determinado sindicato, mais moderadas tendem a ser suas posições.

Os sindicatos, portanto, sob o regime de acumulação integral, são instituições completamente contrarrevolucionárias, conservadoras que não desejam e não mobilizam a luta. São hoje instituições muito bem enquadradas dentro da normalidade de reprodução do capital. São tão eficazes que o neoliberalismo não sentiu a menor necessidade de destruí-las. Como todo capitalista consciente e o Estado sabem, os sindicatos são organizações necessárias para o amortecimento dos conflitos radicais empreendidos pelo conjunto das classes trabalhadoras e sobretudo pelo proletariado.

Isto tanto é verdade, que as lutas que vem sendo empreendidas hoje não passam, em grande medida, pela mediação do sindicato. Quando passam, geralmente é por pressão da “base” sobre a “direção”. No Brasil isto está muito bem demonstrado. As lutas dos trabalhadores que conseguem se radicalizar, passam ao largo e contra os sindicatos. O caso dos garis do Rio de Janeiro em 2014, dos trabalhadores da educação em Goiás¹², os rodoviários e ferroviários de São Paulo em 2014 etc. (isto para ficar em poucos exemplos ocorridos no Brasil nos últimos anos). Todas estas experiências de luta nos últimos anos não se deram com os sindicatos, mas sim contra eles. *Assim, qualquer estratégia de luta hoje em dia com vistas a conquistar os sindicatos é contrarrevolucionária em essência, pois simplesmente fortalece e justifica a burocracia sindical, além de ser*

¹² Confira nosso estudo (MAIA & ATAÍDES, 2014), escrito em colaboração com Marcos Ataídes: “Experiências de auto-organização dos trabalhadores da educação em Goiás”.

politicamente equivocada, pois a direção da luta hoje em dia não é com os sindicatos, mas sim contra eles. Por isto, os sindicatos, não há que conquistá-los, há que destruí-los.

O desenvolvimento dos sindicatos significa uma ampliação da divisão social do trabalho. A sociedade capitalista é identificada como uma das formas de organização social que mais desenvolveu e aprofundou a divisão do trabalho¹³. A divisão do trabalho é a condição e a base sobre a qual se erigem as classes sociais. Um determinado quadro estabelecido de relações entre as classes é uma ilustração de como está organizada a divisão do trabalho em uma dada sociedade. Assim, quanto mais ampla é a divisão do trabalho, mais amplo será também o número de classes sociais que se relacionam.

O surgimento das classes sociais marca o desenvolvimento histórico fundado na divisão do trabalho. A inversão desta afirmativa também é completamente verdadeira. O desenvolvimento da divisão do trabalho marca o surgimento das classes sociais. Analisando em específico a sociedade moderna, mesmo que em linhas gerais, pode-se atestar a amplitude que adquire. O modo de produção capitalista é fundado na relação antitética entre classe capitalista e classe operária. Cada uma destas comporta um conjunto de frações e estratos. Por exemplo, a classe capitalista é fracionada em burguesia industrial, comercial, agrária, financeira etc. (estas frações podem, em determinados contextos, conflituarem entre si). A classe operária em proletariado fabril, de minas, rural, construção civil etc.

Mas além destas duas classes, há outras. Por exemplo, a atividade agrícola, além de comportar a burguesia¹⁴ e o proletariado agrícola, conta também com a classe camponesa, que é, por sua vez, dividida em vários estratos de acordo com o tamanho de suas terras e os capitais que tem para investir. A sociedade capitalista, contudo, não se restringe ao modo de produção. A ele relacionam-se diretamente as formas de regularização das relações sociais (superestrutura), sendo o Estado a principal delas. Para que o Estado funcione adequadamente é necessário todo um corpo administrativo. A

¹³ Uma das análises mais penetrantes sobre a gênese, essência e desenvolvimento histórico da divisão do trabalho encontra-se na Ideologia Alemã de Marx & Engels (1976).

¹⁴ Por burguesia agrícola entenda-se aqui uma fração da classe capitalista que investe seu capital ou parte dele em atividades agrícolas. Burguesia agrícola aqui, portanto, não remete a um capitalista que mora numa fazenda e fica observando seu gado engordando ou sua plantação crescendo.

este corpo podemos dar o nome de burocracia estatal (governamental e permanente). A burocracia, contudo, não se restringe à esfera estatal e amplia-se para o conjunto da sociedade civil, conformando a burocracia civil (executivos de empresas, administradores, diretores de ONG's, de partidos políticos, de sindicatos, de igrejas etc.). Ou seja, a atividade de gestão e administração gera uma classe social extremamente ampla sob o capitalismo, comportando ela vários estratos e frações.

A atividade intelectual (científica, artística, técnica, tecnológica etc.) gera outra classe social, a intelectualidade. Esta, tal como as outras é preme de um conjunto de frações e estratos. O desenvolvimento das universidades, centros de pesquisa, cinema, televisão etc. promove um crescimento sem precedentes desta classe social específica. Poderíamos estender nossa análise a várias outras classes (trabalhadores domésticos, lumpemproletariado, trabalhadores subalternos das formas de regularização etc.). Não é este, contudo, nosso propósito¹⁵.

Demonstramos ao longo deste estudo o desenvolvimento das instituições sindicais em sua relação com o desenvolvimento geral da sociedade capitalista através dos sucessivos regimes de acumulação. O regime de acumulação intensivo consolida o processo de burocratização dos sindicatos. Sob os regimes de acumulação conjugado e integral, os sindicatos ilustram inúmeros conflitos com os trabalhadores, sendo os movimentos mais radicais da classe operária (e outras classes trabalhadoras) contrários aos sindicatos.

Este tipo de coisa ocorre por que os sindicatos conformaram-se, em seu desenvolvimento histórico, como uma instituição dentro da sociedade capitalista. Eles tornaram-se algo instituído e instituinte do modo capitalista de produção. Como instituição tipicamente capitalista (mesmo que discursivamente fale em nome dos trabalhadores e por vezes coloque-se em lutas locais por melhores salários, melhores condições de trabalho), os sindicatos agem somente dentro do instituído. *Além deste aspecto fundamental, os sindicatos significaram, do regime de acumulação intensivo em diante, mas, sobretudo, após o regime de acumulação conjugado (pois no período anterior*

¹⁵ Para um estudo mais detalhado das classes sociais sob o capitalismo, confira (VIANA, 2009); (MAIA, 2011) entre outros. Para um estudo sobre classes específicas, confira: sobre intelectualidade (BRAGA, 2014), (MARQUES, 2013), sobre burocracia (MAIA, 2013).

ainda houve avanço do sindicalismo revolucionário), um aprofundamento da divisão social do trabalho dentro do capitalismo. Criaram uma nova classe social: a burocracia sindical.

Como já dissemos, a burocracia é uma classe social especializada em gerir as instituições. Trata-se, no capitalismo contemporâneo, de uma classe social extremamente vasta, comportando inúmeras frações (estatal, empresarial, eclesial, escolar, universitária, terceiro setor, partidária etc.). A burocracia sindical é mais uma destas frações. O fato de ser uma única classe, não implica que não haja conflitos de interesses entre suas inúmeras frações. A burocracia sindical de uma determinada categoria profissional (rodoviários, por exemplo) pode entrar em conflito com as burocracias estatal e empresarial que fazem a gestão dos transportes. O elemento central aqui é a posição que todas elas ocupam na divisão social do trabalho: gerir uma determinada instituição dentro da sociedade capitalista. Burocracia estatal: Estado; burocracia empresarial: empresas capitalistas (fábricas, lojas comerciais, empresas de ônibus, bancos etc.); burocracia eclesial: igrejas; burocracia partidária: partidos políticos; *burocracia sindical: sindicatos.*

No longo prazo e para a estabilização da sociedade capitalista, a burocracia sindical hoje é tão importante como qualquer outra fração desta classe. Ela é parte da lógica de estabilização dos conflitos sociais. Toda vez que há dissídio entre trabalhadores e patrões (sejam estes o Estado ou empresários privados), os sindicatos são os membros natos, as instituições recomendadas para resolver o dissídio, às vezes conseguindo algumas migalhas aos trabalhadores, mas via de regra restabelecendo a normalidade e estabilidade das relações sociais.

Esta classe social, à medida que se cristaliza como um fragmento do conjunto social passa também a elaborar representações sobre si mesma. Estas representações se materializam em ideias complexas (ideologias), bem como em representações cotidianas menos elaboradas, em valores, concepções políticas etc. Daremos aqui um breve destaque a algumas destas representações ideológicas¹⁶.

Marx e Engels, discutindo o processo social de formação dos ideólogos, profissionais especializados em produzir ideologias, afirmam:

¹⁶ Só para frisar, a concepção de ideologia aqui defendida é a mesma elaborada por Marx, ou seja, falsa consciência sistematizada. Formas ilusórias de consciência que são sistematizadas em forma de ciência, direito, filosofia, teologia etc.

Reencontramos aqui a divisão de trabalho que antes encontramos como uma das forças capitais da história. Manifesta-se igualmente no seio da classe dominante sob a forma de divisão entre o trabalho intelectual e o trabalho material, a ponto de encontrarmos duas categorias diferentes de indivíduos nessa mesma classe. Uns serão os pensadores dessa classe (os ideólogos ativos, que refletem e tiram a sua substância principal da elaboração das ilusões que essa classe tem de si própria), e os outros têm uma atitude mais passiva e mais receptiva face a esses pensamentos e a essas ilusões, porque são, na realidade, os membros ativos da classe e dispõem de menos tempo para produzirem ilusões e ideias sobre as suas próprias pessoas (MARX & ENGELS, 1976, p. 56).

Os autores alemães estão, neste trecho de *A Ideologia Alemã*, refletindo sobre o desenvolvimento da classe capitalista e do conjunto de ideólogos que sistematizam as representações ilusórias da classe em forma de ideologia (ciência, filosofia etc.). Embora eles considerem aqui que os ideólogos sejam membros da classe capitalista responsáveis por sistematizar as falsas ideias, sendo que o mais comum é uma outra classe fazer isto (a intelectualidade)¹⁷. Contudo, também não é incomum membros vindos diretamente das linhas de produção da burguesia elaborarem sistemas ideológicos.

O que nos interessa, de fato, nesta discussão, é compreender como esferas de atividade além de produzirem as classes sociais, produzem também um conjunto de representações que são típicos da classe que domina tal atividade. A intelectualidade produz suas representações (conhecimento como valor universal, neutralidade científica, arte pela arte etc.); a classe capitalista cria as suas (liberdade de mercado, desenvolvimento econômico, progresso etc.); a burocracia cria as suas também (eficiência de gestão, respeito religioso à hierarquia, elogio das instituições, respeito à autoridade, formalismo burocrático etc.). Estas representações típicas da classe são sistematizadas em formas de pensamento complexo, configurando o que estamos denominando aqui de ideologia.

Como isto se opera no que se refere à burocracia sindical? Que tipos de ideias os sindicalistas elaboraram ao longo da história? É disto que nos ocuparemos adiante.

Devido ao desenvolvimento histórico que apresentamos ao longo deste ensaio, os sindicatos tornaram-se, há décadas, instituições a serem combatidas e não

¹⁷ Para um estudo mais detalhado desta classe social, cf. (MARQUES, 2013), (BRAGA, 2014), (VIANA, 2009), (MAIA, 2011) etc.

recuperadas ou conquistadas pelos trabalhadores. Qualquer estratégia política que vise a substituir as atuais direções dos sindicatos por indivíduos supostamente à esquerda das que estão no poder tem como consequência inevitável a justificação dos sindicatos como instituições ainda legítimas das lutas dos trabalhadores. Qualquer trabalhador, por mais revolucionárias que sejam suas ideias, à medida que passa a gerir uma instituição burocrática (o sindicato), deve-se comportar como burocrata, pois é esta função que passa a executar na divisão social do trabalho.

Na contemporaneidade, ou seja, sob o regime de acumulação integral, os sindicatos devem ser combatidos e não conquistados. Esta é a única estratégia política efetivamente proletária no que tange a estas instituições. Da mesma feita, as ideologias que são produzidas com vistas a “justificar”, “revolucionar”, “melhorar”, “radicalizar” etc. os sindicatos devem, também, ser combatidas e não aprimoradas. Em uma palavra, combater os sindicatos é também refutar as ideologias que os justificam.

Infelizmente, devido às dimensões desta Revista, não dispomos mais de espaço para criticar em detalhe todas as ideologias relativas aos sindicatos, as quais merecem uma publicação em separado. Restringiremo-nos aqui a apontar algumas delas, demonstrando a base social, material a partir de onde são edificadas: a burocracia sindical.

O primeiro elemento a registrar é que o conjunto de concepções políticas, teorias e ideologias elaboradas a partir das lutas proletárias, bem como contra elas, passam a povoar as representações dos sindicalistas. Assim, as teses bolcheviques, socialdemocratas, fascistas, liberais, católicas, anarquistas, marxistas etc. são incorporadas, adaptadas, ressignificadas quando em contato com o pensamento e a prática sindical. Por isto é lícito dizer que há uma prática sindical sob influência bolchevique, sob influência socialdemocrata, fascista, anarquista etc.

Deste modo, os elementos estruturantes destas correntes, à medida que são incorporados às estruturas sindicais acabam por configurar práticas, ações, ideias dentro dos sindicatos. É conhecida a maneira como os Estados fascistas organizavam os sindicatos, atrelando-os diretamente a si, prática que deu azo ao que se chama de sindicalismo corporativo. Da mesma feita, a socialdemocracia, o bolchevismo, cada um a seu modo, articulam as instituições sindicais de modo a reproduzirem ou fazerem parte

de sua estratégia global de “tomada do poder”. O mesmo se passa com a doutrina anarquista, que criou, inclusive, uma tendência dentro da prática sindical, o anarcosindicalismo, bem como teve forte influência na conformação do que ficou conhecido como sindicalismo revolucionário.

A facilidade com que as estruturas sindicais podem ser apropriadas por diferentes correntes políticas, bem como o modo como se colocam como instituições que são facilmente enquadradas dentro da ordem institucional já denunciam aspectos de sua constituição que não podem ser desprezados pelos militantes políticos de nossos dias. As várias centrais sindicais, os vários sindicatos filiados às centrais ou independentes estão geralmente sob influência de uma ou outra corrente política e nos dias atuais, sobretudo no Brasil, são hegemônicos por um ou outro partido político (PT, PSDB, PMDB, PSTU etc.) ou coligações de partidos semelhantes. A articulação entre burocracia partidária e burocracia sindical é aqui evidenciada de modo cristalino.

Nos dias atuais, portanto, disputar as instituições sindicais, é se colocar no campo das disputas partidárias de aparelhamento das estruturas sindicais e mais do que isto, é justificar este espaço como sendo ainda legítimo, sendo que, na verdade, como demonstramos, trata-se de mais uma instituição que representa interesses de classes que não são coerentes com os da transformação revolucionária da sociedade.

Assim, o sindicalismo de corte fascista, católico, liberal, socialdemocrata, bolchevique etc. jamais se configuraram efetivamente como uma proposta revolucionária, ou seja, de autonomização e auto-organização da classe operária. Cada um a seu modo, sempre tentou influenciar as instituições sindicais de modo a subordiná-las a seus objetivos e tais objetivos, via de regra, não coincidem com os interesses históricos de transformação radical das relações sociais. A história da socialdemocracia alemã de finais do século XIX e primeiras décadas do século XX é exemplar deste processo. Também o rompimento da classe operária com seus sindicatos via criação de conselhos operários e uniões operárias é sintomático desta relação conflituosa entre instituição sindical e classe operária.

A maneira como os Estados fascistas em Europa lidaram com as estruturas sindicais é outro exemplo de como tais instituições (sindicatos) são entraves ao desenvolvimento autônomo do proletariado. Em Alemanha, Itália etc., com a criação do

sindicalismo corporativo, conseguiu-se de tal modo um controle do movimento operário (claro que o controle dos sindicatos não era o único instrumento) que a passividade da classe foi elemento de estabilização destes sistemas, por definição, profundamente instáveis. Esta mesma prática, com diferenças obviamente, foi verificada no Brasil, Argentina etc. após a década de 1930.

De um ponto de vista revolucionário, criticar as práticas fascistas, socialdemocratas, bolcheviques, liberais etc. dentro dos sindicatos, é quase como bater em bêbado que já se encontra desacordado. Tais ideologias, com suas práticas políticas, bem como suas instituições (partidos políticos, Estado etc.) já foram, do ponto de vista teórico, liquidadas a tempos. Há uma extensa bibliografia de desmonte teórico destas velhas ideias e velhas práticas.

No que toca à questão sindical, o que mais vem ganhando espaço nos últimos anos é a retomada do sindicalismo revolucionário e do anarco-sindicalismo. Estas correntes políticas, com suas práticas, tiveram um significado de importância nas lutas proletárias de antanho. Durante os regimes de acumulação extensivo e intensivo, em vários lugares do mundo, a luta proletária sob influência anarco-sindicalista e sindicalista revolucionária tirou o sono das classes dominantes. Exemplos disto podem ser listados facilmente: os IWW nos EUA (PORTIS, 2004), o sindicalismo revolucionário na Argentina (COLOMBO, 2004), no Brasil (SAMIS, 2004; MATEUS, 2013), na Itália (ANTONIOLI, 2004) etc.

Vários elementos distinguem o sindicalismo revolucionário e anarco-sindicalismo das correntes citadas anteriormente (vou deixar de lado aqui as tendências liberais, católicas, fascistas por motivos óbvios). Segundo a perspectiva bolchevique, os sindicatos devem ser a correia de transmissão das políticas do partido, ou seja, os militantes do partido devem tomar as direções sindicais ou influenciá-las de tal modo que consigam fazer os sindicatos empreender as políticas definidas no seio partido. A perspectiva sindicalista revolucionária e anarco-sindicalista, pelo contrário, são adeptos da ação direta, elaborando os sindicatos, de maneira horizontal, as estratégias e formas de ação, não passando, portanto, pela mediação de nenhuma outra instituição.

Outro elemento a ser tomado em conta é o papel que cumprem os sindicatos durante e após o processo revolucionário. Segundo a perspectiva bolchevique, os

sindicatos devem cumprir o papel de defender os interesses dos trabalhadores dentro do capitalismo, devem fazer a mesma coisa durante o chamado período de transição, mas já colaborando com o “Estado proletário”, para durante o comunismo desenvolvido desaparecerem para algumas tendências ou incorporarem a gestão da economia, segundo outras tendências. Segundo a perspectiva anarco-sindicalista e sindicalista revolucionária, os sindicatos são os órgãos de luta dos trabalhadores dentro da sociedade capitalista e serão, também, os órgãos de gestão da futura sociedade a ser constituída a partir dos escombros do modo capitalista de produção. Aqui não há espaço para período de transição, partido político, Estado proletário etc.

Entre vários outros elementos que distanciam estas concepções, que não mais desenvolveremos aqui, há o elemento que as aproxima: a instituição sindical como instrumento legítimo de luta das classes trabalhadoras. Contudo, o que os sindicalistas revolucionários do início do século XX defendiam tinham uma base material que permitia que suas ideias tivessem uma operacionalidade concreta dentro das lutas sociais. Tratava-se de ideias revolucionárias que se encontravam em organizações que apontavam para práticas revolucionárias. Atualmente, contudo, as mesmas ideias revolucionárias indicadas pelo sindicalismo revolucionário e pelo anarco-sindicalismo, quando em contato com as atuais instituições sindicais, convertem-se em verdadeiras ideologias, ou seja, ideias fora do tempo que acabam justificando as relações de dominação estabelecidas¹⁸. Defender, nos dias de hoje, o sindicalismo revolucionário e o anarco-sindicalismo, é defender a disputa das instituições sindicais existentes, já que criar outros sindicatos, outro sindicalismo etc. não está historicamente na vez, trata-se de algo que não se coloca como tendência. *Por isto, as ideologias sindicais, de todas as tendências, não há que aprimorá-las, há que refutá-las.*

¹⁸ A crise do sindicalismo revolucionário no Brasil, por exemplo, não se deve ao fato de as ideias “libertárias” criticarem o partido político e a tomada do poder de Estado como estratégia política, como defende Antunes (1988), mas sim à própria institucionalização e burocratização das instituições sindicais, processo que retirou o terreno vivo das práticas libertárias dentro do movimento operário no Brasil.

Referências

- ANTONIOLI, M. A U.S.I.: O sindicalismo revolucionário italiano. In: COLOMBO, E. et. al. **História do movimento operário revolucionário**. São Paulo: Imaginário; São Caetano do Sul: IMES, 2004.
- ANTUNES, R. **Classe operária, sindicatos e partido no Brasil**: da revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. São Paulo: Cortez/Ensaio, 1982.
- BARROT, J. **O movimento comunista**. Porto: & Etc, 1977.
- BERNARDO, J. **Capital, gestores, sindicato**. São Paulo, Vértice, 1987.
- BRAGA, L. Intelectualidade e perspectiva de classe. **Revista Despierta**, Ano 01, Número 01, 2014. Disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/rde/article/view/1braga1/149>. Acesso em 14/02/2015.
- BRITO, J. C. A. **A tomada da Ford**: o nascimento de um sindicato livre. Petrópolis: Vozes, 1983.
- COLOMBO, E. A F.O.R.A.: O finalismo revolucionário. In: COLOMBO, E. et. al. **História do movimento operário revolucionário**. São Paulo: Imaginário; São Caetano do Sul: IMES, 2004.
- LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.
- MAIA, L. **As classes sociais em O Capital**. Pará de Minas: VirtualBooks, 2011.
- _____. **Comunismo de conselhos e autogestão social**. Pará de Minas: VirtualBooks, 2010.
- _____. A burocracia escolar. In: SILVA, J. S da; BRAGA, L; MAIA, L (orgs.). **Classes, Estado & Sindicalismo**. São Carlos: Pedro & João, 2013.
- MAIA, L. & ATAÍDES, M. Experiências de auto-organização dos trabalhadores da educação em Goiás. **Revista Despierta**. Ano 1. n . 1, 2014. Disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/rde/article/view/5maiataides1/146> , acesso em 02/02/2015.
- MARONI, A. **A estratégia da recusa**: análise das greves de maio/1978. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MARQUES, E. Intelectualidade e luta cultural. In: MARQUES, E. & BRAGA, L. (orgs.). **Intelectualidade e luta de classes**. São Carlos: Pedro & João, 2013.
- MARX, K. **O capital**. v. 3. t. 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- _____. **O capital**. v. 1. t. 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- _____. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia alemã**. v. 1. São Paulo: Martins Fontes/Lisboa: Editorial Presença, 1976.

MENDONÇA, J. C. **Além de partidos e sindicatos**: organização política em Anton Pannekoek. Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

PANNEKOEK, A. **Os conselhos operários**. Madrid: Zero, 1977.

_____. Le syndicalisme. In: KOSCH, K.; MATTICK, P.; PANNEKOEK, A.; RUHLE, O.; WAGNER, H. **La contre-révolution bureaucratique**. Unio Générale D'Éditions. Paris, 1973.

PANNEKOEK, A.; KORSCH, K.; MATTICK, P. **Crítica del bolchevismo**. Barcelona: Anagrama, 1976.

PORTIS, L. Os I.W.W. e o internacionalismo. In: COLOMBO, E. et. al. **História do movimento operário revolucionário**. São Paulo: Imaginário; São Caetano do Sul: IMES, 2004.

SAMIS, A. Pavilhão negro em pátria oliva: sindicalismo e anarquismo no Brasil. In: COLOMBO, E. et. al. **História do movimento operário revolucionário**. São Paulo: Imaginário; São Caetano do Sul: IMES, 2004.

SILVA, J. S. da. Sindicalismo: da expectativa revolucionária à crítica da conformação burocrática. In: SILVA, J. S da; BRAGA, L; MAIA, L (orgs.). **Classes, Estado & Sindicalismo**. São Carlos: Pedro & João, 2013.

VIANA, N. Anton Pannekoek e a questão sindical. In: VIANA, N. & BRAGA, L. **A questão da organização em Anton Pannekoek**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

_____. **Estado, democracia e cidadania**: a dinâmica da política institucional no capitalismo. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.

_____. **O capitalismo na era da acumulação integral**. São Paulo: Ideias & Letras, 2009.

_____. **A teoria das classes sociais em Karl Marx**. Florianópolis: Bookees, 2012.

CONTRA O “SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO”

Diego Marques Pereira dos Anjos¹

Introdução

Entre fins do século XIX e início do século XX, toma forma uma tendência dentro do movimento operário denominada de Sindicalismo Revolucionário. Foi esta uma época de intensificação da luta de classes, sobretudo da luta do movimento operário pela conquista da redução da jornada de trabalho para 8 horas e de aumento dos salários. Esse ciclo de lutas proletárias que ao seu fim gerou transformações no próprio processo de valorização do capital (ganhando predominância a estratégia de extração de mais-valor relativo) teve que passar por cima das organizações reformistas que defendiam a negociação, os acordos de gabinete, a aplicação da lei, enfim, o controle sobre os trabalhadores, notadamente a socialdemocracia e seus métodos parlamentares, que foi atacada por novas organizações de caráter revolucionário que resgatavam a ação direta, a auto-organização e a necessidade de “transformação revolucionária” da sociedade capitalista. É nesse bojo das lutas operárias que surge a tendência do Sindicalismo Revolucionário como projeto de organização e transformação fortemente influenciado pelas ideias anarquistas. Passado um século desse intenso movimento, o Sindicalismo Revolucionário é resgatado como estratégia para fazer avançar a luta proletária e retirar a classe da condição de apatia em relação aos seus interesses históricos e mesmo imediatos. Mas os tempos são outros, e tendências que se formavam naquela época dentro das organizações dos trabalhadores, principalmente nos sindicatos, hoje estão consolidadas e incorporadas à ordem burguesa, demonstrando que vivemos sob um novo ciclo da luta de classes e que, como consequência, uma nova radicalização do proletariado deve surgir, agora atropelando as organizações que um dia surgiram do seu interior.

A história do movimento operário é encadeada por diferentes tipos de organizações de luta em defesa dos seus interesses; desde que espontaneamente o proletariado inglês começou a quebrar as máquinas que lhes pareciam a causa do

¹ Mestre em Sociologia pela Universidade de Brasília. Militante do Movimento Autogestionário.

aumento da exploração sob o regime capitalista, a reflexão demonstrou que até mesmo o ato de quebrar exige organização. Pelas próprias condições objetivas de organização das relações de produção capitalistas, a fonte da força organizativa da classe trabalhadora encontra-se nas unidades de produção, nos locais de trabalho, espaço onde aparece a relação social da exploração capitalista que se esfumaça na vida dos indivíduos isolados dominados pelo mercado e por relações sociais opressoras. Além da sabotagem e do boicote da produção, a greve é o mais primitivo e original instrumento dos trabalhadores na luta por suas reivindicações imediatas por melhores condições de trabalho (ambiente, jornada, valor do trabalho, direitos de organização, etc.).

O uso consciente desses instrumentos se aperfeiçoou quando aplicado pelas organizações surgidas da classe trabalhadora, organizações estas que têm uma história própria na medida em que diferentes tipos surgiram, tanto no período de ilegalidade das associações operárias, quanto nas épocas de legalização. Organizações de socorro mútuo, caixas de resistência, *trade-unions* inglesas, cooperativas, sindicatos, partidos políticos, conselhos operários, comandos de greve, de luta e de ocupação, etc. Também organizações exclusivamente políticas foram criadas para defender os interesses dos trabalhadores, e diversos exemplos simbolizam diferentes épocas tais como a Liga dos Comunistas, as fraternidades de Bakunin, a Associação Internacional dos Trabalhadores e diversos outros grupos políticos marxistas e anarquistas ao longo do século XX, e resistentes ainda hoje.

A questão fundamental é: a classe trabalhadora cria suas próprias organizações para superar o isolamento e a concorrência individual e enfrentar as instituições burguesas, materializadas no sistema de repressão (judiciário, policiais e militares) e de controle político (partidos, burocracia) nas mãos do Estado. As organizações dos trabalhadores manifestam tanto interesses imediatos, melhores condições de trabalho e maior salário, quanto interesses históricos, como é a superação da sociedade capitalista fundada sob a exploração do trabalho assalariado.

A evolução das organizações criadas pelo proletariado variou de acordo com a evolução da luta entre as classes fundamentais existentes na sociedade capitalista, daí que tendencialmente as organizações dos trabalhadores fundaram-se em princípios antagônicos às instituições burguesas (ruptura com a relação entre dirigentes e dirigidos,

autonomia em relação ao poder político, assembleísmo, controle social dos cargos executivos e fim dos cargos legislativos) ao invés de promover o controle sobre as pessoas, as organizações da classe trabalhadora tendem a desenvolver-se sobre o princípio da administração sobre as coisas como consequência da participação coletiva e, assim, a por fim à subordinação de classe. Embora diversos momentos históricos indiquem que o refluxo e dependência do proletariado combinado com a ascensão de outras classes como o campesinato ou elementos da burocracia setorial (políticos, intelectuais, militares) produzem tipos de organização autoritárias que passam a ter certa influência sobre o proletariado, tais como são as organizações socialdemocratas, bolcheviques, de tendência jacobinas, guerrilheiras e insurrecionalistas.

Seja em decorrência de sua posição objetiva nas relações de produção, sob uma brutal exploração, ou devido à luta política mais geral, novas formas de organização são produzidas pelos trabalhadores no embate com a classe capitalista e com o conjunto do aparato estatal, e assim pela primeira vez na história da humanidade a classe explorada forja suas próprias organizações, apresentando nos casos mais radicalizados um projeto de transformação social radical do conjunto da sociedade. Sendo a sociedade em que vive o proletariado uma sociedade estruturada e dirigida pela classe capitalista, é a esta classe que a dinâmica social mais geral obedece, por isso que enquanto a transformação social não surgir todo o desenvolvimento interno e ulterior da sociedade capitalista tem de reafirmar os interesses da reprodução e acumulação de capital.

Nossa última afirmação tem por objetivo levantar um enfoque sobre um certo tipo de organização surgida do proletariado, os sindicatos. Passado os diversos estágios do desenvolvimento do modo de produção capitalista, pode-se afirmar que a história da classe operária é uma história de derrotas frente a classe dos capitalistas, mesmo as organizações dos trabalhadores que expressavam os seus interesses mais imediatos, tais como as sociedades de socorro mútuo ou os sindicatos, foram derrotadas, abandonadas pelos trabalhadores ou recuperada pela classe dos capitalistas. A situação é mais grave no que diz respeito às organizações revolucionárias e seus membros, já que todos sucumbiram pela forte repressão. Uma das principais determinações para a derrota das organizações do proletariado é que o desenvolvimento do capitalismo obedece somente a uma lógica fundamental, a da extração de mais-valia e da acumulação de capital,

resultando daí que o conjunto das produções da sociedade (política, cultura, valores, hábitos e costumes) se altera para que a lei da acumulação capitalista se imponha, é por isso que num determinado momento as organizações dos trabalhadores eram ilegais, mas conforme a radicalização da luta do movimento operário colocava em cheque a reprodução do sistema concessões tiveram que ser feitas para que a lei do capital continuasse a se reproduzir. Mas junto às concessões veio a cooptação e a incorporação à lógica de funcionamento da ordem social dominante, o caso dos sindicatos é exemplar, tipo de organização que passa por diversos momentos, da total ilegalidade e brutal repressão até chegar a ser um dos sustentáculos da relação salarial dominante.

Sendo a ordem dominante a ordem da classe capitalista, as instituições e organizações hegemônicas são para reproduzir a ordem social existente, e são dominantes na medida em que expressam os interesses da classe social dominante. Contudo, a evolução do capitalismo se dá de forma tortuosa, imprevista e com crescente dificuldade de reprodução interna (seja pela tendência na queda da taxa de lucro ou devido a luta de classes), daí que a produção capitalista engendra tanto a tendência de sua destruição, na luta do proletariado revolucionário, quanto as contratendências à sua lógica autodestrutiva, renovando os mecanismos de regularização da acumulação do capital. O controle sobre a força de trabalho é uma ação inevitável de contratendência à queda da taxa de lucro, tanto no que diz respeito à disciplina da classe trabalhadora quanto no que se refere ao valor da mercadoria força de trabalho, controlando o excedente de trabalhadores disponível. Daí que controlar as organizações dos trabalhadores, que podem ser controladas, também se projeta como um interesse dos capitalistas. A integração em massa e universal dos sindicatos e a sua transformação em organização burocrática (fundada na relação entre dirigentes e dirigidos) representa uma das maiores vitórias da burguesia, pois hoje os sindicatos formam parte fundamental da lógica interna das relações de produção capitalistas e assim reforçam a conservação da ordem social dominante.

Tendo como ponto de partida a função conservadora dos sindicatos, faremos uma reflexão crítica e combativa à ideologia que fundamenta a organização dos trabalhadores através dos sindicatos tendo como objetivo transformar a sociedade capitalista, o que é chamado por sindicalismo revolucionário. Acreditamos ser necessário

o desenvolvimento da crítica à ideologia do sindicalismo revolucionário na medida em que grupos políticos resgatam essas ideias do passado tendo por objetivo “aplicá-las” acriticamente no interior das lutas sociais contemporâneas, o que é um grave equívoco na análise sobre o atual estágio da luta de classes a que estamos submetidos. Tendo por intenção contribuir para o debate teórico dentro do movimento revolucionário apresentamos aqui nossa reflexão.

Sindicatos

O que são os sindicatos? Por que surgem os sindicatos? A determinação fundamental para a existência dos sindicatos está na consolidação da sociedade capitalista, o sindicato é um tipo de organização exclusiva da sociedade capitalista; para o capital só existem mercadorias, tanto na forma de objetos quanto na forma de seres humanos, daí que sob a sociedade capitalista a existência física do proletariado somente está assegurada enquanto uma “coisa” destinada a satisfazer os interesses da classe dominante. Cada mercadoria tem como valor o tempo de trabalho social necessário para a sua produção: máquinas, matérias-primas, instalações, etc. são tão importantes para a produção de um pente, como o são a alimentação, moradia, vestimenta, transporte, etc. para a produção e reprodução do trabalhador, isto é, são gastos para contabilizar o valor contido na produção das mercadorias. Mas dentre todas as mercadorias somente uma pode alterar o valor exigido por seu uso, obviamente somente o trabalhador assalariado pode exigir que se pague mais pelo uso de sua força de trabalho.

O proletariado está submetido a outras condições sociais diferentes das classes exploradas do passado, enquanto que o escravo é propriedade perpétua do seu dono, o moderno produtor só é propriedade de outra pessoa durante as horas de trabalho empregado por um determinado capitalista, a existência física do proletariado só é garantida no conjunto da classe, os proletários isolados estão entregues à concorrência, lutam para vender a si próprios, para encontrar um dono temporário que lhes dê em troca um salário. Por ter a liberdade de escolher um dono temporário, o proletariado pertence a uma etapa superior do desenvolvimento da sociedade, não é como coisa que os trabalhadores são reconhecidos, mas sim como membros da sociedade civil (ENGELS, s/d) e como tal estão em pé de igualdade a qualquer outro

membro da sociedade civil para estabelecer uma relação de troca de mercadorias, trabalho por dinheiro, o equivalente geral de todas as mercadorias².

Os milhares de trabalhadores encontram-se diante de uns poucos capitalistas que controlam os diversos setores da produção e distribuição, e devido ao exército industrial de reserva a concorrência entre os capitalistas por força de trabalho não se iguala a do trabalhador em busca de trabalho, ao seu lado outros milhões têm de se curvar diante da força social concentrada de um único capitalista. O “contratante” paga um preço pelo valor da força de trabalho do “contratado”, o valor varia de acordo com as condições históricas para se reproduzir a força de trabalho (comer, moradia, etc.), geralmente se paga o menor valor, tendo em vista reduzir os gastos com capital variável e aumentar a extração de mais-valor. Desta forma, se a igualdade entre os membros da sociedade civil ocultava as distintas posições de classe (proprietários e não-proprietários) tal igualdade se desfaz imediatamente e se torna uma desigualdade explícita quando se forma a luta em torno da definição do valor da força de trabalho, o preço a ser pago pela jornada de trabalho.

O conflito surge em torno da definição do valor a ser pago pelo tempo de trabalho e logo se desdobra em torno do tempo de trabalho a ser gasto: 5 reais por hora de trabalho, e 8 horas de trabalho diário. A força de trabalho submetida à forma mercadoria é comprada e vendida no mercado de trabalho, que nada mais é que a criação de um depósito de seres humanos, mantidos pela classe capitalista tendo como objetivo assegurar o processo de valorização do capital através da constante extração de mais-valia, que é o tempo de trabalho não-pago mas produtor de mercadorias, já que em 1 hora de trabalho o trabalhador produz o necessário para que o capitalista possa pagar o valor correspondente ao salário, restando assim 7 horas da jornada que o trabalhador não recebe nada, ao contrário, é alienado em sua atividade e no produto final da atividade.

O núcleo do modo de produção capitalista está nas relações de trabalho, a posse dos meios de produção e das forças produtivas nas mãos capitalistas representa o controle sobre os despossuídos. O capital funda-se em tal separação para a partir de

² Igualado a todas as mercadorias e sem um dono específico a quem se libertar, a emancipação social do proletariado somente pode surgir com a abolição de todas as formas de propriedade privada e da divisão do trabalho.

então colocar em movimento as atividades produtoras. No decorrer do processo de produção um determinado tempo de trabalho não é pago, é sobre esse tempo de trabalho não-pago que se extrai mais-valor. A apropriação de um determinado tempo de trabalho é o núcleo do processo de valorização do capital, a abolição da extração de mais-valor representa a transformação radical da sociedade e, por outro lado, qualquer tentativa de intervir no processo de valorização do capital, quer seja ela diminuir ou aumentar o tempo roubado de trabalho, não passam de intervenções que conservam a ordem dominante.

A luta imediata dos trabalhadores é para aumentar o preço da força de trabalho e diminuir a jornada de trabalho, por isso que tal luta acontece dentro dos desdobramentos da lei de acumulação de capital, não subvertendo a lei da apropriação de tempo de trabalho não-pago. É dentro do processo de contestação do preço do trabalho que surgem os sindicatos, é daí que se afirma que os sindicatos são um produto da sociedade capitalista³. Segundo Karl Marx, enquanto vendedores de mercadorias tanto os trabalhadores quanto os capitalistas possuem o direito de aumentar ou rebaixar o preço do produto que está vendendo, assim, para a firmação de um contrato de trabalho é direito do capitalista querer aumentar o tempo de trabalho no *status* de comprador, da mesma forma como é de direito do trabalhador querer limitar a jornada de trabalho baseado mesmo em princípios racionais buscando economizar o uso do único patrimônio de que dispõe: “Quero gerir meu único patrimônio, a força de trabalho, como um administrador racional, parcimonioso, abstendo-me de qualquer desperdício tolo da mesma” (MARX, 1996, p. 348), não deixando que o capitalista consuma um *quantum* de trabalho equivalentes a 3 dias num único dia.

Segundo Marx, o cerne desse conflito representa uma antinomia entre direitos iguais e opostos colocando em combate a classe dos capitalistas contra a classe dos trabalhadores, sendo que a solução desse conflito somente se realiza pela força:

O capitalista afirma seu direito como comprador, quando procura prolongar o mais possível a jornada de trabalho e transformar onde for possível uma jornada de trabalho em duas. Por outro lado, a natureza

³Porém, mais que afirmar que os sindicatos são produzidos pela sociedade capitalista, faz-se necessário compreender que os sindicatos também reproduzem a sociedade capitalista.

específica da mercadoria vendida implica um limite de seu consumo pelo comprador, e o trabalhador afirma seu direito como vendedor quando quer limitar a jornada de trabalho a determinada grandeza normal. Ocorre aqui, portanto, uma antinomia, direito contra direito, ambos apoiados na lei do intercâmbio de mercadorias. Entre direitos iguais decide a força (MARX, 1996, p. 349).

Entretanto, a classe capitalista, que é somente a personificação do poder social do capital, já está organizada: primeiro, como poder de controle sobre os meios de produção, segundo, como detentora da estrutura do Estado. Para evitar o consumo desenfreado da mercadoria força de trabalho e para dispor de meios suficientes para a reprodução de seu único patrimônio, a classe dos trabalhadores desenvolveu um intenso processo de lutas ao longo do século XIX forjando suas organizações autônomas, apesar da forte repressão e ilegalidade. O surgimento dos sindicatos expressa a necessidade de organização da classe trabalhadora tendo como objetivo não permitir que a ganância capitalista desapropriar até a exaustão fatal o trabalho produtor de riquezas:

O valor da força de trabalho constitui a base racional e declarada dos sindicatos, cuja importância para a classe operária não se pode subestimar. Os sindicatos têm por fim impedir que o nível dos salários desça abaixo da soma paga tradicionalmente nos diversos ramos da indústria e que o preço da força de trabalho caia abaixo de seu valor (MARX & ENGELS apud DA SILVA, p. 4).

O companheiro José Santana da Silva esclarece que os posicionamentos de Marx sobre os sindicatos têm como fundamento a totalidade de sua teoria da sociedade capitalista em relação com os objetivos das organizações proletárias de transformar radicalmente a sociedade capitalista, daí que a função dos sindicatos dentro da lei da acumulação capitalista, ou dentro do movimento do capital, é impedir que os salários sejam constantemente rebaixados pelos empregadores, esta é a base lógica de todos os sindicatos, sua função econômica no interior da sociedade capitalista.

Mais oportuno ainda é o esclarecimento do companheiro José Santana da Silva sobre a questão da função política dos sindicatos, tendo ainda como fundamento a visão de Marx da relação entre a organização sindical e a necessidade do movimento proletário de provocar a revolução social. A tarefa do movimento operário revolucionário é a de construir a revolução social, daí que as organizações dos trabalhadores criadas dentro da sociedade capitalistas têm de estar submetidas a esse objetivo:

Além de sua função imediata de reação contra as dúbias manobras do capital, os sindicatos devem atuar como centros de organização da classe operária, com vistas à sua radical emancipação. Devem ajudar todo movimento social e político de igual tendência (MARX & ENGELS apud DA SILVA, p. 5).

Estas palavras foram escritas por Marx como resultado de uma resolução do Congresso da AIT em Genebra em 1866, e tinham como objetivo conscientizar a luta dos trabalhadores de que no passado os sindicatos se constituíram no processo de organização crescente do proletariado e que no presente (1866) ainda estão presos exclusivamente a uma “luta local e imediata contra o capital” mas que o futuro dos sindicatos consistia no combate ao “sistema de escravidão assalariada” atuando como centros de organização da classe trabalhadora e atuando no interesse da emancipação social.

Atualmente, a função econômica permanece inalterada, embora a atuação dos sindicatos sob a ofensiva neoliberal (expressão mais popular para a nova fase de acumulação capitalista denominada regime de acumulação integral) parece ser a de auxiliar a burguesia nas estratégias para desvalorizar o valor da força de trabalho, tal como exemplarmente ficou conhecido no Brasil como sindicalismo propositivo em que a cada ofensiva do capital cortando direitos, os sindicatos faziam uma nova proposta para incorporar os cortes, “minimizar as perdas” e ainda parecerem “combatentes” do salário justo. Por sua vez, a função política dos sindicatos, no sentido da luta pela emancipação do proletariado, desapareceu por completo na contemporaneidade do capital. Porque? Porque os sindicatos passaram a não somente a se restringir à luta localista e imediata, mas porque também passaram a reproduzir em seu interior o fundamento das relações políticas na sociedade capitalista, a relação entre dirigentes e dirigidos, *habitat* natural onde nasce e cresce a burocracia.

Diversos militantes e movimentos políticos começaram a questionar os fundamentos do sindicalismo em relação com a perspectiva de transformação revolucionária já nas primeiras décadas do século XX, para não sermos acusados de

estarmos reduzidos à perspectiva marxista de crítica aos sindicatos⁴ daremos destaque aqui à análise do anarquista inglês Guy Aldred.

Para Guy Aldred, escrevendo nos primeiros anos do século XX, os sindicatos possuem uma função econômica dentro das relações de produção capitalista e é essa função econômica que lhe acompanha ao longo de sua evolução, abandonando suas potencialidades políticas quando de sua legalização e institucionalização. Para Aldred, a figura fundamental do sindicalismo é a do dirigente sindical, “amigo da reforma e inimigo da revolução” (ALDRED, 2014, p. 236), principal defensor da tendência restritiva de organização por categoria profissional prejudicando os interesses do trabalho em sua totalidade, sem ao menos beneficiá-lo parcialmente. Também o dirigente sindical reproduz a crença de que o sindicalismo beneficia economicamente o trabalhador e que desta forma pode melhorar sua situação econômica e social sob o capitalismo. A apologia do trabalhador qualificado, a defesa estrita dos trabalhadores sindicalizados e a restrição ao trabalho dos aprendizes também fazem parte do universo de lutas dos sindicatos.

Para Aldred, a luta sindical inevitavelmente anda pelos caminhos da reforma social, pois é a própria estrutura organizativa dos sindicatos que reforça a unidade da sociedade capitalista. O fato do reconhecimento institucional dos sindicatos tem por consequência o apaziguamento dos processos de negociação, restringindo a participação do conjunto dos trabalhadores aos representantes sindicais. Daí que para Guy Aldred, os sindicatos encarnam em sua constituição o sistema representativo, fundamento da ordem burguesa de controle da classe dos trabalhadores e da sociedade como uma totalidade:

O sindicalismo encarna a ameaça do sistema representativo na sua constituição, certamente não menos que a máquina legislativa. Os seus dirigentes eleitos encerram greves e disputas dando o consentimento às condições de compromisso oferecidas pelos Ministros do Trabalho capitalistas e Presidentes das Juntas de Comércio. Pretender que tais termos de acordo são antagônicos aos interesses capitalistas é estar perturbado por um espantalho. Por outra parte, para o que o dirigente grevista se esforça geralmente? Para conseguir que seja reconhecida a sua autoridade. Este é o primeiro passo para a sua posição de poder. Pretende-se que, quanto maior seja o apoio dado ao dirigente operário,

⁴ Sobre tudo os militantes que surgiram com a tendência do Comunismo de Conselhos, ver: Os comunistas conselhistas e o anarquismo: a crítica ao anarco-sindicalismo no contexto da guerra civil espanhola (MAIA, 2010).

maior será a concessão que ele poderia arrancar à classe capitalista. Esquece-se que, quanto maior seja a confiança posta nele, mais eficazmente ele pode trair essa confiança. Consequentemente, a sua liderança grevista “oficial” sempre está entusiasmada sinceramente dentro da variedade do “lento e seguro”. Ele apela é para a cautela e isso significa permissão para fazer a negociação sem estar submetido à crítica. A crítica é considerada uma ameaça para a sua autoridade. Esta certamente reduz o seu valor de troca (ALDRED, 2014, p. 243/4).

Para encerrarmos, afirmamos que a luta sindical encerra uma unidade com a ordem capitalista, tanto no que diz respeito à questão de que os sindicatos reproduzem o movimento de acumulação do capital como fundamento de sua luta, ou melhor, de “suas épocas de luta pela data-base”, e também porque reproduz em sua organização interna as formas políticas de controle existentes na sociedade capitalista, notadamente a representação política e a separação entre dirigentes e dirigidos. *É por isso que não existem desvios burocráticos, ou “direção traidora”, dentro deste ou daquele sindicato, e sim que a organização sindical se baseia no controle da burocracia sindical sobre as lutas dos trabalhadores.* Desta forma, os sindicatos reproduzem o capitalismo e por isso são resgatados e incorporados pela classe capitalista à sua ordem social, daí que no interior da classe trabalhadora, tem-se já um século de luta contestatória aos sindicatos por parte das organizações e indivíduos revolucionários, e na prática os sindicatos foram abandonados pelas massas trabalhadoras que um dia lhe deram vida. Se hoje os sindicatos possuem o *status* institucional que desfrutam de forma alguma é devido à participação dos trabalhadores. *A evolução da luta de classes tornou essa forma de organização uma peça de museu na história do movimento operário, tal como as sociedades de apoio mútuo, as caixas de resistências, os partidos políticos, etc.* Embora, para a classe capitalista, a funcionalidade dos sindicatos garante o seu ingresso nas reuniões ministeriais, nas decisões do planejamento orçamentário, nas disputas por voto no parlamento, etc.

Ideias força do Sindicalismo Revolucionário

A principal influência do sindicalismo revolucionário é a intervenção dos anarquistas europeus dentro do movimento operário desde a década de 1860. Muitas das ideias presentes no anarquismo revolucionário (ou coletivista) que se consolidam nos fins da década de 1860, notadamente entre os anos de existência da AIT, serão resgatadas na

virada do século XIX para o XX, ideias como a de ação direta, greve geral, antiparlamentarismo serão divulgadas dentro das Federações Sindicais que vão se formando como resultado da mobilização da classe operária. O sindicalismo revolucionário será uma tendência dentro do movimento operário, se forma tanto pela intensificação das lutas dos sindicatos, mas também por uma nova fase dentro das ideias anarquistas, ou seja, para a consolidação do Sindicalismo Revolucionário foi necessário tanto a intervenção organizada dos indivíduos e organizações anarquistas quanto a adesão de parcelas dos trabalhadores às estratégias defendidas pela minoria dos sindicatos, levando em consideração a quantidade geral destes.

Com a derrota da Comuna de Paris seguiu-se um intenso processo de repressão e criminalização das organizações dos trabalhadores em diversos países da Europa. Muitos dos indivíduos que sobreviveram, tiveram de migrar para as Américas e outros continentes e ainda outros cederam à vitória burguesa. Já as organizações dos trabalhadores que persistiram, aprofundaram suas políticas reformistas, o que anos antes era somente tendência, se consolidou com a vitória burguesa e de suas instituições sendo incorporados às nascentes repúblicas de fins do século XIX e início do XX. A tendência parlamentarista ganha força como resultado da forte repressão sobre os trabalhadores, fazendo surgir assim a socialdemocracia como primeira grande deformação do pensamento revolucionário, notadamente o de Karl Marx, mas também negando outras ideias revolucionárias, tais como as concepções anarquistas de fim da autoridade, fim do estado, auto-organização dos trabalhadores, espontaneidade das massas, greve geral, etc.

Bakunin é considerado o fundador do Sindicalismo Revolucionário, Gaston Leval (2007), mas na verdade, os anarquistas do período posterior à morte de Bakunin se apropriaram de partes do seu pensamento e o adaptaram às organizações sindicais. A tendência ganha corpo na década de 1890, experimentando a partir de então alguns períodos de explosão, para praticamente desaparecer com a derrota da Revolução Espanhola em 1939. Segundo Gaston Leval, os princípios do Sindicalismo Revolucionário são:

Luta operária independente de todo partido político, ação direta, reivindicações econômicas como elemento de atração e motor da luta

proletária, eliminação do capitalismo e do Estado – de todo Estado –, criação de uma sociedade sem classes pelas organizações operárias, internacionalismo e antimilitarismo (LEVAL, 2007, p. 22).

Quando do surgimento da tendência do Sindicalismo Revolucionário era forte o debate entre os anarquistas sobre organização. Ingressar em massa nos sindicatos foi a resposta dos indivíduos e grupos que se distanciavam das interpretações dominantes no meio anarquista da época: o anarco-individualismo, ideias anti-organizacionais, anarco-terroristas, que são, de certa forma, expressões do refluxo da classe operária e de suas organizações mais combativas.

Ao longo de todo esse período, diversos militantes, com maior ou menor intensidade, envolvidos com as ideias anarquistas, debaterão sobre a necessidade dos anarquistas ingressarem nos sindicatos: Pierre Monatte, Errico Malatesta, George Sorel, Rudolf Rocker, os plataformistas. Tal decisão consensual entre essas diferentes tradições do anarquismo pode ser resumida na seguinte tese defendida por Malatesta no Congresso Anarquista de Amsterdã em 1907:

É preciso que os anarquistas continuem ingressando nos sindicatos antes de mais nada para difundir o anarquismo entre os operários e depois, porque esta é a única forma de que chegue o dia – pelo qual todos esperamos – em que poderemos ter a nossa disposição grupos capazes de assumir o controle da produção (MALATESTA, 1981 p. 204).

Apropriando-se das práticas de luta defendidos pela tradição do anarquismo revolucionário e levando-os para os sindicatos, os anarquistas da virada do século XIX para o século XX tensionaram para a consolidação do chamado sindicalismo revolucionário, uma forma de intervenção junto à classe trabalhadora, uma estratégia para impulsionar a luta pela transformação revolucionária da sociedade capitalista. Entretanto, apesar do ingresso em massa, existiam posicionamentos divergentes sobre o significado dos sindicatos, iremos aqui apresentar as principais ideias força do sindicalismo revolucionário e ao mesmo tempo contestá-las como estratégia de luta revolucionária na perspectiva do proletariado.

Pierre Monatte e Errico Malatesta

É reflexo do ingresso em massa dos anarquistas nos sindicatos nos primeiros anos do século XX, o debate entre Pierre Monatte e Errico Malatesta durante o Congresso

Internacional Anarquista de Amsterdã no ano de 1907. O Congresso que reuniu anarquistas de diversos países da Europa deu como contribuição para a história do movimento operário uma reflexão sobre o significado dos sindicatos dentro do projeto de transformação social na perspectiva anarquista. Naquele momento, já se distinguiam dois posicionamentos sobre os sindicatos na perspectiva anarquista: de um lado, uma tendência que se expressou nas ideias do gráfico francês Pierre Monatte, para quem os sindicatos seriam germes das futuras sociedades emancipadas, e divergindo dessa interpretação o militante anarquista italiano Errico Malatesta que afirmava que os sindicatos eram organizações reformistas, mas que poderia se tornar um meio para atingir o objetivo final de construir a sociedade anarquista.

Nesses anos, a famosa Confederação Geral do Trabalho (CGT) francesa alcançava milhares de trabalhadores e se tornava o grande exemplo para os militantes do sindicalismo revolucionário. Rompendo com as tendências parlamentaristas, a CGT não admitia posicionamentos políticos e não mantinha vínculos com partidos políticos, a federação de sindicatos se tornou exemplo das práticas do sindicalismo revolucionário. Segundo Pierre Monatte, tendo como referência a CGT, é nessa organização que a relação intrínseca entre o sindicalismo e o anarquismo faz surgir e desenvolver as ideias fundamentais do sindicalismo revolucionário:

Seria preciso estar cego para não ver as semelhanças entre o anarquismo e o sindicalismo. Ambos tentam eliminar o capitalismo e o sistema salarial através de uma revolução social. O sindicalismo existe como a prova de um recrudescimento do movimento operário, e ele faz renascer no anarquismo uma consciência de suas origens entre os trabalhadores; por outro lado, não foram poucas as contribuições dos anarquistas no sentido de levar o movimento operário para o caminho da revolução e da popularização do conceito de ação direta. Assim o sindicalismo e o anarquismo se influenciaram mutuamente em benefício de ambos (MONATTE, 1981, p. 197).

O objetivo, qual seja, eliminar o capitalismo e o sistema salarial converge com os meios, a ação direta, daí que para Monatte é o sindicalismo revolucionário continuidade e evolução do anarquismo. Além dos objetivos e dos meios, a estrutura organizacional não-autoritária, autônoma e federativa construída pela CGT significaria que o “Sindicalismo se basta a si próprio” (MONATTE, 1981, p. 202) em seu estágio mais desenvolvido. Sintetizando seu posicionamento sobre o sindicalismo revolucionário, diz

Monatte que este é a “doutrina que vê no sindicato um órgão de transformação social e a greve geral como o meio de obtê-la” (MONATTE, *Ibidem*, p. 200).

Após a intervenção de Monatte no Congresso Anarquista de Amsterdã, Errico Malatesta levanta a crítica à sua defesa do Sindicalismo Revolucionário afirmando que esta é “uma ideia radicalmente falsa” e que precisa ser combatida. Segundo Malatesta é preciso diferenciar Sindicalismo de sindicatos, pois enquanto o primeiro é “uma doutrina, um sistema”, o segundo é um “fato real” que se origina do movimento operário.

Para Malatesta, é papel dos anarquistas difundir a propaganda revolucionária e o movimento operário é um campo propício a se tornar “ponto de contato entre anarquistas e as massas” (MALATESTA, 1981, p. 203). Para Malatesta, o movimento operário não é mais que um meio para alcançar o objetivo final tendo em vista o “conjunto das concepções anarquistas” (*Ibidem*, 204). Isto significa que a atuação dos anarquistas é para orientar e direcionar os sindicatos (expressão do movimento operário) para além de seus objetivos imediatos e reformistas de “melhoria das condições de trabalho do operário”.

É a partir da crítica ao reformismo sindical que Malatesta vai questionar a tese de Monatte de que os sindicatos são órgãos germinadores da sociedade emancipada. Segundo Malatesta os “sindicalistas, por outro lado, têm uma certa propensão para transformar os meios em fins e para considerar as partes como sendo o todo” (*Ibidem*, p. 204), formando-se assim uma nova doutrina, que ameaça inclusive o anarquismo, já que muitos anarquistas que entram nos sindicatos acabam por abandonar seus ideais mais gerais abandonando assim algumas das ideias forças do anarquismo e a sociedade anarquista como objetivo final e, por sua vez, passando a atuar em torno de outras ideias.

“Profeticamente”, Malatesta vislumbra duas tendências dentro do Sindicalismo Revolucionário: a primeira descrita acima, que é a de reduzir a força e a amplitude das ideias anarquistas à ideia de sindicalismo revolucionário, algo similar a muitos anarquistas que na atualidade reduzem a plenitude das ideais do anarquismo revolucionário à construção programática da vaga ideia de “poder popular”. Por outro lado, Malatesta percebe que dentro dos sindicatos, não importando o quão grande é o

apego ao adjetivo revolucionário⁵, os militantes anarquistas correm o risco de se tornarem militantes profissionais devido à estrutura de organização sindical que já naquela época pagava um salário para os seus membros que desenvolvem atividades exclusivas dentro da organização. De fato, no desenvolvimento das ideias de Monatte e outros, como bem deixam claro, é o sindicato os órgãos de construção da futura sociedade; por outro lado, o desenvolvimento posterior da CGT confirma a tendência de consolidar-se enquanto estrutura burocrática, sem contar a experiência da Confederação Nacional do Trabalho espanhola e a adesão dos dirigentes sindicais ao governo republicano no desenrolar da Revolução Espanhola.

Malatesta também vai questionar as táticas adotadas pelo Sindicalismo Revolucionário e que são entendidas como a panaceia para a transformação social. A greve geral deve ser difundida, mas se não for acompanhada pela tomada de controle da produção, em pouco tempo a revolta proletária pode minguar pela falta de forças para manter a vida cotidiana, além de que a greve geral não prepara a insurreição armada como momento necessário para a revolução social.

O desenrolar dos processos históricos e a experiência política de Malatesta, levam-no a manter seu posicionamento sobre a incorporação dos sindicatos na sociedade capitalista. Anos depois do Congresso de Amsterdã, Malatesta mantém seu argumento de que os sindicatos podem se transformar em instrumento de conservação dos privilégios e de adaptação das massas mais evoluídas às instituições sociais atuais. Para Malatesta,

Cada nova organização pode, dentro do espírito dos fundadores e dos estatutos, ter as aspirações mais elevadas e os objetivos mais seguros, mas se quiser exercer a função própria do sindicato operário, isto é, a defesa atual dos interesses de seus membros, deve reconhecer, de fato, as instituições que nega em teoria, adaptar-se às circunstâncias e tentar obter, pouco a pouco, o máximo possível, fazendo acordos e transigindo com patrões e governo (MALATESTA, 1989, p. 100).

⁵ No artigo O Congresso de Amsterdã, Malatesta relembra que: “O sindicalismo, disse, mesmo ganhando consistência com o adjetivo revolucionário, só pode ser um movimento legal, movimento que luta contra o capitalismo no meio econômico e político que o Capitalismo e o Estado lhe impõem. Não tem, portanto, saída, e nada poderá obter de permanente e geral, senão deixando de ser sindicalismo, ligando-se não mais à melhoria das condições dos assalariados e à conquista de algumas liberdades, mas à expropriação da riqueza e à destruição radical da organização estatista” (MALATESTA, 1989, p. 111).

Reafirma sua tese de que os sindicatos são reformistas e não revolucionários. Entretanto, Malatesta defende o ingresso em massa dos anarquistas nos sindicatos. Por que? Primeiramente, podemos falar que dentro de sua prática política, que vai desde quando se filia à AIT na década de 1870 até na época de sua morte em 1932, Malatesta desenvolve a interpretação de que os sindicatos não podem ser deixados a si mesmo, necessitam da atuação dos anarquistas para impulsionar a classe operária a realizar a transformação social. Sempre envolvido com as lutas dos trabalhadores de sua época, Malatesta equivoca-se por igualar o movimento operário à organização sindical, pois não diferencia um do outro e acaba por marginalizar outras experiências surgidas da luta dos trabalhadores, tais como os soviets que por essa época surgiam em diversos países europeus⁶. Desta forma, o movimento operário (sinônimo de sindicalismo) torna-se um simples meio para a concretização das ideias anarquistas:

O movimento operário é um meio a ser utilizado hoje para elevar e educar as massas, para o inevitável choque revolucionário. Mas é um meio que apresenta inconvenientes e perigos. Nós, anarquistas, devemos trabalhar para neutralizar esses inconvenientes, evitar esses perigos, e utilizar, tanto quanto possível, o movimento para nossos fins (MALATESTA, 1989, p. 104).

Em segundo lugar, para Malatesta anarquismo significa organização e como tal deve estar inserido em qualquer que seja a organização que as massas estejam envolvidas, mesmo que seus objetivos imediatos não sejam revolucionários. Durante vários anos, Malatesta teve de combater as tendências anti-organizacionais e individualistas do anarquismo, daí sua ênfase absoluta na questão da necessidade de organização. *A questão apresentada por Malatesta se são os sindicatos revolucionários é respondida negativamente, mas complementada da necessidade de ingresso dos anarquistas em massa nos sindicatos. A solução da questão nos é insatisfatória hoje, tal como foi para outros revolucionários da época de Malatesta, daí que se faz necessário renovar a crítica à luta sindical.*

⁶ Como depreende-se de nossa perspectiva, uma coisa é o movimento operário como manifestação da classe, outra coisa são as organizações criadas pela classe e que possuem diversos princípios organizativos. De acordo com as contribuições de José Santana da Silva, falamos aqui de um lado do movimento operário e sobre outro fenômeno que é a luta sindical, que engendra os sindicatos e sua forma própria de organização, daí não tratarmos de movimento sindical e sim de organizações sindicais.

Na verdade, as considerações de ação prática efetuadas por Malatesta estão envolvidas por sua crença na “vontade realizadora”, isto é, não subexiste por detrás de sua interpretação do anarquismo um sistema teórico ou filosófico, mas sim, a compreensão de que o anarquismo é uma atitude, baseada no anti-autoritarismo e na solidariedade social (TRAGTEMBERG, 2003) e que coloca em prática uma ideologia que pretende transformar o mundo conforme nossos valores, desejos, etc.

Embora interprete que os sindicatos são reformistas, Malatesta não o faz tal como Marx, abordando a inserção dos sindicatos dentro do movimento de acumulação do capital, a função econômica dos sindicatos, ao contrário, Malatesta compreende fundamentalmente os sindicatos como um meio político para alcançar os objetivos políticos, a despeito de sua crítica aos sindicatos, Malatesta ainda está preso à uma interpretação da “função política” dos sindicatos.

Já a crítica a Pierre Monatte contém em grande parte os elementos apontados por Malatesta: os sindicatos não podem ser os órgãos da nova sociedade emancipada justamente porque estes são produtos da sociedade capitalista e só podem atuar dentro dos limites da sociedade atual. Vale acrescentar a crítica a um ponto apresentado por Monatte e que está presente em diversos outros militantes do sindicalismo revolucionário: a questão de que os sindicatos não podem ser politizados, somente expressar interesses do proletariado, pois “na vida prática os interesses vêm antes das ideias” (MONATTE, 1981, p. 200). Há aqui uma confusão entre os interesses de todos os trabalhadores que são iguais e a sua manifestação consciente, dirigida, e que somente pode se expressar por meio das teorias revolucionárias do proletariado, que em sua luta, critério para a verdade, descobre a justa medida entre interesses históricos e interesses imediatos, sendo que os primeiros interesses somente podem ser satisfeitos pelo proletariado revolucionário e não pelo proletariado comandado pela classe burguesa, e sim somente pelos que se sublevaram contra ela. Daí que o proletariado revolucionário necessariamente produz ideias, teorias, interpretação do mundo como resultado de sua luta e organização e ideias não são outra coisa que a expressão de um posicionamento, portanto, toda luta do proletariado também se manifesta politicamente.

Rudolf Rocker

O Sindicalismo Revolucionário é antes de tudo uma tendência prática do movimento operário, além de ter produzido os seus teóricos, é essa tendência uma manifestação histórica da luta da classe trabalhadora tendo como resultado conquistar certas limitações (instável e provisória já que com o neoliberalismo várias das conquistas foram abolidas) da exploração do trabalho. O sindicalismo revolucionário ganhou maior expressão na França da virada para o século XX, mas também teve forte repercussão no nascente movimento operário da América Latina. Fruto da negação ativa dos trabalhadores às práticas da socialdemocracia, se caracteriza pelo projeto de transformar a sociedade capitalista a partir dos sindicatos, tendo como métodos a ação direta, formas de bloqueio da produção (boicote, sabotagem, greves parciais e greve geral) e o antiparlamentarismo.

Entre os militantes que teorizaram o Sindicalismo Revolucionário, Rudolf Rocker é um dos que mais radicaliza: sai da socialdemocracia (Partido Social Democrata) e aproxima-se do anarquismo; começa a participar ativamente da comunidade judia de Londres e de movimentos dos trabalhadores, é como delegado da Federação dos Anarquistas Judeus que vai para o Congresso de Amsterdã, logo depois torna-se membro da direção da Internacional Anarquista que fora criada como resultado do Congresso de Amsterdã. Em 1922, participa novamente como delegado na criação da Internacional Anarco-Sindicalista, opositora da Internacional Sindical Vermelha, braço sindical da Internacional Comunista dos bolcheviques.

Durante uma das Conferências Internacionais para a fundação da Internacional Anarco-Sindicalista, Rocker fará uma pequena intervenção no sentido de apresentar *Las bases del Sindicalismo Revolucionário*. Em seu discurso, Rocker afirma que o Sindicalismo Revolucionário possui uma dupla tarefa:

(...) de un lado se aplica a mejorar en tanto que posible las condiciones generales de la clase obrera actual en los cuadros de la sociedad capitalista y defender el trabajo por los medios revolucionarios de lucha, tales como el boicot, la huelga, el sabotaje, etc., contra los ataques de los explotadores y del Estado; del otro considera como su misión principal la construcción práctica de un orden social en el cual las gestiones de toda la vida social y económica reposarían en las manos de los trabajadores mismos (ROCKER, s/d, p. 2).

No debate entre anarquismo e sindicalismo no Congresso de Amsterdã em 1907, Rocker assimila as ideias de Monatte e, juntamente com diversos outros sindicalistas revolucionários, defende a tese de que os sindicatos devem se abster de envolver-se em divergências políticas, o sindicato é o espaço da união econômica entre todos os trabalhadores. Dessa união resulta que os trabalhadores organizados em seus sindicatos devem intervir na organização econômica da sociedade, destruindo o monopólio do poder e da propriedade privada:

Los sindicalistas revolucionarios estiman que el monopolio del poder debe desaparecer al mismo tiempo que el monopolio de la propiedad. Se deduce de ello que los sindicalistas revolucionarios no aspiran de ninguna manera a la conquista del Estado, sino al contrario su supresión total y ven en su desaparición una de las condiciones esenciales para la realización del socialismo. El Sindicalismo Revolucionario, es, pues, en su esencia política antiestatista y enemigo convencido de todo sistema de dominación aunque se esconda bajo no importa que máscara (ROCKER, s/d, p. 3).

Os métodos para se alcançar a transformação social, a ação direta e a greve geral vão desembocar em:

Un sistema económico socialista en cual la gestión total de la producción y de la distribución está en manos de los trabajadores, no puede nunca encontrar su expresión en los límites rígidos y groseros de un sistema político de opresión; debe buscar su complemento político natural en las fábricas mismas, en las diferentes ramas de la Industria y de la agricultura y encontrar en el sistema de los consejos de fábrica su expresión más perfecta. No obstante, toda presión exterior sobre esos consejos, toda dominación y tutela por los Partidos políticos por tal o tal grupo de políticos socialistas profesionales debe ser excluidos desde los comienzos, si no se quiere que la reorganización social haga falsa ruta desde sus primeros pasos, y sea desviada en la dirección del capitalismo de Estado (ROCKER, s/d, p. 5).

Para Rudolf Rocker é a organização econômica revolucionária dos trabalhadores a capaz de realizar a emancipação social e a reconstrução da sociedade sob bases socialistas libertárias. É evidente o caráter revolucionário do conteúdo dessas ideias, em sua essência expressam que cabe aos próprios trabalhadores conquistar sua libertação do capital e do estado, reorganizando sob novos fundamentos as bases econômicas da sociedade. Apesar dos condicionamentos (econômicos, políticos, organizativos) das organizações sindicais foi possível no início do século XX a radicalização revolucionária de uma relativamente grande porcentagem dos sindicatos; o

processo de institucionalização, a figura do dirigente sindical, o localismo e o imediatismo das lutas, eram aspectos apenas latentes, tendências em formação dentro dos sindicatos, e com certeza tal situação favoreceu para que o Sindicalismo Revolucionário enquanto doutrina e prática conquistasse espaço enquanto tendência dentro do movimento operário. Mas não importou o quanto de valor que os sindicalistas revolucionários davam ao adjetivo revolucionário, foram sucumbidos pelas determinações objetivas (cuja raiz está na lei da acumulação do capital) dos sindicatos.

Observando o quão longe está distante as ideias de Rocker da realidade concreta dos sindicatos, podemos ter uma dimensão da força da tendência do Sindicalismo Revolucionário na época de seu maior vigor. O aprendizado está aqui em que percebemos o poder que as ideias têm, porque expressam um movimento real, mas também a sua fragilidade quando um novo movimento real as incorpora, este é o caso quando nos defrontamos hoje na relação existente entre a ideia de sindicalismo revolucionário e os sindicatos concretamente existentes. Uma relação social, tal como são os sindicatos, não se altera acrescentando um adjetivo que expressa um desejo, tal como os leninistas fazem com a ideia de um tal estado revolucionário ou partido revolucionário.

Sindicalistas Revolucionários Luso-Brasileiros

Nas origens do movimento operário brasileiro, a tendência do Sindicalismo Revolucionário foi a principal força organizada atuante e que orientou as diversas ondas de greves e manifestações operárias, sobretudo, nas duas primeiras décadas do século XX. A imprensa foi um importante mecanismo de agitação e propaganda, e hoje os historiadores do movimento operário brasileiro nutrem-se dessa fonte para rememorar as lutas heroicas dos trabalhadores no período de consolidação do capitalismo subordinado brasileiro. Surgiram organizações de apoio mútuo, caixas de resistência, sindicatos e foram nestes últimos espaços que mais radicalizaram os trabalhadores. A repressão às greves operárias era brutal e frequentemente as greves e manifestações acabavam com mortos, além de que era proibida a atividade sindical.

Diversos militantes se destacaram atuando e produzindo reflexões sobre a luta operária, destacamos aqui as ideias de Edgar Rodrigues e Neno Vasco. Antes de tudo

deve-se destacar o papel da imigração nas lutas operárias, já que a quantidade de imigrantes fez a luta rapidamente evoluir em radicalidade, pois muitos deles vieram da Europa já com uma tradição de luta consolidada. Ainda há muito do que se estudar nas obras de Edgar Rodrigues e Neno Vasco e o estudo dessas obras permitirá conhecer as primeiras manifestações conscientes do movimento operário no Brasil e também os reflexos e manifestações em Portugal.

Em síntese, continuam a tradição do sindicalismo revolucionário na defesa da ação direta, antiparlamentarismo, autonomia de classe e defesa dos sindicatos como órgãos do nascimento da futura sociedade emancipada, além da identificação com as ideias anarquistas mais gerais. O livro clássico de Edgar Rodrigues *ABC do Sindicalismo Revolucionário* (2004) é expressão de um momento das lutas do proletariado no Brasil, além de sua defesa do sindicalismo, é uma importante fonte de estudos sobre a história das lutas populares no Brasil, o autor faz um apanhado de diversos momentos e suas lutas e tem de ser incorporado como obra historiográfica a ser estudada e debatida, embora não apresente nada de original em comparação às ideias mais gerais do sindicalismo revolucionário. E igualmente a obra de Neno Vasco *Concepção Anarquista do Sindicalismo* (1984) é uma expressão da força que as ideias do sindicalismo revolucionário tiveram no Brasil do começo do século XX.

Embora tivessem alcançado bastante força nos primeiros anos de luta do movimento operário, foram logo marginalizados no conjunto das lutas políticas do Brasil, em grande medida pela repressão estatal sem medidas e pela presença da nascente estrutura dos partidos bolcheviques e da intervenção populista no interior das lutas operárias. De qualquer forma, ainda se faz necessário muito estudo para compreender a dinâmica das lutas operárias nos países de capitalismo subordinado ao imperialismo estadunidense ou europeu e compreender as causas mais específicas de suas derrotas, embora, a dinâmica das organizações sindicais no Brasil (e em todos os países latino-americanos) reflète a incorporação dos sindicatos na sociedade capitalista, processo que aqui se inicia com o governo de Vargas.

Sindicalismo Revolucionário e fascismo: o caso Sorel

Não poderíamos terminar nossa pequena intervenção sobre o sindicalismo revolucionário sem comentar a respeito de um de seus principais nomes: George Sorel. Este engenheiro que conheceu tardiamente as ideias socialistas causou um grande impacto intelectual e político no movimento socialista da virada para o século XX. Sorel foi um grande estudioso, e o impacto de suas ideias influenciou enormemente os posicionamentos do Sindicalismo Revolucionário entre as décadas de 1890 e 1910. Sorel pode ser definido como um intelectual rebelde que se desprende de sua classe e passa a intervir na defesa dos interesses do proletariado; também pode ser definido como um intelectual romântico, crítico da sociedade capitalista, mas um tanto influenciado pelo peso das ideias, e mesmo crenças abstratas, que em pouco tempo fizeram-no sair da órbita do pensamento anarquista e sindicalista revolucionário para o campo do pensamento conservador.

Sua principal obra é *Reflexões Sobre a Violência*, um vigoroso ensaio que tem como tema a importância da violência para a transformação social. Em espanhol é possível encontrar com facilidade um pequeno artigo intitulado *El Sindicalismo Revolucionario* em que o autor apresenta os princípios e objetivos dessa tendência do movimento operário.

George Sorel é um grande defensor da greve geral como situação fundante da sociedade emancipada, não é somente o momento da revolução social, mas também cria em seu desenvolvimento a sociabilidade necessária para a sociedade do futuro. Para Sorel, está para chegar a época em que a greve geral se tornará o melhor meio para definir o socialismo, segundo sua linguagem, a greve geral é o “mito fundador” da sociedade socialista. É a prática das greves da classe trabalhadora a criadora das ideias dos sindicalistas revolucionários contestando na prática os representantes reformistas dos trabalhadores:

Al mismo tiempo que los teóricos oficiales del socialismo se mostraban tan impotentes, unos hombres ardientes, animados de un sentimiento de libertad, de vigor prodigioso, tan ricos en amor al proletariado como pobres en fórmulas escolásticas, y que sacaron de la práctica de las huelgas una concepción clarísima de la lucha de clases, lanzaban el socialismo por la nueva vía que empieza a recorrer hoy (SOREL, s/d).

Segundo Sorel, a existência do Sindicalismo Revolucionário questiona as teses social-democratas de seu tempo, é uma força concreta de organização do proletariado em que não pode se encaixar nas concepções científicas do socialismo, destroça as crenças de que a transformação social virá de um esforço do pensamento:

El sindicalismo revolucionario turba las concepciones que se habían elaborado maduramente en el silencio del gabinete; marcha, en efecto, al azar de las circunstancias, sin cuidarse de someterse a una dogmática y dirigiendo más de una vez sus fuerzas por caminos que condenan los sabios. ¡Espectáculo desalentador para las almas nobles que creen en la soberanía de la ciencia en el orden moderno, que esperan la revolución de un vigoroso esfuerzo del pensamiento, y se imaginan que la idea dirige el mundo desde que éste se ha librado del oscurantismo clerical (SOREL, s/d, p. 4).

A força revolucionária do proletariado está fundamentada na autonomia das rebeliões operárias, marcando assim o fim das revoluções políticas, não sabe o proletariado de nada dos mecanismos políticos e jurídicos da burguesia, o proletariado “niega a dejar constituir nuevas jerarquías” (SOREL, s/d). Para Sorel, o parlamentarismo não consegue limitar a radicalidade dos caminhos a serem trilhados pelos trabalhadores, a ação parlamentar não consegue dar conta da ação autônoma da classe operária, a democracia busca apagar a existência das classes sociais e os chefes dos partidos socialistas buscam isolar o proletariado, divulgando a concepção de que são os parlamentos os protetores do proletariado.

Apoiando-se na concepção marxista segundo a qual a “lucha de clases es el alfa e o omega del socialismo” (SOREL, s/d, p. 6), busca o Sindicalismo Revolucionário reordenar a sociedade segundo a organização dos locais de trabalho:

Si el socialismo aspira a transportar a la sociedad el régimen del taller, nunca se concederá bastante importancia a los progresos que se hacen en la disciplina del trabajo, en la organización de los esfuerzos colectivos, en el funcionamiento de las direcciones técnicas. En las buenas costumbres del taller está evidentemente la fuente de donde saldrá el derecho futuro; el socialismo heredera no sólo los instrumentos que hayan sido creados por el capitalismo y la ciencia que haya nacido del desarrollo técnico, sino también los procedimientos de cooperación que a la larga se habrán constituido en las fábricas, para sacar el mejor partido posible del tiempo, de las fuerzas y aptitudes de los hombres (SOREL,s/d).

O caso de Sorel explicita como o Sindicalismo Revolucionário foi uma tendência histórica dentro do movimento operário, tendência que se sustentava

basicamente devido à radicalização prática da luta operária e que tão-logo novas forças políticas se consolidaram no cenário, tal como o nacionalismo pré-segunda guerra mundial, a repressão estatal, a consolidação das burocracias sindicais e partidárias no seio do movimento operário, a conquista de benefícios imediatos, etc. resultaram no recuo da classe trabalhadora e na incorporação de suas organizações e militantes na política oficial, ou mesmo migrarem para a oposição conservadora, como foi o caso de Sorel. Tendência transitória e passageira, resultado da radicalização prática da classe com a conjugação com o voluntarismo de setores organizados, crenças de que somente basta a intenção revolucionária para se apropriar de qualquer tipo de organização.

A rebeldia e o romantismo intelectual caracterizam a obra de Sorel, o que em grande parte explica sua rápida adesão a *Action Française*, partido monarquista francês, além de que o vínculo de Sorel com a classe trabalhadora era intelectual, por valores suscitados por sua reflexão filosófica. De qualquer forma, não significa que a mudança drástica de posicionamento de Sorel exemplifique a tese mal fundada de que os trabalhadores podem ser os promotores do fascismo tal como polemistas querem apresentar. Em uma recente série de artigos no site passapalavra.info levanta-se a argumentação de que “Sorel deu uma contribuição de vulto para a convergência entre o sindicalismo revolucionário italiano e o nacionalismo expansionista de Corradini, o que o situa na gênese directa do fascismo, tanto mais que ele se apercebera das potencialidades de um Mussolini ainda jovem e socialista”⁷ sendo a sua tendência dentro do sindicalismo revolucionário os verdadeiros pioneiros do fascismo. Posta a questão em termos individuais e dentro da história das ideias consegue-se vincular determinadas ideias do movimento operário com ideias surgidas em outro contexto, basta comparar ideias e dá o significado que se queira a elas⁸.

⁷ Disponível em: <http://passapalavra.info/2014/03/92786>, acesso em 10 de Março de 2015.

⁸ “As palavras valem o que valem e as denominações são convencionais, mas quando os usos se tornam ambíguos e as convenções fluidas, impõem-se alguns esclarecimentos. Ao mencionar os sindicalistas revolucionários não me refiro aqui ao conjunto daquelas correntes, muito difundidas na Confédération Générale du Travail (CGT, Confederação Geral do Trabalho) francesa antes da primeira guerra mundial, que afirmavam a independência dos organismos sindicais perante o Estado burguês e perante os vários partidos socialistas (...) Mas na acepção em que emprego os termos, para designar Sorel e os seus discípulos, os sindicalistas revolucionários constituíram apenas uma das tendências daquele tipo de sindicalismo”. Disponível em <http://passapalavra.info/2014/03/92786>, acesso em 10 de Março de 2015.

A dificuldade está em compreender a profundidade do significado: a história até hoje é a história da luta de classes. O proletariado pode ser arrastado com o avanço de outras classes dentro de novas condições econômicas, objetivas, e a origem dessas classes pode ser diversa, pode ser o campesinato, as burocracias (sindical, partidária, estatal, militar), o lumpen e as suas ideologias correspondentes, mas o fundamental é que na essência as ideias produzidas pelo proletariado revolucionário, por sua própria condição de classe, são ideias revolucionárias e sob a radicalização do proletariado pôde George Sorel expressar uma parte dessas ideias, mesmo que por pouco tempo.

As lutas estão contra os sindicatos. Radicalizemos!

O Sindicalismo Revolucionário como tendência surgida do movimento operário expressou por um curto período o nível de radicalidade atingido pela luta de classes na virada do século XIX para o século XX, mas as barreiras para o seu avanço estavam contidas na própria estrutura que fazem nascer os sindicatos: a “função econômica” dos sindicatos aboliu a “função política” de centros de organização da classe operária e para tanto bastou a incorporação e institucionalização dos sindicatos na sociedade capitalista, tornando-se um dos mecanismos de regulação da acumulação capitalista com o surgimento do Estado de bem-estar social, mas também em outros contextos, tais como os Estados Desenvolvimentistas da América Latina e também pelas ditaduras militares que se seguiram, o que comprova que a relação social da burocracia se expande mundialmente. A “lei-férrea” do capital cede benefícios e direitos, mas cria outros mecanismos de controle político, tal como aconteceu com a consolidação da burocracia sindical e transformação dos sindicatos em organizações fundadas na relação entre dirigentes e dirigidos.

Contudo, o conflito que funda a sociedade que vivemos está fundado sob a luta de classes entre proletariado e burgueses, e se a burguesia possui no estado e no controle da produção a supremacia sobre os trabalhadores, estes criam e renovam suas organizações de classes construídas autonomamente no embate entre as classes. Atualmente, uma das principais características do ciclo de lutas que estamos envolvidos é a do combate aos sindicatos. Evidencia-se, em contexto mundial, que as greves dos trabalhadores só podem ocorrer vencendo a oposição dos sindicatos. E nos curtos

relampejos de radicalização, percebe-se que a classe vem construindo novas formas de organização, tal como os comandos de greve, de ocupação e de luta no pós-greve. Faz-se necessário refletirmos sobre esses novos órgãos da luta dos trabalhadores, construídos porque a incorporação dos sindicatos à ordem capitalista não possibilita que estes expressem os reais interesses da classe, daí que não existe “base” a se conquistar nos sindicatos, a relação entre dirigentes e dirigidos paralisa a ação autônoma da classe.

Uma primeira e positiva tentativa de refletir sobre os comandos de greve foi feita pelos militantes Lucas Maia e Marcos Ataídes no artigo *Experiências de auto-organização nas lutas dos trabalhadores da educação em Goiás* (2014) que aponta que quando a luta radicalizava o comando de greve se fortalecia, e que quando do refluxo dos trabalhadores, o sindicato se fortalecia.

Acreditamos que resgatar a ideia de Sindicalismo Revolucionário fetichiza (ou seja, torna a criatura com vida externa e superior ao próprio criador) os sindicatos como única forma de organização dos trabalhadores em luta contra o capital, além de desconhecer os mecanismos de cooptação e integração inseridos na organização sindical, o que impossibilita até mesmo o conhecimento das diversas formas de repressão burguesa à luta dos trabalhadores. As manifestações práticas de luta dos trabalhadores devem ser apoiadas e não fetichizadas, transformar uma tendência dominante de luta num determinado período como modelo para outras épocas não significa que a luta educa, mas sim que há desconhecimento e dogmas que controlam as ações de certos grupos ditos revolucionários.

É necessário tocar na questão de que os sindicatos não atuam sobre a parcela da superpopulação relativa, exército industrial de reserva, o que é uma importante parcela do proletariado nos países de capitalismo subordinado tendo em vista as piores condições de vida da população e de serem o grosso das massas trabalhadoras dos países mais explorados internacionalmente ou dos com intenso processo de imigração.

Fica evidenciado o limite das estratégias defensoras do sindicalismo como meio para a transformação social, sendo o limite a própria atuação dentro do sindicalismo; desta forma, o equívoco não estava em ter ou não “sindicatos fechados ideologicamente com o anarquismo”, como gostavam de se diferenciar os sindicalistas revolucionários e os anarco-sindicalistas, mas sim de que o ingresso em massa nos

sindicatos vinha acompanhado inevitavelmente dos limites à atuação revolucionária que a organização sindical impõe aos que se propõe transformar radicalmente a sociedade. É hora de avançarmos na crítica ao sindicalismo tal como a classe operária avançou na crítica ao parlamentarismo em meados do século XX. Hoje é uma necessidade das organizações revolucionárias contribuírem para que a críticas aos sindicatos seja desenvolvida tais como as críticas aos partidos e no momento em que a classe operária está letárgica tentemos avançar na consciência dos mecanismos de opressão e ao estimular o despertar da classe contribuir para a futura ação consciente e autônoma que nasce.

Referências

ALDRED, Guy. *Sindicalismo e luta de classes*. Marxismo e Autogestão. Ano 01, nº 01, jan/jun. 2014.

ENGELS, Friedrich. *Princípios básicos do comunismo*. 1847, s/d. Acessado em <https://www.marxists.org/portugues/marx/1847/11/principios.htm> s/d.

LEVAL, Gaston. *Bakunin: fundador do sindicalismo revolucionário*. São Paulo: Achiamé & Faísca: 2007.

MAIA, L. **Comunismo de conselhos e autogestão social**. Pará de Minas: VirtualBooks, 2010.

MAIA, L. & ATAÍDES, M. Experiências de auto-organização dos trabalhadores da educação em Goiás. **Revista Despierta**. Ano 1. n . 1, 2014. Disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/rde>

MALATESTA, Errico. *Sindicalismo: a crítica de um anarquista*. In *Grandes Escritos Anarquistas*.

_____. *O Congresso de Amsterdã*. In *Escritos Revolucionários*. São Paulo: Novos Tempos, 1989.

George Woodcock. Porto Alegre: L & PM Editores, 1981.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MONATTE, Pierre. *Em defesa do sindicalismo*. In *Grandes Escritos Anarquistas*. George Woodcock. Porto Alegre: L & PM Editores, 1981.

ROCKER, Rudolf. *Las bases del sindicalismo*. Acessado em http://www.nodo50.org/fau/teoria_anarquista/rocker/1.htm. S/d.

RODRIGUES, Edgar. *ABC do sindicalismo revolucionário*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004.

DA SILVA, José Santana. *A organização sindical na perspectiva marxista*. In: *Marx e o Marxismo 2011*, 5ª, 2011, UFF.

SOREL, George. *El sindicalismo revolucionário*. S/d.

TRAGTEMBERG, Maurício. *Malatesta e sua concepção voluntarista de anarquismo*. In *Revista Verve*, Vol. 4, pgs. 195-227, 2003.

VASCO, Neno. *Concepção Anarquista do Sindicalismo*. Porto: Edições Afrontamento, 1984.

A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO IDEOLOGIA DA PSEUDOESQUERDA ELEITORAL

Cleito Santos¹

Uma das principais características dos defensores da economia solidária é defini-la por aquilo que ela não é, ou seja, a autogestão.

O desenvolvimento da economia solidária no Brasil, nas últimas três décadas, têm sido marcado pela ideia de que a mesma se constitui enquanto uma oposição à economia de mercado e, portanto, marcada pela inexistência de competição, mercado capitalista, exploração do trabalho. Em contraposição, a economia solidária seria o espaço de realização do cooperativismo, da autogestão da produção, da igualdade e da solidariedade. Segundo SINGER (2002), seria outra economia, um modo de produção solidário. De acordo com os divulgadores de tal ideologia, estaríamos no limiar de um novo mundo. Mas será que isto ocorre de fato?

O desenvolvimento capitalista pós-segunda guerra mundial colocou em xeque o projeto de capitalismo estatal preconizado pela pseudoesquerda nas suas mais variadas vertentes. Da socialdemocracia ao bolchevismo (leninismo, trotskismo, stalinismo, maoísmo) foram questionados sobre o projeto de sociedade estatizada. Paralelo ao processo de crise do capital nas décadas de 1960-1970, emergem novas lutas sociais no interior do capitalismo ocidental que fazem ruir as perspectivas reformistas e autoritárias da pseudoesquerda – partidos comunistas, social democratas e socialistas.

Como consequência desse processo de crise econômica, da exploração do operariado fundada na organização taylorista-fordista de produção e das lutas que emergiram em resposta às formas capitalistas de dominação e exploração, a pseudoesquerda se viu diante da necessidade de reformular os discursos e as ideologias na tentativa de se adequarem à nova realidade trazida pelo desenvolvimento do capitalismo.

¹ Professor do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás. Militante do Movimento Autogestionário.

É neste quadro geral que emergem novas proposições assimilacionistas tais como: economia de mercado socialista, economia social, economia solidária, cooperativas de trabalho e de crédito para fazer frente à impossibilidade de garantia de emprego, de melhorias salariais, dentre tantas outras.

Ressalta-se o fato de que a partir da segunda guerra mundial, inicialmente na Europa, a pseudoesquerda eleitoral passa a despontar de reais possibilidades eleitorais tendo em vista os problemas sociais gerados pelo desemprego em curso, fruto das políticas capitalistas de contenção de gastos públicos e de intensificação da apropriação da mais-valia por parte da burguesia.

Diante desta conjuntura, a partir dos anos 1970-1980, e como resposta ao Estado de Bem-Estar Social em vigor, o neoliberalismo se institui como ideologia do capitalismo em crise. Desde o capitalismo central, estabelece então, o combate neoliberal às proposições keynesianas de intervenção estatal na economia. De modo geral, avança o desemprego, implantam inovações tecnológicas, surgimento de formas de gestão e organização da produção com a imposição à classe operária de condições de trabalho e de vida aviltantes. Em síntese, os capitalistas impõem novas condições que possibilitam a intensificação da extração de mais-valia relativa.

Paralelo a este processo, o capitalismo de estado inicia a sua dissolução com a queda do muro de Berlim em 1989 e a derrocada da União Soviética em 1991. Assim, a pseudoesquerda fica atordoada e sem referência para defender um tipo de capitalismo minado pela estatização, pela existência de relações sociais de exploração capitalista, pelo controle total sobre a sociedade e pela repressão intensa contra a classe operária.

Das ruínas do capitalismo de estado emerge, no seio da pseudoesquerda eleitoral, novas tentativas de conquista do poder estatal. Daí passam a falar em socialismo democrático, economia socialista de mercado, políticas sociais de geração de emprego e renda, economia solidária, cooperativismo, “autogestão”. Cria-se uma nova gramática no seio da pseudoesquerda e isto ocorre em escala planetária.

No Brasil, o PT é o partido emblemático dessa nova fase da pseudoesquerda. Da sua criação em 1979 até chegar ao poder central em 2003, o partido passou por diversas experiências administrativas em prefeituras de diferentes estados do país. Ao mesmo tempo foi se consolidando em diversas instituições basilares que colaboravam

para a construção do projeto da burocracia petista. Universidades, intelectuais, sindicatos, associações e partido estabeleceram a aliança que culminou na definição de uma visão eleitoral e na busca do poder estatal associado com a classe dominante. Nos institutos e fundações, nas universidades com forte presença do ideário da burocracia petista e nos sindicatos, controlados pelo partido, são gestadas as ideias que compõem o projeto de sociedade da burocracia enquanto classe social.

A burocracia partidária, sindical e universitária, aliada à outras agremiações da pseudoesquerda - PC do B, PSB, tendo direta e indiretamente contribuições de PSTU, PSOL e outros - se vê diante da possibilidade real de colocar em prática os projetos reformistas, apresentados como fomentadores de um novo modo de produção; nos dizeres do ideólogo Paul Singer: o modo de produção solidário.

Desse modo, a economia solidária passa do discurso à prática com a instalação de experiências a partir de “fábricas recuperadas”, da criação de cooperativas de trabalho e crédito, da criação de instituições que irão pensar e divulgar as proposições da burocracia reformista. A pseudoesquerda ao assumir o projeto de administrar o capitalismo e a democracia burguesa, deixou para trás a velha fraseologia sobre socialismo, comunismo, internacionalismo e passou a valorizar as ideologias que proliferaram no pós-1970 no interior do capitalismo transnacional. A economia solidária se insere nesse contexto.

Ao analisar a relação solidariedade e economia competitiva, Singer conclui que:

(...) a solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualmente pelos que se associam para produzir, comerciar ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais. Na cooperativa de produção, protótipo de empresa solidária, todos os sócios têm a mesma parcela do capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões. Este é o seu princípio básico. (...). Ninguém manda em ninguém. E não há competição entre os sócios: se a cooperativa progredir, acumular capital, todos ganham por igual. (SINGER, 2002, p. 9).

Ao que parece, Singer esquece que existe o capitalismo e as condições históricas em que este modo de produção vem ao mundo. Fica evidente as confusões (propositais?) de um economista de reputação internacional. Desde que o capitalismo

existe sabemos que categorias como empresa, lucro, capital, acumulação, só fazem sentido nesse modo de produção.

O capital é uma relação social que explicita as formas de exploração do trabalho expressas no assalariamento. Assim como o capital, a classe operária só existe numa relação específica de exploração e apropriação de mais-valor por parte dos capitalistas. Será que nosso economista imagina o “modo de produção solidário” com a existência de categorias históricas próprias do modo de produção capitalista? Ou será que no afã de construir a perspectiva ideológica da burocracia enquanto classe, cabe a falsificação histórica?

Solidariedade e igualdade dentro de relações sociais tipicamente capitalistas só podem ser possíveis se abstrairmos a realidade da economia capitalista atual, em que os oligopólios exercem o controle e a pressão sobre as formas de produzir, como produzir e para que mercado produzir. Talvez a economia solidária de Singer e de seus seguidores seja o verdadeiro Titã da era contemporânea, pronto para lutar e nos livrar das relações sociais de produção capitalistas, da economia competitiva, instaurando com um único golpe a solidariedade, a igualdade e o lucro para os trabalhadores. Só assim podemos compreender que a economia solidária, ao acumular capital promoverá a igualdade.

Nesse sentido, a afirmação abaixo aprofunda a ideologia reformista que nega a possibilidade da classe operária romper com o modo de produção capitalista. Uma vez que para efetivar, de fato, a economia solidária é preciso contar com os mecanismos estatais de “redistribuição solidária de ver renda”. Isto é bastante revelador e chegamos no ponto nevrálgico do pensamento reformista da burocracia petista. O “modo de produção solidário” deve contar com a existência do Estado para regular. Muito provavelmente trata de fazer a defesa dos interesses da burocracia estatal.

Dessa forma,

(...) a economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. (...). O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda (SINGER, 2002, p.10).

É sintomático que ao longo dos anos 1990 e 2000 diversas instituições burocráticas foram criadas para alimentar o ideário da economia solidária. No geral, e após a pseudoesquerda chegar ao poder, tais instituições passaram a integrar o Estado e o governo. Isto ocorreu com a criação da Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES), órgão do Ministério do Trabalho, com a criação da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), com a criação da União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo (UNISOL) e com a criação da UNITRABALHO.

Mesmo assim nosso economista afirma que o que caracteriza a empresa solidária é a forma de gestão democrática, que de forma manipulatória é definida como “autogestão” e, portanto, sem hierarquia; a estrutura rigidamente hierárquica seria típico da heterogestão da empresa competitiva. Muito provavelmente, e propositalmente, se esquece que tais instituições estão definindo e impondo aos trabalhadores submetidos à falácia da economia solidária regras, regulamentos, formas de associação, relações sociais de produção que são características do modo de produção capitalista.

Ainda de acordo com SINGER (2002), a diferença fundamental entre empresa capitalista e empresa solidária está na forma como são administradas. Enquanto na primeira predomina a heterogestão, na segunda vigora a “autogestão”, ou seja, a administração democrática. Ao mesmo tempo reconhece que, tanto em uma como em outra, a hierarquia existe. E conclui que tanto a heterogestão quanto a autogestão possuem virtudes e defeitos.

As contradições da economia solidária vêm à tona. De modo de produção em que vigora a “autogestão” como forma de administração, a solidariedade e a igualdade, de repente Singer passa a defender certo nível de desigualdade no interior do “modo de produção solidário”. Citando John Rawls, “para o qual alguma desigualdade é tolerável desde que ela sirva para melhorar a situação dos menos favorecidos” (SINGER, 2002, p. 13). *Então agora fica entendido: para que vigore a solidariedade e a igualdade apostamos na desigualdade!*

Outra contradição da ideologia da economia solidária é o fato da mesma ser instrumentalizada pelo Estado como um mecanismo de controle social em contexto de crise econômica e desemprego, precarização das condições de trabalho e crescimento da

economia informal, que abriga hoje um amplo contingente de trabalhadores. Desse modo, a economia solidária alavanca o projeto da burocracia estatal de conter os conflitos sociais decorrentes da forma de exploração e dominação da classe dominante sobre a classe operária.

O Estado, através do financiamento de empreendimentos solidários, da distribuição de verbas para instituições, como as incubadoras presentes nas universidades, fortalece a perspectiva do controle e da regulação social visando debelar ou conter o descontentamento daqueles que se encontram em situação de desemprego ou de precarização absoluta do trabalho. Daí o fortalecimento nos últimos anos da economia solidária como forma de gerar renda para populações que se encontram em situação de extrema pobreza, como é o caso dos catadores de materiais recicláveis. A pergunta é: qual o real poder de decisão desses trabalhadores diante de políticas e projetos previamente definidos no âmbito da SENAES ou de outras instituições burocráticas? E a resposta é óbvia: nenhum!!!

Portanto, a burocracia avança seu controle sobre amplas parcelas de trabalhadores num contexto em que a dependência econômica intensifica e o Estado é chamado para criar e manter as condições de subordinação dos trabalhadores ao capital. As “empresas solidárias” dentro da lógica de produção e reprodução das condições sociais impostas pelo capitalismo e os trabalhadores estão submetidos às mesmas formas de exploração presentes nas “empresas competitivas”. Estão aí as cooperativas de catadores de materiais recicláveis que operam dentro da lógica da exploração capitalista. É sabido que nas mesmas existe a figura do atravessador - aquele que compra o material reciclado e processado, financia as compras de máquinas e impõe o preço como qualquer outra empresa capitalista. Em síntese, vive da exploração do trabalho dos trabalhadores catadores.

O mundo imaginário e distorcido alardeado como a emergência da solidariedade e da igualdade, do empoderamento e da “autogestão”, enfim, da economia solidária só existe como ideologia da burocracia estatal e da pseudoesquerda eleitoral, ambas defensoras do capital, do estado e das formas de exploração da classe operária. Nesse sentido, suas estratégias estão de acordo com os objetivos da classe capitalista: impor a dominação do capital e submeter os trabalhadores à lógica da economia capitalista.

Sendo assim, economia competitiva e economia solidária soam como a distinção corrente entre grande empresa e pequena empresa capitalista e num futuro próximo, talvez, Singer venha a se converter no mentor intelectual, no grão-mestre, dos pequenos proprietários capitalistas tão logo a “empresa solidária” alcance o sucesso almejado. O que não será tão fácil, tendo em vista que a economia capitalista está cada vez mais oligopolizada e as ilusões dos ideólogos da economia solidária poderão se desfazer ao menor sinal de crise aguda do sistema capitalista de produção de mercadorias.

A concentração e centralização do capital avança a passos largos, a exploração da classe operária se intensifica e a divisão internacional do trabalho determina a posição de cada país no sistema de produção mundial de mercadorias e ao que parece, a economia solidária não terá lugar haja vista a própria dinâmica capitalista.

Concretamente, a economia solidária representa a inserção subordinada de setores populares à lógica capitalista de produção e consumo. Os empreendimentos solidários demonstram esse caráter. À medida que se adequam à lógica da empresa, da competição e do lucro fica mais claro que a ideologia do “modo de produção solidário” é uma piada e que não se sustenta.

Nem o Estado, e muito menos Singer, poderá socorrer e inventar fórmulas mirabolantes, como o mágico Roudini, para salvar a mocinha Economia Solidária dos grilhões do grande capital transnacional. Caberá à classe operária lutar e construir a verdadeira autogestão social enquanto modo de produção que abarca a totalidade das relações sociais, eliminando o capital, o Estado, o mercado, a empresa, o mais-valor, a divisão do trabalho, a classe burguesa e suas classes auxiliares, como a burocracia privada e estatal e suas formas repressivas.

No interior do capitalismo, a sociabilidade dominante reflete os valores burgueses e as relações de solidariedade, igualdade, liberdade não podem vigorar enquanto perdurar o modo de produção capitalista. A competição, a disputa, o individualismo são categorias que tem uma história e pertencem a um lugar e uma época: a sociedade capitalista ocidental que emergiu com a revolução industrial na era moderna e que invadiu todos os cantos do planeta na contemporaneidade. O fim da sociabilidade burguesa implica o fim do capitalismo. *A instauração de um novo modo de produção – a*

autogestão social – significa a superação de uma época e a criação de novas categorias sociais que expressem esta nova realidade, marcada pela existência de autênticas relações de solidariedade e igualdade.

Que a pseudoesquerda tema! Afinal seus interesses, como classe auxiliar da burguesia, estão em jogo. Portanto, irão se apegar cada vez mais ao Estado, às instituições, à hierarquia, para controlar e regular a vida dos trabalhadores, tentando evitar a reação da classe operária ao mundo fantasioso criado pelos ideólogos da economia solidária. Enfim, a autogestão não pode vir de dentro do Estado, através de órgão burocrático como a SENAES. A autogestão social só poderá emergir das lutas concretas do operariado contra o capital e significa a construção de uma nova sociedade distinta da sociabilidade capitalista.

Referências

ANTEAG. *Autogestão em Avaliação. Ibase/ Anteag*, 2004.

FARIA, Maurício Sardá de. *Autogestão, Cooperativa, economia Solidária: avatares do trabalho e do capital*. Florianópolis: Editoria Em Debate, 2011.

GUILLERM, A e BOURDET, Y. *Autogestão: uma mudança radical*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

MAIA, Lucas. *Comunismos de Conselhos e Autogestão Social*. Pará de Minas-MG: Virtual Books, 2010.

MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. 5ª edição. São Paulo: Hucitec, 1986.

MATTICK, Paul. *Integração Capitalista e Ruptura Operária*. Porto-PT: Edições A Regra do Jogo, 1977.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

TEIXEIRA, Luiza Reis. *A Ideologia Política na Economia Solidária: uma análise de empreendimentos solidários em Salvador*. São Paulo: Hucitec, 2010.

VIANA, Nildo. *O Capitalismo na Era da Acumulação Integral*. São Paulo, Idéias e Letras, 2009.

